

CONSELHO DIRETOR



Ata da 963ª

Sessão de 09/12/2014

1 963ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos nove dias do mês de dezembro de
2 dois mil e quatorze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, na Sala do
3 Conselho Universitário, no Prédio da Administração Central, na Cidade Universitária
4 “Armando de Salles Oliveira”, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco
5 Antonio Zago e com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Vahan
6 Agopyan, Adalberto Américo Fischmann, Adalberto Fazzio, Alexandre Nolasco de
7 Carvalho, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira,
8 Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, André Carlos Ponce de Leon Ferreira de
9 Carvalho, Antonio Carlos Hernandes, Marcos de Mattos Pimenta, Antonio Marcos de
10 Aguirra Massola, Arlindo Philippi Junior, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno,
11 Antonio Waldo Zuardi, Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco, Bruno Sperb
12 Rocha, Carlos Alberto Ferreira Martins, Carlos Eduardo Garisto de Nicola, Carlos
13 Gilberto Carlotti Júnior, Carlos Roberto Bueno Júnior, Claudimar Amaro de Andrade
14 Rodrigues, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Daniel Barreto Junior, Dante Pinheiro Martinelli,
15 Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz, Douglas Emygdio de Faria, Dulce Helena de
16 Brito, Eduardo Henrique Soares Monteiro, Eduvaldo Paulo Sichieri, Eliezer Martins
17 Diniz, Enrico Lippi Ortolani, Fabiana Marchetti, Fábio Frezatti, Fábio Luiz Teixeira
18 Gonçalves, Elucir Gir, Fernando Luis Medina Mantelatto, Fernando Salvador Moreno,
19 Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Frederico Pereira Brandini, Naiara
20 Schranck do Rosário, Gabriela Soldera Ferro, Geraldo Roberto Martins da Costa,
21 Germano Tremiliosi Filho, Maria Isabel da Silva Leme, Gilberto Fernando Xavier,
22 Rubens Beçak, Vanessa del Castillo Silva Couto, Hugo Ricardo Zschommler Sandim,
23 Antonio Carlos Marques, Jackson Cioni Bittencourt, Jefferson Antonio Galves, João
24 Bosco Nunes Romeiro, João Cyro André, João Guilherme Machado Ribas, Joaquim
25 José de Camargo Engler, José Antonio Visintin, José Eduardo Krieger, José Luiz
26 Borges Andreoli, José Otávio Costa Auler Júnior, José Renato de Campos Araújo, José
27 Roberto Castilho Piqueira, José Rogério Cruz e Tucci, José Tavares Correia de Lira,
28 José Vicente Caixeta Filho, Júlio Cerca Serrão, Laerte Sodré Júnior, Leny Sato, Eric
29 Danzi Lemos, Luiz Henrique Catalani, Luiz Silveira Menna Barreto, Marcela Silva
30 Carbone, Maria Cristina da Silva Leme, Marcelo Ricardo Fernandes, Marcos Domingos
31 Siqueira Tavares, Marcos Vinícius Folegatti, Margarida Maria Krohling Kunsch, Maria

32 Amélia de Campos Oliveira, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Maria
33 Arminda do Nascimento Arruda, Maria Cristina Motta de Toledo, Maria das Graças
34 Bomfim de Carvalho, Maria Vitoria Lopes Badra Bentley, Cristina Tschorny Moncau,
35 Marisa Helena Gennari de Medeiros, Neli Maria Paschoarelli Wada, Oswaldo Baffa
36 Filho, Paulo César Rodrigues Conti, Paulo José do Amaral Sobral, Pietro Ciancaglini,
37 Richard Charles Garratt, Rodney Garcia Rocha, Rui Curi, Sérgio França Adorno de
38 Abreu, Sérgio Persival Baroncini Proença, Silvana Martins Mishima, Silvio Roberto
39 Farias Vlach, Simone Rocha de Vasconcellos Hage, Sonia Maria Vanzella Castellar,
40 Suely Vilela, Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, Tito José Bonagamba, Tuani
41 Guimarães de Ávila Augusto, Umberto Celli Junior, Valdecir de Assis Janasi, Valdemar
42 Mallet da Rocha Barros, Valmor Alberto Augusto Tricoli, Victor Wunsch Filho e Waldyr
43 Antônio Jorge. Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário
44 Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus
45 respectivos suplentes, os Conselheiros: Antonio Carlos Teixeira Álvares, Benedito
46 Honório Machado, Fátima Aparecida Emm Faleiros Sousa, Gabriel Luis Scheffer
47 Regensteiner, Gerson Aparecido Yukio Tomanari, Guilherme Adolfo dos Santos
48 Mendes, Guilherme Luis Desiderio, Ildo Luis Sauer, Leonardo Octavio Belinelli de Brito,
49 Marcelo de Andrade Roméro e Mariana Nunes de Moura Souza. Justificaram, ainda,
50 suas ausências os Conselheiros: André Roberto Martin, Antenor Cerello Júnior, Belmiro
51 Mendes de Castro Filho, Fábio de Salles Meirelles, José Arana Varela, Marcos
52 Nogueira Martins, Oswaldo Luiz Bezzon, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Raphael
53 Gasparian Chinchilla, Roberto Gomes de Souza Berlinck, Sergio Mikio Kobayashi e
54 Wellington Braz Carvalho Delitti. Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico
55 Reitor passa às suas comunicações. **M. Reitor:** “Iniciaremos a última sessão do
56 Conselho Universitário deste ano. A décima primeira reunião realizada este ano, das
57 quais, três foram dedicadas ao estudo preliminar da reforma dos estatutos da USP e as
58 outras oito foram dedicadas à gestão da Universidade. Foi um ano de muitos ganhos,
59 de uma mudança significativa nos padrões de gestão da Universidade, e aponto dois
60 indicadores: primeiro uma gestão que se faz com participação muito clara do Vice-
61 Reitor, como Coordenador Geral da Universidade – uma novidade nesta Universidade
62 – uma mudança significativa de padrão. Outro claro indicador é a participação muito

63 intensa deste Conselho, sendo que se completará hoje, com a votação do orçamento
64 nas decisões relativas aos destinos financeiros e a gestão do orçamento da
65 Universidade de São Paulo. Dentro dessa perspectiva, iniciamos a nongentésima
66 sexagésima terceira sessão do Conselho Universitário.” **PARTE I – EXPEDIENTE.** A
67 seguir, o **M. Reitor** passa à discussão e votação da Ata da 961ª Sessão do Conselho
68 Universitário, realizada em 11.11.2014, reforçando que pequenas alterações de forma
69 e ortográficas podem ser feitas posteriormente, mas alterações de conteúdo não. Não
70 havendo manifestações contrárias, a Ata é considerada aprovada. A seguir, o **M.**
71 **Reitor** passa a palavra ao Senhor Secretário Geral, para apresentação dos novos
72 membros. **Secretário Geral:** “Representante de Congregação: Prof.ª Dr.ª Leny Sato.”
73 **M. Reitor:** “Seja bem vinda Professora Leny. Solicito que o Professor Vahan faça duas
74 comunicações: a primeira relativa ao sistema de avaliação da Universidade e a
75 segunda relativa ao programa ‘Sábado no *Campus*’, do qual ele é coordenador.” **Vice-**
76 **Reitor:** “Quanto à avaliação institucional, informo que tivemos, nas últimas semanas,
77 uma série de reuniões em que a avaliação foi apresentada aos dirigentes - incluindo
78 chefes de departamento, assistentes acadêmicos e administrativos - mostrando a
79 filosofia de avaliação, a qual não é apenas uma etapa burocrática, mas um momento
80 de reflexão. Esta avaliação já está em marcha, disponível no *site* da USP, de tal forma
81 que todos os dirigentes, sem exceção, já possuem sua senha de acesso. Iniciamos
82 esta longa tarefa, que levará todo o ano de 2015 e esperamos, conforme solicitação
83 dos dirigentes a partir dos resultados iniciais obtidos, discutir os resultados através de
84 reuniões internas, sendo que o relatório final ficará pronto em 2016. Quanto ao ‘Sábado
85 no *Campus*’, informo que a Prefeitura, conjuntamente aos órgãos externos - como o
86 Ministério Público e associações desportivas - implantou o segundo teste da aplicação
87 deste procedimento, permitindo mais conforto e segurança aos esportistas, com apoio
88 dos órgãos públicos e das entidades colaboradoras. De acordo com o professor Arlindo
89 Philippi, Prefeito do *Campus*, o programa foi um sucesso e será feito um terceiro teste,
90 ainda em fevereiro, e após o carnaval será implantado como rotina dentro de nossa
91 Universidade. Essa é mais uma atividade de nossa Universidade de integração com a
92 sociedade.” **M. Reitor:** “No dia três de março teremos a primeira reunião do Conselho
93 Universitário do próximo ano. Neste dia serão eleitas as Comissões Estatutárias,

94 segundo previsão do Regimento. No dia 7 de abril deve ocorrer a terceira reunião para
95 a discussão, coordenada pela CAECO, relativa à reforma do Estatuto. Gostaria de
96 lembrar-lhes, para que possam se organizar, que essas datas podem mudar, contudo é
97 bom que se tenha as previsões. Assim sendo, em três de março teremos reunião
98 ordinária, em 7 de abril reunião extraordinária para discussão do Estatuto – sendo que
99 outras serão marcadas depois. Temos, ainda, a previsão das seguintes datas das
100 reuniões do Conselho Universitário do próximo ano: dia 9 de junho, onde trataremos da
101 questão das vagas do vestibular; dia 25 de agosto, quando devem ser discutidas e
102 votadas as Diretrizes Orçamentárias; e no dia 24 de novembro, quando deve ser
103 votado o orçamento. Todas são datas preliminares, mas serve para nos organizarmos.
104 A reunião do dia três está, praticamente, definida." Ato seguinte em virtude da
105 manifestação da Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada, o **M. Reitor** reforça que no ano
106 de 2014 houve 11 reuniões do Conselho Universitário e que anunciou algumas
107 reuniões ordinárias, dando sequência a seus comunicados. **M. Reitor**: "A defesa dos
108 direitos humanos na Universidade de São Paulo. As universidades brasileiras, como a
109 USP, dado o seu caráter de instituições da sociedade, não estão imunes ao
110 aparecimento de atos que violam os direitos humanos e que precisam ser investigados
111 e punidos, mas que, principalmente, devem ensejar uma política de educação e de
112 prevenção. No presente momento, denúncias sobre violações dos direitos, acontecidas
113 no âmbito da Universidade de São Paulo, têm aparecido em diferentes veículos de
114 informação, sendo objeto de investigações por parte de organismos públicos, cujas
115 audiências assumem grande repercussão e visibilidade externa. Apesar da
116 seriedade de depoimentos que relatam ocorrências absolutamente condenáveis de
117 violação dos direitos, a Universidade tem sido vista como um centro de desrespeito aos
118 valores éticos; pior ainda, como uma comunidade conivente com ações que lhe são
119 estranhas. Nesse contexto, casos concretos de desrespeito que devem ser apurados,
120 esclarecidos e punidos na forma da lei, são mesclados a outros de natureza diversa,
121 assemelhando a Universidade a organizações de natureza delituosa e submetendo
122 toda uma coletividade à execração pública. Como se sabe, a condenação preliminar,
123 sem a finalização do processo, constitui grave violação do Direito, assim como
124 abominar todo um conjunto, em função dos atos de alguns. A Universidade de São

125 Paulo é detentora de respeitável história no campo da defesa dos direitos individuais e
126 sociais, sendo uma instituição que promove a tolerância e a convivência com as várias
127 expressões da diversidade. Em passado recente, numerosos professores e estudantes
128 foram alvos da violência posta a serviço da ditadura. A contribuição da comunidade
129 uspiana no processo de democratização foi de grande relevo. Professores da USP
130 criaram o Núcleo de Estudos da Violência, a Comissão de Direitos Humanos, mais
131 recentemente, o Núcleo dos Direitos, assim como têm tido papel de liderança na
132 Comissão Nacional da Verdade e nas iniciativas da ONU voltadas ao combate da
133 violência contra crianças, mulheres e à condenação do genocídio de populações
134 inteiras, como ocorre presentemente na Síria. Por essa razão, ações isoladas de
135 alguns, sejam estudantes, docentes ou servidores, não desviarão a USP do seu papel
136 de baluarte na defesa dos direitos humanos, o que não significa promover, como
137 querem alguns, autos-de-fé: todos sabem aonde levam ações inquisitoriais e
138 purificadoras. A vocação precípua da Universidade é a de educar e formar a juventude
139 segundo padrões éticos elevados, tornando-os cidadãos plenos, moralmente aptos a
140 desempenhar o seu papel em uma sociedade diferenciada, pluralista, democrática,
141 princípios estes todos avessos à demagogia. No cumprimento da sua missão pública é
142 necessário equilíbrio de julgamento, experiência, credibilidade moral, transparência e
143 objetividade. Cômscio da minha responsabilidade institucional e pública, convidei a
144 Comissão de Direitos Humanos da USP e personalidades de grande relevo nessa
145 matéria, a assumir a liderança de iniciativas sólidas e capazes de transformar toda a
146 nossa política na área. Os trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão serão
147 assistidos, no que couber, pela Comissão de Ética, pela Procuradoria Geral da USP,
148 pela Ouvidoria da Universidade, pelo Núcleo de Estudos da Violência, pelo Núcleo dos
149 Direitos, pelas Superintendências de Segurança, de Espaço Físico e de Tecnologia de
150 Informação, e pelos centros existentes nas unidades de ensino e pesquisa, criados
151 para desenvolver ações semelhantes. As medidas para realinhar as ações dos vários
152 órgãos já existentes, sob a égide da Comissão de Direitos Humanos, com o intuito de
153 estabelecer uma sincronia e sinergia entre eles, estão resumidas no comunicado do
154 Reitor, datado de hoje, e enviado a todos os dirigentes da USP. Medidas estas que se
155 aplicam, também, a todos os casos recentemente divulgados. Este comunicado que

156 todos os dirigentes devem receber hoje à tarde - e que será divulgado à imprensa
157 também - se completará com a reformulação da Comissão de Direitos Humanos, cujos
158 mandatos estão se encerrando hoje. Muito obrigado.” Ato seguinte o **M. Reitor** passa
159 para a Eleição de um docente da USP para compor o Conselho Deliberativo do
160 Instituto de Estudos Avançados, nos termos do inciso V do artigo 5º da
161 Resolução nº 5548, de 15.05.2009. Secretário Geral: “Reforço que o Regimento do
162 Instituto de Estudos Avançados prevê, no seu capítulo III - 'Do Conselho Deliberativo',
163 que um dos membros será um docente da USP escolhido pelo Conselho Universitário.
164 O atual membro escolhido pelo Conselho é o professor Guilherme Ary Plonski, da
165 FEA.” Cons. Antonio Carlos Marques: “Como representante dos Institutos
166 Especializados, sugiro a recondução do Professor Guilherme Ary Plonski, da FEA,
167 também vinculado à POLI, e que tem atuado de modo decisivo neste Conselho,
168 enriquecendo a Instituição. Sugiro, portanto, sua recondução.” Secretário Geral:
169 “Cumpra esclarecer que o Regimento permite uma recondução.” Cons. Antonio
170 Marcos de Aguirra Massola: “Encaminho um nome que consideramos realmente
171 importante para este cargo, o Professor Guilherme Plonski, e cremos que, neste
172 contexto, ele poderá desempenhar suas atividades a contento.” Ato seguinte, não
173 havendo mais indicações o **M. Reitor** passa à votação e, apuradas as cédulas, obtém-
174 se o seguinte resultado: Guilherme Ary Plonski = 86 (oitenta e seis) votos. É eleito o
175 Prof. Dr. Guilherme Ary Plonski para compor o Conselho Deliberativo do Instituto de
176 Estudos Avançados. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa a Palavra aos Pró-reitores. Cons.
177 Antonio Carlos Hernandez: “Minha fala será breve, contempla dois comunicados,
178 sendo que um deles irei repetir, se houver oportunidade, na primeira reunião de março.
179 Gostaria de, essencialmente, dizer que hoje encaminhei a todos os diretores um ofício
180 clamando para que cada Unidade tome a iniciativa e coloque na pauta a discussão das
181 formas alternativas de ingresso nos cursos de graduação da Universidade de São
182 Paulo. Encaminhamos, no caso específico do Ofício aos Diretores - naturalmente com
183 cópia a todos os membros do Conselho de Graduação - visando a que sugestões sobre
184 este tema possam chegar à Pró-reitoria de Graduação até o dia 20 de março do
185 próximo ano, de modo a termos tempo suficiente de discutir e consolidar a proposta
186 ligada ao Vestibular, sendo que nossa reunião será em 9 de junho. É fundamental que

187 todos ajudem neste processo, para que tenhamos ampla discussão. O último
188 comunicado se refere ao '1º Congresso de Graduação da Universidade de São Paulo',
189 que será realizado de 25 a 27 de maio, no Centro de Convenções Rebouças - isto em
190 decorrência dos Simpósios Temáticos da Pró-reitoria. Este ano, particularmente,
191 realizamos três simpósios, o último tratou sobre a docência na USP. Abordaremos
192 diversos tópicos e gostaria de contar com a participação de todos. Um estímulo para
193 que todos possam participar. Por fim, agradeço todo o apoio, em particular, das
194 Unidades que tive a oportunidade de visitar e discorrer sobre a modernização de seus
195 cursos de graduação. Quero, em público, agradecer e reforçar que no próximo ano
196 será intensificada a visita nas Unidades, a fim de, modernizar e valorizar a graduação
197 na Universidade." **Cons.ª Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco**: "Gostaria de
198 convidá-los a participar, na próxima semana - dia 16, terça-feira -, às 15h, nesta
199 mesma sala, da cerimônia de entrega dos prêmios 'Destaque Tese USP'. Serão
200 premiados nove autores de teses de doutorados em nove grandes áreas do
201 conhecimento e serão concedidas duas menções honrosas para cada uma das nove
202 áreas do conhecimento. Os orientadores serão premiados também. Foi um trabalho
203 intensivo de uma comissão ampla para escolher as teses vencedoras e a presença de
204 todos será fundamental para os autores destas teses e seus respectivos orientadores e
205 programas." **Cons. José Eduardo Krieger**: "Há uma preocupação muito grande desta
206 Reitoria em garantir o acesso dos pesquisadores à equipamentos diversos,
207 especialmente aqueles que são de grande porte e custosos e, para isso, há um esforço
208 em consolidar as experiências existentes e expandir os laboratórios multiusuários ou
209 *facilities*. Acredito que especialmente os diretores são o grande alvo, pois na medida
210 em que os pesquisadores têm sucesso junto às agências de financiamento,
211 principalmente a FAPESP, evidencia-se a questão do seguro destes equipamentos.
212 Diversos diretores recebem consultas da FAPESP, o pesquisador docente fica com
213 muitas dúvidas quanto a este quesito. Há unidades que recebem cartas da FAPESP
214 dizendo que se não houver a resolução deste quesito, os equipamentos não serão
215 disponibilizados. Gostaria de lembrar-lhes que já existe uma Portaria neste sentido, que
216 normatiza as ações da Universidade, a Portaria nº 4831, de 2010. Vamos novamente
217 enviá-la aos Diretores de Unidade e aos Presidentes de Comissão de Pesquisa, no

218 sentido que estas respostas sejam organizadas à FAPESP, o que é um processo muito
219 claro. A Universidade fez a opção de criar um fundo junto à COP e, quando existe a
220 necessidade de utilização destes recursos, a COP sabe como tratá-los. De qualquer
221 forma, a Pró-reitoria de Pesquisa procurará tornar esta tarefa ainda mais fácil para os
222 senhores, dando o ordenamento e os fluxos necessários. Creio que esta é uma medida
223 importante para que possamos estimular a formação destes laboratórios multiusuários,
224 pois de outra maneira, não é possível atender com racionalidade e valendo-nos do
225 princípio da autossustentabilidade, o acesso dos pesquisadores a este tipo de
226 equipamento.” **Cons.^a Maria Arminda do Nascimento Arruda:** “Primeiramente,
227 gostaria de dizer que existe um material da Pró-reitoria que foi distribuído, trata-se da
228 revista de Cultura e Extensão e o Caderno de Resumo dos Editais 2012 e 2013. Falarei
229 rapidamente, sobretudo sobre as iniciativas da Pró-reitoria neste trimestre de outubro a
230 dezembro que envolveram, especialmente, a Pró-reitoria: a Virada Científica, a Feira de
231 Profissões da EACH, o Seminário Editais da Pró-reitoria, o Simpósio Aprender com
232 Cultura e Extensão, o Programa Nascente, a USP e a Sociedade - este evento das
233 quatro Pró-reitorias e protagonizado pela Pró-reitoria de Cultura - e, por fim, a Música
234 na USP. A Virada Científica contou com oficinas e experimentos com mais de 60
235 atividades em 24 horas contínuas, que estabeleceu uma conexão estreita com a
236 sociedade. Aproximadamente, 10 mil pessoas estiveram aqui na Cidade Universitária e
237 nos outros *campi* onde a Virada Científica se realizou. A Feira especial na EACH, na
238 USP Leste, que foi solicitada por lideranças populares da região e por docentes da
239 Escola, de forma que a Pró-reitoria se incumbiu de dar corpo a esta iniciativa. Cerca de
240 dois mil visitantes estiveram na Feira, foi um evento de grande êxito. Ademais, tivemos
241 o Seminário Editais, que se refere a uma política regular de patrimônio cultural da
242 nossa Universidade, coordenado pelo professor José Tavares Lira, que envolveu
243 discutir o apoio à preservação e intercâmbio de bens culturais da Universidade.
244 Podemos, assim, ter uma ideia dos projetos aprovados por *campi* e das pessoas
245 envolvidas. Tivemos, no total, 1.609 pessoas envolvidas com os Editais. Esta
246 publicação também reflete os resultados deste programa, portanto chamamos de
247 ‘balanço e perspectivas’, sendo que, novamente reforço, o número de projetos
248 contemplados segundo o vínculo do proponente, sendo este um programa avançado

249 que envolveu funcionários e estudantes. Tivemos também o Seminário do Programa
250 Aprender com Cultura e Extensão, ligado, tanto a uma relação entre mérito quanto
251 permanência estudantil, atividade recém ocorrida na EACH nos dias 2 e 3 de
252 dezembro. O público foi composto de mais de mil alunos bolsistas, 176 avaliadores,
253 461 visitantes, mais de 1.600 participantes. Interessante perceber que as pessoas
254 ligadas ao entorno da EACH estiveram presentes. O concurso de Artes na
255 Universidade, que é a premiação do Nascente é um programa em franca expansão em
256 relação aos anos de 2013 e 2014, foi muito bonito. Houve espetáculos de música,
257 exposições de artes, entre outros. Não obstante, com relação aos círculos de debates
258 que as Pró-reitorias realizaram em conjunto – sendo protagonizado pela Pró-reitoria de
259 Cultura e Extensão Universitária – coordenado pelo Pró-reitor adjunto, professor
260 Moacyr Novaes, com convidados de destaque apresentando e discutindo a
261 contribuição da USP, bem como, sua integração com a sociedade nas diversas áreas.
262 Por fim, quanto à última atividade, a chamada ‘Música na USP’, no contexto dos 80
263 anos da Universidade, que envolve todos os corpos musicais fundamentais da
264 Universidade, como a OSUSP, a OCAM, o Coral USP a Filarmônica de Ribeirão, bem
265 como, outros grupos musicais, é uma somatória de iniciativas de instâncias que
266 produzem e difundem a música no âmbito da USP, sobretudo pelo departamento de
267 música da ECA e o Pró-reitor João Marcos de Almeida Lopes. Desta forma, haverá o
268 último concerto que encerra as comemorações dos 80 anos neste ano, no dia 14 de
269 dezembro, próximo domingo, com a participação do Coral USP. Quero agradecer
270 muitíssimo a todos, por todo o apoio que a Pró-reitoria tem recebido, agradecer aos
271 meus companheiros Pró-reitores e desejar a todos um ótimo 2015.” A seguir o **M.**
272 **Reitor** passa ao item **Palavra aos Conselheiros. Cons.^a Simone Rocha de**
273 **Vasconcellos Hage**: “Sou representante dos Professores Associados e esta é a
274 primeira vez que me manifesto. Entendendo que precisaria ouvir muito para que eu
275 pudesse compreender a governança na Universidade de São Paulo e, pelo que pude
276 aprender de todas as reuniões das quais participei, destaco algumas questões.
277 Primeiramente, o quanto éramos, ou ainda somos, carentes de informação, pois a partir
278 do momento que passei a exercer esta representação – evidente que não consegui
279 conversar com os 1.900 professores associados, mas consegui conversar com

280 aproximadamente 70 – toda vez que uma reunião acontecia, procurava informá-los
281 sobre aquilo que era deliberado neste Conselho. Em seguida, uma avalanche de e-
282 mails chegava, com opiniões, sugestões e comentários. Dentro destes comentários
283 destacava-se o quanto não se sabia daquilo que realmente estava acontecendo e o
284 quanto não havia informações. Isso foi o que primeiro chamou minha atenção e o
285 professor Zago ressaltou que nesta gestão temos uma participação maior do Conselho
286 Universitário, em contrapartida, cada um de nós busca repassar estas informações
287 para nossos representados. A segunda impressão é que possuímos muitos problemas.
288 Estes problemas não me assustam, pois, escutando e verificando o que acontece neste
289 Conselho, penso que o sucesso de uma pessoa ou empresa não depende da não
290 existência de problemas, mas sim na capacidade de resolvê-los. Vemos que temos um
291 longo caminho pela frente, no sentido de resolvê-los. A questão não é que os
292 problemas inexistam, mas sim, que sejam resolvidos. Ademais, os professores
293 Associados me fizeram dois pedidos, com certa insistência, que não tive a
294 oportunidade de apresentar. Primeiramente, eles pedem informações sobre a apuração
295 de responsabilidades em relação à situação financeira da USP. O outro pedido é que o
296 senhor, professor Zago, possa se debruçar sobre a questão do teto salarial, pois isto
297 vem criando uma desmotivação dos professores – não sei de que forma isto poderia
298 ser feito. Creio que o senhor possa responder melhor, mas entendo que todos aqueles
299 que trabalham bem querem ganhar bem. Nós trabalhamos com um produto nobre, que
300 é o conhecimento e a construção de conhecimento, portanto, as pessoas desejam que
301 tal profissão possa ser muito bem remunerada, para que não aconteça conosco o que
302 talvez aconteceu no passado com os professores do ensino fundamental. Para quem
303 teve professores na década de 60 e 70 – nasci nos anos 60 e nos anos 70 fui aluna –
304 neste período o professor era valorizado, hoje as pessoas não querem mais ser
305 professores do ensino fundamental, em função da má remuneração. Terceira e última
306 coisa que gostaria de comentar, mas o senhor já fez este papel, diz respeito às
307 denúncias sobre as violências ocorridas na USP, mas não tratarei das denúncias ou
308 das violências em si. No período que isto ocorreu me assustou muito, não só a
309 violência, mas sim como as pessoas banalizaram e criminalizaram as vítimas. Ora, se
310 não se quer passar por isso, não vá às festas, não beba. Isto mostrou-nos o quanto

311 falta uma política de educação. Uma política educativa para que estas coisas não
312 sejam banais: 'isto é coisa de aluno'. Banalizou-se a violência e isso me assustou.
313 Creio que a maneira de reverter este quadro é por meio de políticas educativas. Com
314 toda certeza, existe uma questão cultural em nosso país, mas talvez nós, dentro de
315 nosso universo da Universidade de São Paulo, possamos ter uma cultura diferente no
316 momento de enfrentarmos problemas deste tipo.” **M. Reitor:** “Não me manifestarei em
317 cada caso, mas no final farei algumas manifestações, em parte, relacionado àquilo que
318 a Conselheira disse.” **Cons.^a Gabriela Soldera Ferro:** “Solicitei a palavra, pois na
319 penúltima reunião do Conselho Universitário, proferi uma fala sobre a audiência pública
320 que estava ocorrendo naquele momento. Creio que isto está muito relacionado com a
321 leitura que o professor Zago fez no início. Gostaria de falar que a situação da
322 Universidade está muito mais séria do que o que disse naquele dia. Já somam três
323 audiências públicas em que, inclusive, a Faculdade de Medicina, que foi chamada para
324 comparecer, não esteve presente – e se não me engano, não esteve presente em
325 nenhuma das três. Venho reforçar que há oito anos não ocorria uma CPI na
326 Assembleia Legislativa de São Paulo, a Assembleia convocou uma CPI para investigar
327 os casos de violência que ocorrem na Universidade de São Paulo. Portanto, isto não é
328 uma coisa simples, mas sim algo absolutamente sério. Volto neste assunto, pois fiquei
329 muito incomodada com a leitura desta carta feita pelo professor Zago. Pela utilização
330 de termos como inquisição, pois na verdade, parte de um processo que foi divulgado
331 agora, um processo de décadas nos quais acontecem casos de opressão e de
332 violência contra a mulher, casos de trotes violentos. Isto vem sendo denunciado há
333 muito tempo, inclusive nas audiências públicas – que estão disponíveis para todos que
334 quiserem ver – existem denúncias de que a Faculdade omitia muitos dos casos. Este
335 não é um processo de inquisição para perseguir culpados. Este é um processo
336 completamente necessário, pois foi apenas por meio da pressão exercida pelo
337 movimento e da organização de diversos estudantes que sofreram com esta violência,
338 que hoje, por exemplo, existe uma CPI para julgar estes casos. Estes não são casos
339 apenas da Faculdade de Medicina, são casos da Universidade inteira. São denúncias
340 de professores de diversos Institutos que assediaram meninas e isso estará na CPI.
341 Creio que a Universidade necessite se posicionar com relação a isso. Reforço isto aqui,

342 pois creio que esta é uma questão muito séria perto do conteúdo da carta que o
343 professor Zago leu, pois creio que é uma carta que não considera a seriedade do
344 assunto. Quero, ainda, complementar que fizemos um encontro com mais de 300
345 estudantes neste semestre e debatemos este caso, e se a Universidade tomar isto para
346 si – pois deve tomar – de modo a construir políticas para que isso acabe, afinal isto não
347 pode acontecer na Universidade de São Paulo. Precisamos levar em conta de forma
348 absoluta algo que a tempo reforçamos; nós estudantes temos um acúmulo real sobre
349 este tema da violência, temos pautas concretas, propostas de ouvidorias públicas que
350 funcionem, temos propostas sobre a 'calourada', sobre a recepção dos calouros, enfim,
351 temos diversas propostas. Precisamos fazer parte de modo orgânico deste processo.
352 Na verdade, os estudantes devem ser protagonistas deste processo no qual a
353 Universidade se posicionará para acabar com estes casos. Para concluir, considero
354 que é costume da Universidade de São Paulo, culpar as vítimas pelos caos – como
355 disse a professora que falou antes de mim. Por exemplo, esta palavra 'inquisição' que
356 foi colocada, considero isto absurdo, peço inclusive a gentileza de que o professor
357 Zago se retrate sobre isso ou aqueles que fizeram a carta, pois inquisição é uma
358 palavra completamente forte para se colocar em relação àqueles que estão se
359 posicionando no sentido que se punam os culpados, os violentadores. Como pode ser
360 inquisição queremos que violentadores sejam punidos? Isto é um completo absurdo. É
361 costume desta Universidade culpar as vítimas. É costume desta Universidade tentar
362 esconder isso na mídia, quando a Folha de São Paulo solta textos e artigos sobre os
363 casos, pois é evidente que isto vulnerabiliza a USP. Por fim, este quadro tornou-se
364 muito terrível para a Universidade. Esta CPI foi aberta, a Assembleia Legislativa já
365 convocou três audiências públicas, isto será levado adiante, terá um fim; e o fim –
366 espero – será que todos os casos de opressões, violências, estupros e, inclusive,
367 mortes em trotes de calouros, sejam devidamente investigados, divulgados e será
368 terrível para a Universidade tentar esconder até o fim deste processo, estes casos.
369 Está na hora de assumirmos tudo o que aconteceu, pois isto não é da última gestão,
370 isto não é desta gestão, é algo institucional desta Universidade e o primeiro passo para
371 se avançar é assumir tudo o que aconteceu, é levar para frente um processo que
372 envolva os estudantes e as estudantes, que tem organização e pautas muito concretas.

373 Temos, inclusive, uma carta contendo muitas propostas e gostaríamos, ou melhor,
374 exigimos fazer parte de um processo para acabar com o que está ocorrendo aqui.” **M.**
375 **Reitor:** “Conselheira Gabriela Ferro, convidaria, se quisesse, a pegar uma cópia do
376 que eu disse – que não foi uma carta, afinal isto é uma declaração do Reitor da
377 Universidade de São Paulo – e lhe dar a oportunidade para ler e compreender
378 exatamente o conteúdo, pois minha impressão é de que aquilo que a senhora ouviu
379 não foi exatamente o que falei. Segunda coisa, dentro daquilo que a senhora falou,
380 consta a acusação de que Institutos assediaram meninas, isto está gravado. Sua
381 conduta não diminuirá a atitude do Reitor da Universidade de São Paulo de encarregar
382 a Comissão de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo a examinar todos os
383 casos, conforme comunicado divulgado para todos os Dirigentes da Universidade. A
384 senhora, por favor, ao se dirigir ao Reitor da Universidade de São Paulo e ao se dirigir
385 ao Conselho Universitário, assuma um comportamento mais adequado ao ambiente.”
386 **Cons. João Cyro André:** “Primeiramente, gostaria de falar algo que não estava no
387 meu programa. Lembrarei da escola de bases, um processo que levou à condenação
388 de donos de uma escola, condenados pela Folha de São Paulo sem o devido
389 julgamento, e, anos depois, recentemente, foi comprovado sua inocência. Então,
390 gostaria de colocar um contraponto, o meu apreço pela manifestação do professor
391 Zago, a qual darei a devida repercussão na Escola Politécnica. Mas gostaria de falar,
392 principalmente, sobre o orçamento, primeiramente sobre o orçamento da USP. O
393 orçamento da USP 2015 pode ser concebido com a premissa de que o Estado de São
394 Paulo deve prover a quantia que a USP necessita para ajustar seu orçamento. Outra
395 visão é de que a USP deve atuar com responsabilidade fiscal e limitar os seus gastos
396 ao valor da receita do Tesouro do Estado, que hoje é de R\$ 4,8 bilhões.
397 Responsabilidade fiscal quer dizer, no espírito da Lei 101, criada com intuito de
398 controlar os gastos públicos com planejamento e transparência, que a USP dispõe, em
399 dezembro de 2014, de reserva financeira, R\$ 1,7 bilhão para utilização em situações
400 emergenciais, como é a situação financeira atual, ou em ações estratégicas que não
401 comprometam sua sustentabilidade financeira. Esta reserva financeira vem se
402 reduzindo significativamente e perigosamente nos últimos anos. Aspecto relevante é a
403 utilização da reserva financeira, neste orçamento 2015, em conta conjunta com a

404 receita do Tesouro do Estado, alternativamente, ela pode ser tratada como conta
405 distinta, de modo que se possa avaliar com mais clareza a evolução dos recursos
406 originários da receita do Tesouro do Estado e da reserva financeira. A atual situação
407 financeira da USP não está sobre controle para o horizonte de 2 ou 3 anos. Urge tomar
408 medidas que revertam esta situação e, para isto, deve ser considerado, entre outras, as
409 seguintes orientações: atuar com responsabilidade fiscal, estabelecendo orçamento
410 que possa ser cumprido com a receita do Tesouro do Estado; tratar das contas de
411 receita, tesouro do estado e reserva financeira como contas distintas, para maior
412 clareza da real situação financeira da USP; reanalisar o orçamento inicial de 2015 em
413 março e em setembro, como recomenda a própria COP, efetuando os ajustes que se
414 fizerem necessários à luz de novas informações consolidadas, principalmente as
415 relativas ao Plano de Incentivo à Demissão Voluntária e ao Dissídio Salarial; envolver a
416 Controladoria da USP nas reanálises previstas, coisa que não aconteceu neste
417 momento; manter meta de reajuste de orçamento da receita do tesouro do estado até
418 dezembro de 2016; e fixar meta para consolidar a reserva financeira mínima até
419 dezembro de 2016. Ressalte-se que a transparência por si só é positiva, mas não é
420 suficiente, há de ser acompanhada de responsabilidade fiscal nos termos definidos na
421 lei e, repito, controlar os gastos públicos com planejamento e transparência. Durante a
422 discussão da proposta orçamentária 2015, farei as observações específicas sobre os
423 valores e sobre a proposta que será apresentada pela COP.” **Cons.ª Marcela Silva**
424 **Carbone**: “Primeiramente, deixa-me muito indignada que estejamos discutindo,
425 justamente, o problema que as mulheres sofrem nesta Universidade – sendo que,
426 estarmos dizendo que as mulheres são desrespeitadas, onde a concretização máxima
427 disso são os casos de homicídio, estupro, entre outras violências – e vemos a maneira
428 como o Reitor tratou quem justamente veio aqui, indignada, tentar denunciar esta
429 questão, dizendo que ela deveria ter uma postura mais adequada. Creio que o que
430 precisa ser dito a este Conselho é que falta de respeito não é deixar de usar um
431 pronome de tratamento para se referir ao Reitor, desrespeito é o que está acontecendo
432 com mulheres nesta Universidade, que estão sendo estupradas. Isto é desrespeito. Em
433 minha opinião, esta animosidade toda que acontece aqui, deve-se ao fato de que
434 muitos dos que estão aqui, serem justamente aqueles que acobertam os casos, pois

435 muitos são diretores de Unidade. Isto precisa ser dito. É muito ruim que o professor
436 Zago tenha se retirado no meio da minha fala por não ter coragem de escutar aquilo
437 que digo. Dizer que essas são atitudes individuais é justamente ignorar que se trata de
438 um problema social muito profundo, pois se analisarmos os dados em 2008, veremos
439 que 50 mil mulheres no Brasil foram estupradas, 70% das mulheres sofrem algum tipo
440 de violência ao longo da sua vida, 83% das mulheres sentem-se assediadas ou
441 desconfortáveis quando sofrem cantadas nas ruas. Sabemos que as delegacias da
442 mulher não funcionam, que as mulheres são desestimuladas a denunciar, por isso o
443 que acontece hoje com as mulheres da Faculdade de Medicina precisa ter o devido
444 tratamento. Não se pode dizer que a USP não tem nada a ver com isso, pois é
445 justamente quando as instituições não possuem políticas para conscientizar e para
446 combater esse tipo de violência é que esta violência se perpetua. Em minha opinião, a
447 USP precisa começar com uma campanha contra a violência à mulher no ano que vem,
448 afinal, faz campanha para que não se jogue lixo no chão, faz uma série de campanhas,
449 mas precisa tratar isto de modo específico, não é uma campanha contra a violência de
450 modo genérico, que é também um problema da Universidade, mas aquilo que estamos
451 falando refere-se à violência contra a mulher. Um recorte bastante específico. Além
452 disso, sabemos que a USP passa por uma série de escândalos, por exemplo, na
453 semana passada, no Estadão, veicularam uma notícia de que um professor da
454 Geografia, chamado André Martin, disse com todas as letras que 'se o exército
455 brasileiro não estivesse no Haiti, quem ia por ordem naquela macacada' em uma clara
456 demonstração de racismo com o povo negro, ou seja, isto também se expressa na
457 Universidade de São Paulo. Também se expressa racismo na Universidade, não são
458 atitudes individuais. A instituição precisa se responsabilizar e uma pauta que o
459 movimento negro luta, historicamente, é para que tenham cotas nesta Universidade,
460 pois é só olhar a composição deste Conselho e veremos que quase não há negros.
461 Esta é a situação das salas de aula, pouquíssimos negros na Universidade de São
462 Paulo. Este é um lugar absolutamente elitizado, precisamos transformar esta realidade
463 repleta de problemas que escandalizam a imagem da USP e fazem com que cada vez
464 mais mulheres sintam medo e negros sintam-se isolados. Isso se dá justamente pelo
465 fato de a USP ignorar que estes problemas acontecem, os tratar como casos

466 individuais, atitudes individuais. Precisamos de políticas concretas por parte da
467 Universidade, portanto, precisamos mudar a composição social desta Universidade, ter
468 políticas específicas para o caso das mulheres. Compreender que se trata de
469 machismo dentro da Universidade, dentro da sociedade e machismo interno à
470 instituição, desde professores dentro das salas de aula e certos tratamentos. Machismo
471 é dizer para uma estudante que ela precisa ter posturas adequadas, quando se trata de
472 uma estudante mulher que passou a vida toda ouvindo que ela precisa ter uma postura
473 adequada, recatada e não deve se manifestar. Disto até casos de estupros e de
474 violências que acontecem na Faculdade de Medicina. Espero que esta animosidade se
475 transforme em políticas concretas. Muito obrigada” **Cons.^a Leny Sato**: “Inicio minha
476 gestão como representante da Congregação do Instituto de Psicologia, juntamente com
477 a professora Ana Maria Loffredo, que é a suplente de representante da nossa
478 Congregação. Gostaria de compartilhar uma experiência que tivemos na última reunião
479 da Congregação, na qual, tanto a professora Ana como eu, fomos conduzidas para
480 ocupar este espaço no Conselho. Foi uma discussão muito interessante e frutífera, em
481 termos de aspectos que me parecem atinentes a todo este processo que está sendo
482 conduzido pela CAECO, inclusive, sobre a reforma estatutária. Durante este processo
483 de discussão, identificamos que seria muito difícil termos também, como representante
484 da Congregação deste Conselho, os funcionários técnicos e administrativos que têm
485 assento nas congregações e também representantes discentes. Considerávamos
486 então, em virtude da experiência que temos tido de espaços de discussão bastante
487 frutíferos, que seria interessante considerar esta possibilidade nesta reforma
488 estatutária, na estrutura de poder e governança especificamente, que fosse aberta a
489 possibilidade de que estes representantes membros das Congregações também
490 pudessem ser representantes delas nos Conselho Universitário. Obrigada.” **Cons.**
491 **Claudimar Amaro de Andrade Rodrigues**: “Gostaria de colocar um problema, creio
492 que o Professor Carlotti até vai falar comigo depois, sobre uma questão que já levantei
493 há uns anos atrás, quando fazia parte desse Conselho e também junto à Pró-Reitoria
494 de Graduação, quando fazia parte daquele Conselho, que é sobre o transporte dos
495 representantes discentes para as nossas reuniões. Assim que recebi o comunicado,
496 solicitei o transporte para cá junto à minha Unidade e, infelizmente, não tinha carro

497 disponível, mas conseguimos uma carona com o pessoal da FDRP, a quem agradeço.
498 Também não tenho como voltar, se alguém de Ribeirão Preto tiver uma vaga em um
499 carro, agradeceria muito. Mas além da carona solicitada, gostaria que pensássemos
500 em um projeto de sistematização junto a esses transportes. Às vezes vêm muitos
501 carros, às vezes eles vêm com poucas pessoas, seria uma forma de tentar otimizar as
502 vagas de transporte. Nesse momento de contenção de gastos, seria interessante
503 pensarmos como fazer isso, lembrando que esse assunto já foi discutido no Conselho
504 do *Campus* e o sistema de rodízio já funciona nas unidades, mas às vezes tem as suas
505 falhas. Tratar essas questões junto às normas da USP, aproveitando que estamos em
506 um momento de reestruturação dessas normas. Já conversei até com o Prof. Poveda
507 para discutirmos isso depois de uma forma melhor.” **Secretário Geral**: “Conselheiro
508 Claudimar, certamente vamos resolver essa questão do transporte.” **Cons. José**
509 **Otávio Costa Auler Júnior**: “Como fomos citados várias vezes, queria dizer que todos
510 nós reconhecemos e somos solidários às vítimas que foram trazidas ao nosso
511 conhecimento ou que se manifestaram na Assembleia Legislativa. Como nossa
512 estudante diz, a questão da violência transcende a Universidade, ela está presente e
513 reconhecemos isso, mas necessitamos estar de maneira tranquila, serena para discutir
514 isso em profundidade na nossa Universidade e creio que o Professor Zago já se
515 manifestou a respeito da Comissão de Direitos Humanos, que deve se multiplicar em
516 todas as unidades. Queria também dizer que a FM jamais se omitiu ou se omitirá na
517 apuração de fatos ou acontecimentos que cheguem ao seu conhecimento e várias
518 sindicâncias já vem sendo estruturadas ao longo desses últimos meses, nessas
519 apurações. Também temos nos antecipado a esses problemas, até convido a
520 estudante a fazer uma visita, posteriormente, ao Núcleo de Acolhimento, que está
521 praticamente pronto, trabalhando já há muitos meses, mais de um ano, com a presença
522 de assistentes sociais, psicólogos, médicos e, inclusive, assistência jurídica, onde os
523 estudantes e toda a comunidade podem ter um canal oficial de comunicação com a
524 Instituição, um canal bastante eficiente, de apoio a todas as situações. Queria dizer que
525 na questão da audiência pública, todas as vezes mandei justificativa por escrito ao
526 nobre deputado, pois na maior parte das vezes, estava em situações acadêmicas que
527 me impediam de deixar a FM. Aproveito para dizer que todas as informações

528 compareciam involuntariamente ao Ministério Público, levei todas as informações,
529 fizemos lá uma ata de reunião, acompanhada pela Procuradoria da USP, estamos
530 prestando todos os esclarecimento à promotora pública, em trato permanente com ela,
531 acredito que desse modo todas as informações solicitadas estão sendo enviadas de
532 uma maneira formal. Agradeço a manifestação da estudante, que me permitiu dar
533 esses esclarecimentos e, claro, em momento oportuno, a convido para visitar nosso
534 Núcleo de Acolhimento.” **Cons.ª Margarida Maria Krohling Kunsch**: “Considerando
535 que essa questão da violência deve ser encarada por toda a comunidade, criamos uma
536 comissão permanente para observar casos de denúncias de racismo, discriminações,
537 homofobia, sexismo e outros, formada por docentes, funcionários e estudantes no
538 âmbito da ECA-USP e, quando couber, o papel dessa comissão é comunicar à Direção
539 sobre fatos ou situações em que entende-se que há a necessidade de apuração
540 através da constituição de comissão de sindicância ou denúncia junto à Comissão de
541 Ética da USP.” **Cons.ª Neli Maria Paschoarelli Wada**: “Quero endossar as palavras da
542 companheira Gabriela e tomar sua defesa. Sabemos e não ignoramos que a
543 Universidade é um baluarte em direitos humanos, inclusive conhecemos todo o
544 trabalho do Núcleo de Estudos da Violência, mas, infelizmente, esses organismos que
545 demonstram ao mundo a sua competência e sua capacidade não têm atuado dentro da
546 Universidade. Inclusive, gostaria de solicitar, já que agora essa Comissão de Direitos
547 Humanos vai atuar, realmente, dentro da Universidade, que fosse incluída a questão do
548 assédio moral. Temos 85 ações judiciais contra a USP, já são 5 vítimas, ou seja,
549 suicídio por assédio moral dentro da USP e daqui a pouco respinga, também, na
550 Assembleia Legislativa. Então gostaria de solicitar a todos os diretores e diretoras,
551 professores e professoras, que evitem o assédio moral dentro da sua Unidade, porque
552 isso é crime. Temos também duas ações ‘civis crime’ na Vara do Trabalho, então
553 gostaríamos de pedir para o senhor Reitor atenção a essa questão. E vou tomar a
554 defesa da Conselheira Gabriela. Nós, que somos as minorias dentro da Universidade -
555 com todo o respeito, é assim que vocês nos tratam - muitas vezes o senhor Reitor tem
556 ficado muito bravo com os funcionários, por isso tomo a defesa da Gabriela, porque ela
557 esteve aqui, acho que na penúltima reunião do Co, e disse para o senhor sobre uma
558 licitação fraudulenta da iluminação pública, que foi feita na USP. Eu espero que o Prof.

559 Poveda tenha contado para o Reitor a história, porque como sou servidora pública e
560 recebo muitas denúncias, contei para o Professor Poveda. A Gabriela disse que o
561 processo da iluminação pública na USP havia sido fraudulenta e, realmente, isso
562 aconteceu. Inclusive, essa Universidade está devendo alguns milhares de reais para
563 quem construiu e trabalhou duro carregando piano na implementação dessa iluminação
564 elétrica, que inclusive agora já é objeto de uma CPI na Assembleia Legislativa. Então,
565 Professor Zago, quando fazemos as denúncias aqui, não é com o intuito de atacar ou
566 desgastar esse Co, mas sim para que possamos tomar conhecimento das coisas
567 negativas e nocivas que nos atingem, para que possamos lavar nossa roupa suja
568 dentro da própria Universidade, dentro da nossa própria casa. Agora, quando a roupa
569 suja não é lavada dentro da nossa casa, temos que lavar lá fora. Gostaria, também, de
570 anunciar a morte de um funcionário, que ocorreu do dia 2 para o dia 3 e foi encontrado
571 às 20h30 da noite na raia do CEPEUSP. E esse companheiro morreu dada as suas
572 condições de trabalho. Com isso, gostaria também de solicitar a todos vocês, no final
573 de 2014, muita atenção às condições de trabalho, porque elas estão péssimas nas
574 unidades e também são objeto do Ministério Público. Pedimos que cada Diretor, cada
575 Gestor Público, dê uma atenção às condições de trabalho da sua Unidade, porque isso
576 está ceifando vidas dentro da USP.” **M. Reitor:** “Conselheira, sobre esse tópico não
577 vou comentar, porque não estou informado dos detalhes. Quero comentar, no entanto,
578 duas coisas a que a senhora fez referência. A primeira delas é com relação à atuação
579 para esclarecimento e a segunda, sobre as providências relativas a diversos casos em
580 que ocorre - ou há suspeita de que tenha ocorrido - desrespeito a direitos, inclusive a
581 questão do assédio moral. O que precisamos, Conselheira, é utilizar, de uma maneira
582 sincronizada, racional, coerente e harmônica todos os instrumentos que já existem na
583 Universidade. Esse foi o objeto do meu comunicado a todos os dirigentes, dizendo que
584 cada um dos diretores de unidades ou de órgão da Universidade tem a
585 responsabilidade legal de abrir sindicâncias sempre que houver denúncia ou suspeita
586 de desrespeito. Ele deverá comunicar imediatamente esta abertura à Comissão de
587 Direitos Humanos, de tal maneira que a Comissão saiba que há um processo em
588 andamento para aquele caso especificamente. Em todos os casos, o Diretor é o
589 responsável legal por determinar a realização do processo de sindicância. Em segundo

590 lugar, ao comunicar a instalação de um processo de sindicância à Comissão de
591 Direitos Humanos, deverá ser enviada cópia da portaria. Terceiro, ao final do processo,
592 o relatório final será encaminhado à Comissão de Direitos Humanos, que poderá pedir
593 esclarecimentos adicionais ou proceder a investigações adicionais. Além do mais, não
594 só os diretores, mas a Comissão de Ética, a Ouvidoria e a Superintendência de
595 Segurança também comunicarão à Comissão de Direitos Humanos todas as queixas
596 de desrespeito a esses direitos, bem como situações em que haja indício de
597 desrespeito. Existe um representante dos discentes, mas que até agora nunca
598 participou e a portaria será refeita amanhã para incluir um representante dos
599 servidores, que atualmente não existe nessa Comissão. Desta maneira, vamos confiar
600 a uma Comissão que tem membros internos e externos da Universidade, que de uma
601 maneira independente da Reitoria e de qualquer um dos diretores, possa acompanhar
602 todos os casos onde haja denúncia, suspeita e assim por diante, que precisarão ser
603 apuradas, porque nem todas as denúncias de fato se configuram, no final das contas,
604 realmente em desrespeitos. Algumas sim e as providências terão que ser tomadas. É
605 dessa maneira que a Universidade pretende tratar os casos concretos. Além disso,
606 certamente caberá novamente à Comissão de Direitos Humanos, assessorada de
607 todos os outros órgãos que a senhora mesma fez referência, como por exemplo, o
608 Núcleo de Estudos da Violência e outros, a organização de ações que terão caráter
609 mais preventivo, educativo, proativo, mas isso é outra coisa. Primeiro, precisamos
610 garantir que não haja dúvida nenhuma de que a USP e nenhuma de suas unidades tem
611 qualquer interesse em deixar de esclarecer e punir, quando necessário, os
612 responsáveis por qualquer caso em que haja desrespeito aos direitos humanos. É essa
613 a nossa atitude e entendo que é comum com a dos servidores e dos estudantes. Se
614 houver algo, além disso, que queiram adicionar, a Reitoria está absolutamente disposta
615 a ouvi-los. Se essas medidas não lhes parecem suficientes, por favor, comuniquem ao
616 Reitor.” **Secretário Geral:** “Como a Conselheira Neli fez referência ao meu nome,
617 gostaria de dizer que a Conselheira tem toda a confiança de falar comigo, ela sabe
618 disso e compartilha, como eu e tantos aqui, uma preocupação pelo bem da
619 Universidade. Em relação ao caso que a Conselheira citou, acho que a bem da
620 verdade da justiça, estamos falando de um empresário que diz que ‘quarteirizou’ os

621 serviços na execução da iluminação, isso já foi comunicado e está dentro de um
622 processo de apuração. Como advogado que sou e professor de Direito, apenas digo,
623 com muito carinho e muito respeito, que temos que tomar um pouco de cuidado, pois
624 uma coisa é alguém falar que deve ser apurado e outra coisa é já tomar isso como fato
625 líquido e certo.” **M. Reitor**: “Exatamente, essa era a outra questão que precisávamos
626 ter comentado e que se vincula a uma manifestação feita aqui da outra vez, a quem
627 também chamei a atenção, não pelo fato de se manifestar com relação a querer
628 esclarecimento, mas dar como fato líquido e certo algo que precisa ser investigado.
629 Precisamos administrar isso com certo cuidado, novamente, não interessa,
630 absolutamente, nem à Reitoria, nem à administração da USP, deixar de investigar cada
631 um desses casos, mas tomando os cuidados para não nos tornarmos, nós mesmos,
632 alvo de processos.” **Cons. José Roberto Castilho Piqueira**: “Pedi a palavra para dizer
633 apenas mais uma coisa e, inclusive, já foi falado, que a estudante precisa tomar um
634 pouco de cuidado ao colocar alguma informação. Ela disse que os diretores de
635 institutos que aqui estão acobertam casos de estupros, etc. Queria perguntar se estou
636 incluído nisso, se disser que estou, vou tomar providências. Caso contrário, gostaria
637 que a Conselheira retirasse, dissesse ‘você não está incluído’ ou ‘não sei’ ou coisa
638 assim. Gostaria que a Conselheira se pronunciasse, é pessoal. Pedi a palavra para
639 isso, porque acho que é muito chato ser acusado de uma coisa que não fizemos, o
640 ônus da prova é do acusador, não do acusado. Fui acusado, como todos os diretores
641 de unidades, de acobertar casos de estupros, violência, etc. Quero saber se estou
642 sendo acusado mesmo disso, porque se estou, vou tomar providências. Essa é a
643 primeira coisa. A segunda coisa é que acho muito pobre essa discussão, a discussão
644 que vale e que nos esquecemos é que o *Times Higher Education* divulgou um *ranking*
645 das Universidades dos países emergentes, o *Ranking Brics* e Economias Emergentes
646 2014. Isso teve pouquíssima divulgação na imprensa, mas a nossa Universidade ocupa
647 o 10º lugar entre as melhores universidades dos países emergentes. E é engraçado
648 que o Estadão fala assim: ‘seguida da Unicamp em 27º...’; não me consta que 27º é um
649 número natural logo em sequência ao dez. Então, a USP ficou em 10º lugar, seguida
650 pela Unicamp no 27º, pela UFRJ em 69º e pela UNESP em 97º. Nenhuma outra
651 Universidade brasileira está entre as 100 melhores universidades desse ranking. De

652 forma que gostaria que tomássemos um pouco de cuidado quando falamos assim
653 ‘vamos ver como funciona a universidade tal’, preferia que eles viessem aqui ver como
654 nós funcionamos. E que fôssemos olhar a nona, a oitava, a quinta, a primeira, para ver
655 se melhoramos. No meio dessa confusão toda, gostaria de parabenizar a todos, nossa
656 Universidade é a 10º colocada no *ranking do Times Higher Education* dos países
657 emergentes e a única brasileira entre as 10 primeiras. Parabéns a todos nós, sinal de
658 que tem muita coisa boa sendo feita, mas muita coisa ruim sendo falada. Não sou
659 contra as pessoas dizerem aquilo que está errado para consertarmos, mas isso é muito
660 pouco. Isso é quase que uma espécie de complexo de vira-lata, como diria Nelson
661 Rodrigues – ‘somos ruins, nada aqui presta’. Mas isso não é verdade, como mostram
662 os diversos *rankings* das principais revistas internacionais e entidades que ranqueiam
663 as universidades do mundo. Aguardo a resposta oficial, porque isso está sendo
664 gravado, a respeito da minha participação no acobertamento de casos de estupro
665 nessa Universidade.” **Cons. Jefferson Antonio Galves**: “É bom falar depois dessa
666 fala, vou comentar sobre a situação deprimente que passamos nas últimas semanas,
667 com as denúncias de estupro. Fiquei triste, deprimido, as declarações do colega Paulo
668 Saldivas me deixaram extremante abalado, acho que é preciso não só que a FM tome
669 providências, mas que a USP assuma essa discussão de maneira muito séria, como
670 creio estar assumindo.” **Secretário Geral**: “Foi feita uma comunicação logo no início da
671 reunião, só para informar.” **Cons. Jefferson Antonio Galves**: “Sim, desculpa, mas
672 disse uma coisa para a Cons. Neli em uma reunião anterior, que acho importante falar
673 das questões aqui, mas isso é caso de polícia. Violência contra a mulher e racismo são
674 crimes horrendos, tem que ser denunciado, tem que ser julgado. As pessoas têm que
675 ser presas e isso tem que ser feito, não adianta vir aqui dizer que a USP é a
676 responsável. Eu nunca violencei ninguém e nunca deixei de violentar ninguém por
677 causa da USP. Agora vamos pensar um pouco no quadro que leva a isso e talvez
678 entrar em uma discussão que o Conselheiro Sérgio Adorno talvez deveria fazer no
679 futuro, sobre qual é o quadro que leva a essa violência? Bom, daqui a pouco vou ser o
680 decano da Universidade, o que me espanta. Vocês erraram a minha data de
681 nascimento, têm professores mais idosos do que eu. Fui membro da Diretoria do
682 Grêmio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e a recepção aos

683 calouros na Filosofia, lá na Maria Antônia, não tinha trote, não tinha raspagem de
684 cabelo, tinha um ciclo de debates sobre a situação brasileira, tinha um ciclo de cinema,
685 tinha uma bela festa e nessas festas ninguém morria afogado, não tinha estupros,
686 confesso que essas festas deixavam alguns bobinhos meio surpresos: 'mas como não
687 vou ficar raspado de cueca no meio da rua?' E nós dizíamos: 'isso aí é uma atitude
688 fascista de humilhação'. Olha pessoal, o movimento estudantil de vocês está conivente
689 com isso. Hoje em dia, os antigos institutos da Faculdade de Filosofia fazem trotes
690 mais ou menos violentos, nem todos acabam em afogamento na piscina da Atlética da
691 FM, nem todos, mas quando você põe alguém de cueca, de calcinha, pintado no meio
692 da rua, o estupro não está longe. E isso o movimento estudantil está aceitando, está
693 acobertando. Como nesse caso do estudante afogado, há 12 anos, acho que é o caso
694 das diretorias da USP tomarem posições, por exemplo, o Diretor da Poli decidiu acabar
695 com festas, com álcool depois da morte na raia olímpica. Acho que tem alguma coisa
696 aí, o movimento estudantil perdeu a capacidade de se organizar. Quando vim para o
697 Co, fui ver um pouquinho a situação política no Sindicato dos Professores, no DCE e
698 encontrei relatos de 2012 ou 2013, do DCE sendo invadido por dois indivíduos citados
699 no Boletim do DCE como sendo de um grupo chamado PCO, que se dirige a
700 presidente da mesa - uma mulher - e diz: 'você é uma puta e não é porque você é uma
701 mulher que eu não vou para cima de você'; bateu nela, derrubou o sistema de som e
702 acabou com a assembleia. Isso vocês encontram na rede, no boletim do DCE. Vocês
703 são incapazes de defender sua própria assembleia, então acho que é um problema de
704 violência que está banalizada, e quando você vem aqui e diz que todos nós somos
705 coniventes, diz uma coisa absurda. Acho que há hábitos que levam a violência, acho
706 que o trote violento tem que acabar. Não tem que raspar cabelo de ninguém, não tem
707 que por de cueca, não tem que pintar, não tem que humilhar durante um ano, chamar
708 de bicho ou o quer que seja. Acho trote violento atitude fascista e o movimento
709 estudantil tem que tomar consciência disso. Bom, vou acabar com algo mais positivo.
710 Todos devem ter lido nos jornais que o matemático Alexander Grothendieck faleceu.
711 Ele foi um dos maiores matemáticos da história, ele ganhou a Medalha Field e depois a
712 recusou. Vocês não sabem, mas o primeiro emprego desse matemático foi aqui na
713 USP, ele era apátrida, era um judeu russo, teve que fugir, foi para a França e lá não

714 podia arrumar emprego, aí a USP o contratou de 1953 a 1955, ou seja, a USP já teve
715 um professor que recebeu a Medalha Field. A USP esqueceu, mas estou lembrando. E
716 acho que seria o caso da USP, no começo do ano que vem, fazer uma cerimônia em
717 homenagem a esse fato notável. Tenho vergonha de dizer que essa lembrança não
718 vem de mim, mas de colegas franceses. O Alexander Grothendieck teve tantos laços
719 com a USP, que acho que realmente deveria ser homenageado. Então proponho,
720 desde já, à USP e à Reitoria que pensem em uma maneira digna de homenagear o
721 primeiro professor da USP que recebeu a Medalha Field.” **M. Reitor**: Será feito, Prof.
722 Galves.” **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior**: “Vim aqui para cumprimentar a
723 iniciativa da Reitoria de tratar essa questão da violência contra a mulher e de racismo
724 de uma maneira institucional e centralizada. Acho que é muito difícil abordar esses
725 temas apenas localmente, tanto na apuração, quanto em medidas que inibam esse tipo
726 de prática na Universidade, porque isso não é um problema de algumas unidades, não
727 é um problema da USP, não é um problema do Brasil, é um problema mundial. Se
728 vocês acompanharem a literatura sobre isso, o Professor Sérgio Adorno pode falar
729 melhor do eu, é atualmente considerado uma epidemia nos EUA e no Canadá. Nas
730 moradias de estudantes dos EUA isso é um problema extremamente grave e das
731 universidades se esperam grandes soluções para esses fatos. Tenho visto um debate
732 muito pobre sobre isso, o máximo que se chega é que devemos fazer projetos
733 educacionais, que devemos melhorar a educação, mas para por aí, ninguém dá uma
734 solução melhor do que fazer, de qual metodologia aplicar, para que pudéssemos sair
735 dessa situação e evitar que esses casos ocorram. Então, centralizando essas ações,
736 imagino que vamos poder qualificar melhor essa discussão, encontrar melhores
737 soluções, inclusive que saiam daqui para outros locais, porque acho que a USP tem
738 que ser inovadora e solucionar esse tipo de problema. E divulgar também. Acho que
739 essa comissão central precisa divulgar tudo que é feito de apuração. Quem é Diretor
740 aqui sabe que comunicamos à PG, quando abrimos uma sindicância e ao término dela
741 também encaminhamos para lá, para termos uma análise formal do que aconteceu;
742 mas ter uma análise qualitativa de como essas apurações foram feitas, seria muito
743 proveitoso, acho que podemos sair melhor do que entramos nessa crise. Só para
744 responder para o Conselheiro Claudimar - um assunto mais tranquilo - não existe

745 nenhuma proibição da Diretoria de trazer o Conselheiro para a reunião. O Conselheiro
746 Claudimar é meu aluno de iniciação científica, de doutorado, seria até uma
747 oportunidade de discutir com ele seu trabalho de doutorado, o andamento do projeto,
748 etc., mas temos a Dulce, que é representante também no Co, que é da minha Unidade,
749 então ficam 4 pessoas - o motorista mais 3 -, então é difícil, o carro do Diretor é um
750 Linea e fica difícil caber 5 pessoas nesse carro. Todos os carros grandes foram levados
751 para a Prefeitura, agora é centralizado lá.” **Secretário Geral:** “A FDRP tem uma Van
752 muito boa, sabia?” **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior:** “Acho que tinha, porque
753 agora deve estar na prefeitura também. Conselheiro Claudimar, você sempre será bem
754 vindo ao nosso carro, quando tiver lugar. Hoje o Professor Zuardi veio e vai voltar de
755 avião, porque tem outra atividade, mas o Professor Baffa já é o 4º membro no nosso
756 carro de volta, de forma que não é maldade do Diretor com o Claudimar, por favor.” **M.**
757 **Reitor:** “O Prof. Vahan precisa sair da reunião para atender à Comissão de Orçamento
758 da Assembleia, portanto convido o Professor Galves para sentar à Mesa.” **Secretário**
759 **Geral:** “Uma salva de palmas para o nosso decano. Ele nem sabia que era o decano,
760 tomou um susto quando foi informado a esse respeito.” **Cons. Gabriela Soldera Ferro:**
761 “Vou falar bem rápido, pois pediram para que me pronunciasse mais uma vez. Reitor, é
762 muito sério o que falei e me espanta muito que o Professor venha aqui falar no tom de
763 provocação com que veio falar, porque significa que ignorou um conteúdo pesado do
764 que falei, que é exatamente o que precisa ser debatido. Acho que o que tem que ser
765 debatido - e sempre fogem do debate aqui - é o conteúdo, mas sempre preferem
766 debater a forma com que o estudante falou ou deixou de falar. O que eu disse foram
767 exatamente as denúncias da audiência pública, todos podem ver os vídeos, acho que
768 se o Professor está interessado em investigar os casos de violências contra as
769 mulheres, contra os calouros que entram, o que espero que todos estejam, procurem o
770 DCE, procurem os centros acadêmicos, estamos dispostos a conversar com as
771 instituições, a procurar processos e resolver esses casos. Só para concluir, o que
772 falaram aqui sobre o movimento estudantil e sobre os trotes violentos...” **Secretário**
773 **Geral:** “Conselheira Gabriela, a palavra está encerrada. Não foi para isso que a
774 senhora teve a palavra.” **M. Reitor:** “A senhora não tem a palavra!” **Cons. Gabriela**
775 **Soldera Ferro:** “Só quero concluir dizendo que o movimento estudantil é o único nessa

776 Universidade que desde sempre combate os trotes violentos. E quando dissemos que a
777 Universidade é responsável por isso, a Universidade é responsável por acabar com
778 esses trotes...” **Secretário Geral**: “Conselheira Gabriela, respeite o colegiado.” **M.**
779 **Reitor**: “A senhora não tem a palavra, solicito que desliguem o microfone, por favor.
780 Ela foi convidada a se pronunciar diante de uma pergunta que o diretor da Escola
781 Politécnica lhe fez, tendo em vista uma acusação genérica que a Conselheira fez a
782 todos os diretores de unidades da USP. A questão do Professor Piqueira foi muito
783 objetiva: ‘pergunto se ela me inclui na sua acusação, sim, não ou desconheço’. Ela se
784 apossou do microfone para novamente trazer argumentações que estão fora disso. A
785 senhora já falou, já teve seus cinco minutos.” **Secretário Geral**: “Encerrada a palavra
786 aos Conselheiros, podemos iniciar a ordem do dia.” A seguir o **M. Reitor** passa à
787 **PARTE II – ORDEM DO DIA. CADERNO I – DOAÇÃO. PROCESSO 2014.1.289.21.9**
788 **– INSTITUTO OCEANOGRÁFICO. Doação do Navio Oceanográfico “Prof. W. Besnard”**
789 para a República Oriental do Uruguai. Ofício do Vice-Diretor do Instituto Oceanográfico,
790 Prof. Dr. Michel Michaelovitch de Mahiques, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco
791 Antonio Zago, encaminhando a decisão da Congregação da Unidade, que aprovou, no
792 mérito, a doação do Navio Oceanográfico “Prof. W. Besnard” para a República Oriental
793 do Uruguai, em sessão realizada em 04.04.2014. Solicita que o assunto seja
794 encaminhado à Procuradoria Geral, para a análise cabível (07.04.14). **Parecer da PG**:
795 ante o exposto no Laudo de Inspeção feito pelo Engenheiro Naval Odair Thadeu
796 Sanguino quanto ao estado em que se encontra o Navio Oceanográfico “Prof. W.
797 Besnard” e demonstrado que a manutenção/recuperação do Navio, não obstante a sua
798 participação na história do desenvolvimento da pesquisa e ciência marítima e
799 oceanográfica, de conhecimento notório da comunidade científica, demanda vultoso
800 custo, entende ser possível a doação do bem à Facultad de Ciencias de la Universidad
801 de la Republica, da República Oriental do Uruguai, nas condições em que encontra a
802 embarcação. Em sendo aprovada a doação por preço simbólico, em face da sua
803 condição de “inservível” e verificada a regularidade técnica e documental da
804 propriedade do navio, esclarece que será necessário verificar quem irá representar o
805 donatário para a assinatura da Escritura Pública de Doação, a ser lavrada por um dos
806 Notários desta Capital. À USP – doadora, caberá providenciar a baixa junto ao Tribunal

807 Marítimo, nos termos da Lei nº 7.652/88, alterada pela Lei nº 9.774/98 (16.05.14).
808 Informação do IO encaminhando os autos à Secretaria Geral para prosseguimento,
809 esclarecendo que o Senhor Vice-Diretor em exercício deu o seu “de acordo” ao parecer
810 da Procuradoria Geral. Encaminha cópia de troca de correspondências entre a
811 Companhia Docas do Estado de São Paulo e o Instituto Oceanográfico, uma vez que o
812 assunto abordado guarda relação com a situação do Navio Oceanográfico “Prof. W.
813 Besnard” (21.05.14). **Parecer da COP:** mesmo reconhecendo o valor histórico do Navio
814 Oceanográfico “Prof. W. Besnard” para o desenvolvimento da pesquisa e ciência
815 marítima brasileira, manifesta-se favorável à doação do Navio, nas condições em que
816 se encontra a embarcação, sem qualquer ônus por parte da USP (24.06.14). Ofício do
817 Dr. Gustavo Pacheco, Embaixador – Dirección General de Cooperación Internacional,
818 Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay, ao Prof. Dr.
819 Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral da USP, solicitando a aprovação e
820 concretização definitiva da doação, de modo a encaminhar os aspectos jurídicos e
821 logísticos que permitam o traslado do navio ao porto de destino (04.12.14). **Cons.**
822 **Adalberto Américo Fischmann:** “Agradeço o convite para rapidamente dirigir a
823 palavra aos senhores. Esse assunto da doação do Navio Oceanográfico “Prof. W.
824 Besnard” passou pela COP e quando esse tema chegou para discussão, analisamos
825 todas as informações constantes do processo, onde ficou claro que a manutenção
826 dessa embarcação no patrimônio da USP seria altamente prejudicial, do ponto de vista
827 financeiro. A embarcação, hoje, está praticamente depenada e conservá-la, trazê-la ou
828 fazer qualquer coisa com ela, do ponto de vista de memória, de representar alguma
829 coisa importante que foi, não é mais o caso. Como todos sabem, a embarcação foi
830 incendiada em 2008 e hoje ela está praticamente inservível, de forma que a COP
831 entendeu que nesse momento de aperto financeiro que a Universidade passa, não
832 seria absolutamente recomendável a manutenção dessa embarcação nos próprios da
833 Universidade.” **Cons. Frederico Pereira Brandini:** “O Navio Oceanográfico ‘Prof. W.
834 Besnard’ representa um ícone na pesquisa oceanográfica brasileira e, evidentemente,
835 precisa ser tratado da melhor maneira possível. Tentamos, de diversas formas,
836 viabilizar algum tipo de homenagem ao navio, que tem quase 60 anos e já ultrapassou
837 a idade que, normalmente, um navio de pesquisa ou qualquer navio passa.

838 Infelizmente, ele passou por uma série de problemas, de incêndio, de avarias e tornou-
839 se, realmente, uma embarcação de pesquisa totalmente inoperante. Atualmente,
840 gastamos cerca de 20 mil reais por mês, porque a Marinha do Brasil exige uma
841 tripulação mínima, mas ele está inservível, sem a certificadora internacional, sem
842 seguro e, mais do que simplesmente economizar recursos, ele pode naufragar, porque
843 não tem manutenção de docagem, que custa muito caro. Na verdade, existe uma
844 tripulação mínima que evita isso, que o mantém com o mínimo de atividade, com os
845 motores funcionando, etc., ele não está depenado, tem todos os seus equipamentos.
846 Foi feita uma vistoria técnica por uma delegação uruguaia, formada por oficiais da
847 marinha, cientistas, que manifestou interesse na doação, estando dispostos a gastar
848 cerca de R\$ 2 milhões para a recuperação estrutural do navio, mais R\$ 1,5 milhão para
849 todos os equipamentos de navegação e científicos. A Congregação do IO, por duas
850 vezes, se manifestou favoravelmente à doação, pela seguinte razão: o Uruguai é um
851 país irmão nas pesquisas, de excelentes relacionamentos, que pretende desenvolver
852 suas pesquisas oceanográficas e ainda não tem um navio oceanográfico. Achamos que
853 seria uma ótima oportunidade de estreitar esses laços com o Uruguai e, ao mesmo
854 tempo, homenagear o nosso navio, mantendo-o operando com pesquisas
855 oceanográficas. Se os senhores aprovarem essa doação, espero que se concretize
856 essa parceria e que o Navio Oceanográfico 'Prof. W. Besnard' navegue ainda por muito
857 tempo, pelo menos, agora, em outro país, mas também em parceria com a USP.”
858 **Cons. José Roberto Castilho Piqueira:** “Queria apenas resgatar, rapidamente, que o
859 Navio Oceanográfico 'Prof. W. Besnard' foi construído como um projeto da 1ª turma de
860 engenheiros navais formados pela EP, na ocasião, em parceria com a Marinha do
861 Brasil. De forma que, trata-se de um marco histórico para essa Universidade, um marco
862 histórico da Engenharia brasileira e, portanto, essa ação no sentido de recuperá-lo, de
863 mantê-lo navegando é muito importante para a História da Engenharia Naval e
864 Oceânica do nosso país.” **Cons. Neli Maria Paschoarelli Wada:** “Gostaria de fazer
865 uma homenagem a todos os homens e mulheres dessa Universidade que foram
866 verdadeiros heróis no mar, quando esse navio sofreu um grande acidente. Se não
867 fosse um navio petroleiro da Petrobrás que passasse por perto, hoje teríamos inúmeros
868 companheiros, professores, estudantes, funcionários e tripulantes mortos. E tudo isso

869 por descuido do patrimônio público. Na época, foi aberto um processo, inclusive houve
870 uma audiência pública no IO, gostaria de saber, não precisam me responder agora,
871 mas é uma grande curiosidade minha, como servidora pública, se o responsável pela
872 manutenção desse navio teve alguma penalidade. Outra coisa, nos autos do processo,
873 fala 'quem irá representar o donatário para assinatura da escritura pública da doação a
874 ser lavrada por um dos notários desta capital, a USP', então a USP, como doadora.
875 Depois, queria que fosse divulgado no site da USP ou fosse distribuído para
876 comunidade uspiana, essa escritura lavrada como doação do patrimônio público. Não é
877 desconfiança, é uma questão de zelo pelo patrimônio público que foi conquistado - todo
878 nosso patrimônio - pelo dinheiro do povo." **M. Reitor**: "Trata-se, portanto, de doarmos à
879 República do Uruguai, para fins de investigação científica, o nosso Navio
880 Oceanográfico 'Prof. W. Besnard', que, como já disse o Prof. Piqueira, foi construído
881 com projeto da própria USP e que terá, agora, uma sobrevida como um barco de
882 investigação, fazendo parte da rede de investigação do Atlântico Sul, que inclui o
883 Brasil, o Uruguai, a Argentina, a África do Sul. Como se trata de doação de patrimônio
884 da Universidade, isto exige quórum qualificado, portanto 81 votos necessários e, nesse
885 momento, temos 106 presentes e pediria que permanecessem na sala para votar." Ato
886 contínuo, o **M. Reitor** passa à Votação. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte
887 resultado: Sim = 90 (noventa) votos; Não = 3 (três) votos; Abstenções = 10 (dez); Total
888 de votantes = 103 (cento e três). É aprovada a doação do Navio Oceanográfico "Prof.
889 W. Besnard" à República do Uruguai. A seguir passa-se ao **CADERNO II – MINUTAS**
890 **DE RESOLUÇÃO. 1. PROCESSO 2011.1.6220.1.3 – AGÊNCIA USP DE INOVAÇÃO.**
891 Minuta de Resolução que dispõe sobre a inovação tecnológica na Universidade,
892 disciplinando os procedimentos para proteção da propriedade intelectual, transferência
893 de tecnologia, licenciamento e cessão, bem como medidas de gestão e apoio
894 respectivas e critérios para repartição dos resultados, além do apoio a empresas
895 nascentes de base tecnológica. Ofício do Coordenador da Agência USP de Inovação,
896 Prof. Dr. Vanderlei Salvador Bagnato, ao Procurador Geral, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de
897 Campos Monaco, encaminhando a minuta de Resolução sobre procedimentos para
898 Inovação, observando que foram incorporadas as recomendações dos pareceres da
899 Procuradoria Geral conforme a nota técnica também encaminhada (18.09.13). **Parecer**

900 **da PG:** 'O processo de elaboração de uma nova regulamentação disciplinando a
901 proteção da propriedade intelectual na Universidade de São Paulo já se estende por
902 quase três anos, em um trabalho contínuo e criterioso de aprimoramento das minutas.
903 Grande parte das recomendações anteriormente formuladas foi incorporada às minutas
904 e há consenso sobre a maior parte da regulamentação. Restam alguns poucos pontos
905 em discussão, a respeito dos quais a PG e a Agência USP de Inovação têm opiniões
906 divergentes.' Tece considerações sobre vários pontos da minuta de Resolução que
907 ainda não houve consenso e os encaminha à Agência USP de Inovação (18.03.14).
908 Nota técnica da Superintendente Jurídica, **Prof.^a Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci**,
909 manifestando-se de acordo com a versão do texto apresentada pelo Dr. Hamilton de
910 Castro, Procurador da PG, conforme mensagem eletrônica datada de 11.04.2014
911 (16.04.14). **Parecer da PG:** 'Mesmo sem a tramitação física dos autos, o Parecer PG
912 660/2014 foi levado ao conhecimento da Agência USP de Inovação e da
913 Superintendente Jurídica da Universidade e as alterações propostas foram discutidas
914 por telefone e correspondência eletrônica, resultando na versão final encartada às fls.
915 253/259, a qual incorpora praticamente todas as sugestões anteriormente formuladas.
916 Apenas, em relação à competência para reconhecer a ausência de viabilidade de
917 proteção da criação, chegou-se a uma proposta intermediária, qual seja a submissão
918 dessa decisão ao Pró-Reitor de Pesquisa, para ratificação. Tratando-se de atribuição
919 delegável, conforme anotado no item 15.1 de nossa manifestação anterior, e tendo em
920 vista que foi preservada a competência do M. Reitor, ouvida a COP, para a cessão não
921 onerosa dos direitos sobre a criação, entendemos que a proposta pode ser aceita'.
922 (17.04.14). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, favorável à minuta de
923 Resolução que dispõe sobre a inovação tecnológica na Universidade, disciplinando os
924 procedimentos para proteção da propriedade intelectual, transferência de tecnologia,
925 licenciamento e cessão, bem como medidas de gestão e apoio respectivas e critérios
926 para repartição dos resultados, além do apoio a empresas nascentes de base
927 tecnológica. (10.06.14). **Parecer do CoPq:** após relato da Prof.^a Dr.^a Maria Paula
928 Dallari Bucci, Superintendente Jurídica, aprova a minuta de Resolução que dispõe
929 sobre a inovação tecnológica na Universidade, disciplinando os procedimentos para
930 proteção da propriedade intelectual, transferência de tecnologia, licenciamento e

931 cessão, bem como medidas de gestão e apoio respectivas e critérios para repartição
932 dos resultados, além do apoio a empresas nascentes de base tecnológica. Em Sessão
933 do Conselho Universitário, realizada em 26.08.2014, o Magnífico Reitor retira os autos
934 de pauta (26.08.14). Ofício da Superintendente Jurídica, Prof.^a Dr.^a Maria Paula Dallari
935 Bucci, ao Secretário Geral, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, informando que no
936 íterim das aprovações da CLR e do CoPq, o Instituto de Matemática e Estatística
937 manifestou preocupação em relação às disposições que tratam do software livre. Esta
938 preocupação, bem como as alternativas de redação foram apresentadas e discutidas
939 em duas reuniões na Agência USP de Inovação e deram origem à proposta de
940 alteração à minuta anteriormente encaminhada e aprovada. Solicita que as emendas
941 sejam submetidas à CLR e, posteriormente, a proposta, na íntegra, ao Conselho
942 Universitário (07.10.14). **Texto original da minuta aprovada.** Artigo 1º - ... Parágrafo
943 único – Esta Resolução não se aplica aos direitos autorais, que se regem pela
944 legislação própria, ressalvados os direitos sobre programas de computador. **Texto**
945 **proposto pelo IME.** Artigo 1º - ... § 1º - A proteção da propriedade intelectual de
946 programa de computador criado na Universidade sujeita-se às disposições desta
947 Resolução, exceto na hipótese de programa de computador cujo código-fonte seja
948 previamente tornado disponível ao público por meio da internet, acompanhado de
949 licença que garanta sua livre utilização (software livre), que se equipara ao direito
950 autoral, observado o § 2º. § 2º - Esta Resolução não se aplica aos direitos autorais, que
951 se regem pela legislação própria. **Texto original da minuta aprovada.** Artigo 20 - ...
952 Parágrafo único – Para os programas de computador de código aberto (software livre)
953 poderá ser cedida a propriedade a fundações e entidades da sociedade civil, conforme
954 o procedimento geral estabelecido para as cessões não onerosas no art. 19. **Texto**
955 **proposto pelo IME.** Artigo 20 - ...Parágrafo único – suprimir. **Parecer da CLR:** aprova
956 o parecer do relator, Prof. Dr. Oswaldo Baffa Filho, favorável à proposta encaminhada,
957 de alteração do artigo 1º e supressão do parágrafo único do artigo 20 da minuta de
958 Resolução, que dispõe sobre a inovação tecnológica na Universidade, disciplinando os
959 procedimentos para proteção da propriedade intelectual, transferência de tecnologia,
960 licenciamento e cessão, bem como medidas de gestão e apoio respectivas e critérios
961 para repartição dos resultados, além do apoio a empresas nascentes de base

962 tecnológica (29.10.14). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. Em
963 Sessão do Conselho Universitário de 18.11.2014, o Magnífico Reitor retirou os autos de
964 pauta, tendo em vista o adiantado da hora (18.11.14). **Cons. José Rogério Cruz e**
965 **Tucci**: “Observo que esse processo tem mais de três anos de tramitação sobre matéria
966 muito importante, revelando que a nossa Universidade está atrasada, porque hoje
967 essas questões já estão sedimentadas em muitas outras universidades. Entendo,
968 portanto, que a aprovação da resolução com a redação sugerida é um imperativo
969 impostergável. Devo dizer que, dentre outros, três temas, pela sua inegável relevância,
970 merecem atenção. A saber, a proteção dos direitos patrimoniais sobre criação da
971 Universidade, a cessão da propriedade intelectual e as criações resultantes de acordos
972 de parceria. Essas questões, ao ver da CLR, foram muito bem equacionadas. Lembro
973 que a CLR já havia aprovado a minuta de resolução subseqüentemente à Professora
974 Maria Paula, que muito contribuiu para a redação final, encaminhou ao Secretário Geral
975 um documento informando que o IME havia manifestado preocupação em relação às
976 disposições que tratam do software livre e, de fato, houve uma alteração no texto e, a
977 meu ver, essa redação ficou muito melhor. Quem relatou na CLR e pode aduzir
978 subsídios importantes foi o Professor Baffa lembro-me que eu tinha dúvidas de
979 algumas questões não jurídicas, mas algumas questões técnicas e se alguém também
980 tiver essas dúvidas, estou pedindo vista para o Professor Oswaldo Baffa Filho. Estou
981 apenas me adiantando de que, do ponto de vista técnico, o Professor Baffa iluminou a
982 CLR e, também, a Professora Maria Paula Dallari. Enfim, é um tema realmente
983 relevante, estou à disposição também para trazer algum esclarecimento
984 complementar.” **M. Reitor**: “O Professor Baffa irá se manifestar apenas se houver
985 alguma dúvida.” Não havendo manifestações, o **M. Reitor** passa à **Votação**. Pelo
986 painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 86 (oitenta e seis) votos; Não =
987 4 (quatro) votos; Abstenções = 8 (oito); Total de votantes = 98 (noventa e oito). É
988 aprovado o parecer da CLR, favorável à Minuta de Resolução que dispõe sobre a
989 inovação tecnológica na Universidade, disciplinando os procedimentos para proteção
990 da propriedade intelectual, transferência de tecnologia, licenciamento e cessão, bem
991 como medidas de gestão e apoio respectivas e critérios para repartição dos resultados,
992 além do apoio a empresas nascentes de base tecnológica. **2. PROTOCOLADO**

993 **2012.5.1170.1.6 – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.** Proposta de
994 nova Resolução que discipline, *in totum*, o tema da licença-maternidade e salário-
995 maternidade, com a conseqüente revogação do artigo 117 da Portaria GR nº 239
996 (ESU), da Resolução nº 3368/1987, da Portaria GR nº 4012/2008 e da Portaria GR nº
997 4794/2010 e proposta de que os servidores autárquicos, no que tange à licença e
998 salário-maternidade, sejam submetidos às mesmas regras aplicáveis aos celetistas.
999 Tendo em vista sentença judicial sobre salário-maternidade para mães adotantes, o
1000 DRH encaminha os autos à PG para análise, no âmbito da Universidade, tendo em
1001 vista que a Portaria GR 4794/10 prevê, em seus artigos II e III, período inferior a 120
1002 dias de licença maternidade, restando, ainda, a questão sobre a idade limite do
1003 adotado, pois na publicação do INSS, consta concessão de 120 dias,
1004 independentemente da idade (19.07.12). **Parecer da PG:** conclui que a Universidade
1005 poderá alterar a redação da Portaria GR 4794/10, para adequá-la ao prazo de 180 de
1006 licença para as mães adotivas contratadas pelo regime celetista, independentemente
1007 da idade do menor adotado. Sugere, ainda, a inclusão dessa hipótese em parágrafos a
1008 serem acrescentados ao artigo 117 do ESU, a fim de abarcar as servidoras autárquicas e
1009 as docentes contratadas por prazo determinado (17.05.13). **Parecer da CLR:** aprova o
1010 parecer do relator, Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu, favorável à alteração da
1011 Portaria GR nº 4794/10, nos termos do parecer da Procuradoria Geral. Aponta que a
1012 modificação do instrumento normativo deve igualmente alcançar as servidoras
1013 autárquicas e as docentes contratadas por prazo determinado, assim como aquelas
1014 servidoras que adotarem ou obtiverem a guarda judicial, caso por desventura o filho
1015 venha a falecer durante o curso da licença-maternidade (27.08.13). **Parecer da PG:**
1016 sugere a modificação da redação do artigo 1º, caput e inclusão de dois parágrafos, na
1017 Portaria GR nº 4794/10 e, em decorrência do parecer do relator da CLR, sugere, ainda,
1018 alteração do artigo 117, caput e parágrafos, da Portaria GR nº 239/66 (Estatuto dos
1019 Servidores da USP) (30.09.13). Informação do DRH, encaminhando as minutas de
1020 alteração do art. 1º da Portaria GR 4794/2010 e do art.117 do ESU, tendo em vista a
1021 decisão da CLR de 27.8.2013 (28.11.2013). Informação do Chefe de Gabinete, Prof.
1022 Dr. Alberto Carlos Amadio, solicitando esclarecimentos à PG sobre a necessidade de
1023 deliberação do Conselho Universitário, considerando que a Portaria GR 239, de

1024 3.5.1966, que baixou o Estatuto dos Servidores da USP contou com a deliberação do
1025 Co, em sessão de 9.8.1965 (4.12.2013). **Parecer da PG:** esclarece que resposta é
1026 afirmativa, tendo em vista que a Portaria GR 239/1966 foi originalmente baixada após
1027 deliberação do Co e, havendo necessidade de deliberação desse Órgão Colegiado, o
1028 instrumento normativo mais adequado para exteriorização do ato administrativo é a
1029 Resolução, lembrando que da última vez que o ESU foi alterado, a Administração, à
1030 época, lançou mão de Resolução e não de Portaria. Sugere, ainda, que a
1031 Administração Superior da USP deflagre estudos visando à confecção de um Manual
1032 que discipline e padronize a produção de atos administrativos e normativos da
1033 Universidade (21.12.2013). Informação da Secretaria Geral, encaminhando os autos à
1034 PG, tendo em vista o advento da Lei Federal nº 12.873/2013 (29.01.14). **Parecer da**
1035 **PG:** em face das significativas mudanças empreendidas pela Lei Federal nº
1036 12.873/2013, sugere que uma nova Resolução discipline, in totum, o tema da licença-
1037 maternidade e salário-maternidade, com a consequente revogação do artigo 117 da
1038 Portaria GR nº 239 (ESU), da Resolução nº 3368/1987, da Portaria GR nº 4012/2008 e
1039 da Portaria GR nº 4794/2010. Nesse sentido, propõe que os servidores autárquicos, no
1040 que tange à licença e salário-maternidade, sejam submetidos às mesmas regras
1041 aplicáveis aos celetistas. Encaminha a minuta de Resolução, que dispõe sobre o
1042 benefício da licença-maternidade na USP (19.02.14). **Parecer da CLR:** a pedido do
1043 relator, Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu, encaminha os autos ao DRH, para
1044 conhecimento e eventual acréscimo, a vista de detalhes operacionais subjacentes à
1045 execução da Resolução (08.04.14). Informação do DRH: esclarece que há na USP
1046 duas categorias de servidores autárquicos regidos pelo Estatuto da USP (ESU): os que
1047 contribuem para Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e os que contribuem
1048 para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Assim, como ainda há servidores
1049 estatutários regidos pelo ESU e que contribuem para o RPPS, entende que o artigo
1050 117 do ESU deve apenas ser alterado com as adequações necessárias, e na
1051 Resolução a ser editada, constar que se aplica para aqueles que contribuem para o
1052 RGPS (20.05.14). **Parecer da PG:** tece as seguintes considerações, no que tange aos
1053 parágrafos 1º, 2º e 4º do art. 117 do ESU: § 1º: recomenda uma harmonização formal
1054 com a Lei nº 10.261/68, ainda que a consequência prática seja a mesma. § 2º: entende

1055 que a Universidade, no exercício de sua autonomia administrativa-financeira, bem
1056 como à luz dos princípios que incentivam o Poder Público a garantir a convivência
1057 familiar, poderia disciplinar que a licença, para os servidores sujeitos ao RPPS que
1058 adotassem "criança", seria devida sem a imposição de limite da idade de sete anos do
1059 adotado. § 4º: que sua redação seja objeto de discussão pelos dirigentes universitários,
1060 tratando-se de matéria afeta ao mérito administrativo, sobre o qual não compete este
1061 órgão jurídico opinar, mas à Administração Universitária, em juízo de convivência e
1062 oportunidade, decidir o que melhor atende aos seus interesses institucionais:
1063 condicionar ou não a concessão de licença à realização de inspeção médica.
1064 Outrossim, em se tratando de servidores sujeitos ao RPPS, casados ou em união
1065 estável, afigurar-se-ia de bom alvitre, à luz do direito à convivência familiar, o
1066 acréscimo de algumas disposições, em semelhança ao regramento do RGPS, no
1067 sentido de, em caso de falecimento do servidor que gozava de licença-gestante ou
1068 licença-adoção, conceder o restante dos períodos dessas licenças ao cônjuge ou
1069 companheiro sobrevivente, desde que estes também fossem servidores da USP,
1070 descontados eventuais períodos de licença-paternidade já gozados por eles. Por fim,
1071 ressalta que o artigo 117 do ESU não se aplica às servidoras docentes ocupantes de
1072 cargos públicos de provimento efetivo, nem tampouco às servidoras celetistas, mas
1073 apenas às servidoras docentes e técnicas-administrativas não titulares de cargos
1074 efetivos, contratadas pelo regime do ESU. Nessa perspectiva, deduz-se que o
1075 melhor caminho a ser trilhado, visando à obtenção de maior segurança jurídica é a
1076 uniformização da matéria (licença para a servidora gestante e para o servidor que
1077 adota criança) num único diploma - a futura Resolução a ser editada - aplicável a todos
1078 servidores da USP, reiterando o posicionamento de se revogar o artigo 117 do ESU.
1079 Por derradeiro, consigna que a expressão "Regime Próprio de Previdência Social
1080 (RPPS) não foi utilizado pelo legislador estadual, quando da elaboração da LCE nº
1081 1.010/07, ocasião em que substituiu pelo Regime Próprio de Previdência dos
1082 Servidores Públicos (RPPS). Encaminha a minuta de Resolução revista (12.08.14).
1083 Informação do Coordenador de Administração Geral, Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior,
1084 de que a redação do § 2º do artigo 4º da minuta apresentada que mais se adequa aos
1085 interesses da Administração é: "§ 2º - No caso de natimorto comprovado por certidão

1086 de óbito, será concedida licença para tratamento de saúde, a critério médico." **Parecer**
1087 **da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu,
1088 favorável à minuta de Resolução proposta pela Procuradoria Geral, com a inclusão da
1089 redação sugerida pela CODAGE, referente ao § 2º do artigo 4º da minuta (29.10.14).
1090 **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu:** "Esta minuta de resolução está transitando
1091 aqui a mais de um ano, tempo esse que estou lendo e dando parecer nesse processo.
1092 É uma matéria, digamos, complexa, embora o tema seja bastante simples. A questão é
1093 a extensão da licença maternidade e do salário maternidade para servidores celetistas
1094 da USP, inclusive para pais que tenham adotado filhos. A matéria transitou durante
1095 muito tempo. Em primeiro lugar, a necessidade dessa regulamentação é porque a USP
1096 precisa se ajustar à legislação do trabalho e, se antecipando inclusive aos direitos
1097 trabalhistas, concedeu 180 dias de licença maternidade, enquanto que houve uma
1098 controvérsia judicial, porque parece que, pelo menos até a última informação que eu
1099 tinha, na legislação trabalhista permanecem 120 dias. A grande discussão aqui é se
1100 esse benefício se estenderia também aos funcionários e funcionárias autárquicas ou
1101 não. O entendimento da PG e também do DRH é que sim, embora o DRH alertasse
1102 que há 2 tipos de funcionários autárquicos, aqueles que obedecem ao Regime Próprio
1103 da Previdência Social e aqueles que obedecem ao Regime Geral da Previdência. Essa
1104 distinção é importante, porque existem instrumentos normativos que regem essas
1105 categorias de forma diferente. A proposta que está colocada nessa minuta é resultante
1106 de uma série de idas e vindas e, na verdade, a discussão era a redação, se revogava
1107 ou não a portaria, e várias outras discussões do ponto de vista da norma jurídica. Li o
1108 processo até onde consegui compreender, porque a matéria, de fato, é bastante
1109 complexa, mas acho que a proposta agora está em condição de ser votada. Foi
1110 examinada com muito rigor pela Procuradoria Geral, que fez um estudo muito
1111 detalhado e também com muita atenção pelo DRH, que fez as suas sugestões e
1112 propostas. É uma minuta de resolução, porque tem que ser um ato do Co. No fundo, é
1113 a ideia de que esse benefício se estenda a todos os funcionários que se encontram em
1114 condições de merecerem o benefício da licença maternidade e do salário maternidade."
1115 Não havendo manifestações, o **M. Reitor** passa à **Votação**. Pelo painel eletrônico,
1116 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 96 (noventa e seis) votos; Não = 0 (zero) voto;

1117 Abstenções = 2 (dois); Total de votantes = 98 (noventa e oito). É aprovado parecer da
1118 CLR, favorável à proposta de nova Resolução que discipline, *in totum*, o tema da
1119 licença-maternidade e salário-maternidade, com a conseqüente revogação do artigo
1120 117 da Portaria GR nº 239 (ESU), da Resolução nº 3368/1987, da Portaria GR nº
1121 4012/2008 e da Portaria GR nº 4794/2010 e proposta de que os servidores
1122 autárquicos, no que tange à licença e salário-maternidade, sejam submetidos às
1123 mesmas regras aplicáveis aos celetistas. **CADERNO III – ALTERAÇÃO DE**
1124 **REGIMENTO DE UNIDADE. 1. PROCESSO 2014.1.606.47.8 – INSTITUTO DE**
1125 **PSICOLOGIA.** Proposta de alteração do Regimento do Instituto de Psicologia, tendo
1126 em vista a inclusão do Centro Escola do Instituto de Psicologia, aprovada pela
1127 Congregação em 30.06.2014, observado o quórum para alteração do Regimento.
1128 Ofício do Diretor do Instituto de Psicologia, Prof. Dr. Gerson Yukio Tomanari, ao
1129 Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago, encaminhando a proposta alteração do
1130 Regimento da Unidade, tendo em vista inclusão do Centro Escola do Instituto de
1131 Psicologia (02.07.14). **Parecer da PG:** manifesta que inexistente óbice, do ponto de vista
1132 jurídico, à realização da modificação pretendida. Entretanto, observa que a proposta
1133 encaminhada merece reparos e propõe uma redação alternativa para o dispositivo,
1134 sem modificação de conteúdo, na qual se deixa claro que se trata de Centro de Apoio
1135 constituído com fundamento no artigo 250 do Regimento Geral: “Artigo 2º-A – O Centro
1136 Escola do Instituto de Psicologia (CEIP), Centro de Apoio instituído com fundamento no
1137 artigo 250 do Regimento Geral e ligado à Diretoria, é um serviço do IP que integra
1138 ensino, pesquisa e extensão. Parágrafo único – O CEIP possui Regimento próprio,
1139 aprovado pela Congregação.” (04.09.14). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator,
1140 Prof. Dr. André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, favorável à proposta de
1141 alteração do Regimento do Instituto de Psicologia, nos termos do parecer da
1142 Procuradoria Geral (29.10.14). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral.
1143 O Senhor **Secretário Geral** informa que o Professor Tucci, Presidente da CLR, poderá
1144 fazer algum esclarecimento se alguém o desejar, porém esclarece que trata-se de uma
1145 simples questão de adequação de Regimento da Unidade, com parecer favorável da
1146 CLR e com prévia análise da PG.” Não havendo manifestações, o **M. Reitor** passa à
1147 **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 88 (oitenta e

1148 oito) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenções = 8 (oito); Total de votantes = 96 (noventa
1149 e seis). É aprovado parecer da CLR, favorável à proposta de alteração do Regimento
1150 do Instituto de Psicologia, tendo em vista a inclusão do Centro Escola do Instituto de
1151 Psicologia. Ato seguinte, passa-se à discussão do **CADERNO IV – ORÇAMENTO DA**
1152 **USP PARA 2015**. Proposta Orçamentária da USP para 2015, aprovada pela COP em
1153 02.12.2014. **Cons. Adalberto Américo Fischmann: (apresentação)** “Quero, em nome
1154 da Comissão de Orçamento e Patrimônio, trazer uma breve sintética apresentação do
1155 que foi feito nesses últimos dois meses, a começar pelas Diretrizes Orçamentárias, que
1156 apresentamos na última reunião do dia 18 de novembro e que resultaram,
1157 posteriormente, nessa montagem do orçamento da Universidade para 2015. Como é
1158 de conhecimento de todos, a situação da Universidade é de muita cautela, com seus
1159 poucos recursos, e a COP teve o cuidado de fazer uso desses recursos da melhor
1160 forma possível, dentro das limitações que todos os membros da Comissão sentiram, e
1161 conversaram com pró-reitores, com superintendentes de áreas, recebemos, também,
1162 vários pedidos de diretores e manifestações de cada um dos dirigentes das diversas
1163 faculdades, institutos e órgãos da Universidade. Gostaria de iniciar essa apresentação
1164 que, como falei, é bastante sintética, destacando alguns pontos mais importantes.
1165 Preliminarmente, quero informar, como é de conhecimento de todos - já foi informado
1166 nas Diretrizes, mas estamos ressaltando mais uma vez - que a arrecadação do ICMS
1167 prevista para o Estado de São Paulo é da ordem de R\$ 128.698.666.667 conforme
1168 informação da Secretaria do Planejamento. Dessa parte, o que fica retido para o
1169 próprio Estado de São Paulo é da ordem de R\$ R\$ 96.524.000.000. E a estimativa da
1170 receita para a Universidade foi feita, levando-se em conta alguns parâmetros que são
1171 importantes, pois nortearam toda a confecção do orçamento. Primeiro lugar,
1172 arrecadação efetivamente verificada até julho de 2014 foi um dado importante, em
1173 segundo lugar, as séries históricas que ocorreram nos últimos 3 anos. Em terceiro, a
1174 projeção da arrecadação até o final de dezembro de 2014, procuramos levar isso em
1175 conta. Outro ponto, a projeção de uma inflação para o ano de 2015 da ordem de 6,1%,
1176 e, finalmente, um crescimento do PIB paulista de 1,5% nesse ano de 2015.
1177 Infelizmente, esses dados já não são possíveis de ser sustentados, diante de que a
1178 própria meta inflacionária do Governo já é superior a 6,1%, podendo chegar, inclusive,

1179 ao teto da meta de 6,5% e o PIB nacional que era para ser da ordem de 3% recuou
1180 para 2%, depois para 0,8% e agora já está abaixo de 0,8%. E como todos sabem,
1181 quando o PIB brasileiro é crescente, o PIB paulista costuma ser maior. Ao contrário,
1182 quando o PIB brasileiro encolhe, o PIB paulista costuma ser até menor. Então, essa é
1183 uma preocupação que todos os membros da COP tiveram, mas esses foram os dados
1184 que nos foram passados pela Secretaria do Planejamento. Prosseguindo, de acordo
1185 com a proposta orçamentária do Estado para o ano de 2015, o orçamento da USP, o
1186 orçamento autorizado, é da ordem de R\$ 5.321.395.013. Desse valor, R\$
1187 4.838.711.073 são decorrentes de transferência do Tesouro Estadual, já levando em
1188 conta a parcela referente à Lei Kandir. Além disso, devemos considerar recursos
1189 próprios da Universidade que decorrem, essencialmente, de taxas administrativas,
1190 convênios, contratos, consultorias, heranças vacantes, cursos que são oferecidos,
1191 doações, e também aplicações financeiras decorrentes das reservas financeiras da
1192 Universidade. Além disso, também, há cerca de R\$ 16.600.450 que são oriundos de
1193 recursos vinculados ao Governo Federal. Passando à tabela 2, gostaria apenas de dar
1194 destaque que o orçamento realizado para o ano de 2014, relativamente ao orçamento
1195 inicial, teve uma diferença para menos, ou seja, o orçamento inicial era de R\$
1196 4.595.784.000 e o orçamento realizado para o ano de 2014 representou uma redução
1197 de R\$ 140 milhões, ou seja, passou a ser R\$ 4.455.686.000. Passando à tabela 3, na
1198 sequência, temos uma comparação entre o orçamento realizado no ano de 2014 e a
1199 distribuição orçamentária que foi proposta para esse ano de 2015. Então, comparando
1200 o ano anterior de 2014, que foi de R\$ 4.455.686.000, temos para 2015 um acréscimo
1201 de R\$ 383 milhões, ou seja, temos um orçamento de R\$ 4.838.711.000. Isso
1202 representa um acréscimo de 8,6% relativamente ao ano corrente de 2014. Indo para a
1203 tabela 4, podemos observar que temos um saldo no final do ano de 2014, de R\$
1204 1.703.886.000. Deveremos terminar o ano de 2015, segundo a proposta orçamentária,
1205 com um saldo bancário de R\$ 736.849.000. Isso representa uma redução significativa
1206 de R\$ 967 milhões do ano de 2014 para o ano de 2015. Passando para o outro *slide*,
1207 temos algumas metas importantes para 2015. Primeiro lugar, como já falado, temos
1208 uma receita do tesouro paulista de R\$ 4.838.711.000, e temos de considerar - isso é
1209 relevante - que os gastos com pessoal da Universidade são muito superiores ao

1210 orçamento total do tesouro paulista. Os gastos com pessoal chegam a R\$
1211 5.083.950.000. Além disso, há uma despesa com outros custeios e investimentos, da
1212 ordem de R\$ 742.980.000. Se somarmos esse valor com R\$ 5.083.950.000, temos R\$
1213 5.826.930.000, dos quais vou deduzir o que recebemos do Tesouro, ou seja,
1214 4.838.711.000, logo, vamos ter uma diferença de R\$ 988.219.000 de déficit
1215 orçamentário para o ano de 2015, segundo essa proposta. Isso implicará, como já falei
1216 anteriormente, que o saldo das reservas, em dezembro do ano que vem, chegarão a
1217 R\$ 736.850.000. Lembro que saímos de R\$ 1,703 bilhão e chegaremos, segundo a
1218 proposta, a R\$ 736 milhões para 2015. Neste outro *slide* temos quatro gráficos que
1219 ilustram a situação da Universidade, dentro de uma projeção para os próximos 4 anos,
1220 2015 a 2018. Começando em 2014, na primeira ilustração no canto superior esquerdo,
1221 os senhores poderão observar que a receita de transferência do Estado, sobretudo o
1222 ICMS, é inferior nos anos de 2014 e 2015, e passa a ser superior no ano de 2016,
1223 segundo estimativa da Secretaria do Planejamento, e assim prossegue para os anos
1224 de 2017 e 2018. Por outro lado, os gastos com a rubrica pessoal que estão acima da
1225 receita em 2014/2015 invertem a posição a partir de 2016, sobretudo por
1226 considerarmos o pleno sucesso do PIDV, e ele vai mantendo essa redução para os
1227 anos de 2017 e 2018. Todavia, quando acrescentamos a última alínea inferior verde,
1228 abaixo, vemos que devemos acrescentar aos gastos com pessoal, também os gastos
1229 relativos ao custeio e investimento da Universidade, que estão basicamente constantes
1230 ao longo desses 5 anos, levando em conta 2014 e mais 4 anos pela frente. É uma linha
1231 praticamente constante. Na ilustração superior à direita, vemos o comprometimento
1232 dos recursos da Universidade com a folha salarial, que saem do ano de 2014 para
1233 104,74%, e vem decaindo. No ano de 2015 ainda mantém basicamente esse número, e
1234 depois vem caindo até chegar ao final de 2018 na marca de 90,33%,
1235 aproximadamente, de comprometimento das receitas do Estado. Por consequência, na
1236 ilustração do canto esquerdo inferior, todos poderão observar que o déficit que vem
1237 ocorrendo na Universidade permanece. Este ano, vamos fechar na casa de um déficit
1238 de praticamente R\$ 1,099 bilhão, passando para o ano de 2015 para um déficit ainda
1239 superior por conta do PIDV, passando para R\$ 1,123 bilhão. Depois, em consequência
1240 do PIDV, vamos ter uma redução desse déficit para R\$ 451 milhões em 2016, R\$ 370

1241 milhões em 2017 e R\$ 280 milhões em 2018. Também, em consequência desses
1242 números, vamos ver que a reserva financeira da Universidade, como comentamos, que
1243 sai nesse ano de 2014 de um valor de R\$ 1,704 bilhão, desce para o ano seguinte,
1244 para um resultado final de R\$ 727 milhões, depois R\$ 358 milhões em 2016, e
1245 praticamente, em 2017, ela já zerou. Ou seja, não existe reserva negativa, ela acaba
1246 em 2017, na melhor das hipóteses. Olhando, ainda, dentro de uma perspectiva de um
1247 orçamento plurianual, cabe destacar que o cenário utilizado pela COP adotou algumas
1248 primícias que devem ser levadas em conta. Em primeiro lugar, o sucesso do PIDV;
1249 segundo, a manutenção do quadro de servidores; terceiro, reajustes salariais pelo
1250 índice de inflação. Quarto, o crescimento da dotação de outros custeios e
1251 investimentos, em linha com a inflação. Ou seja, aquela linha constante a qual nos
1252 referimos anteriormente. Levando em conta essa situação, podemos verificar que
1253 poderemos ter uma situação de esgotamento das reservas, em 2017, ou até antes
1254 dessa data. Para ficar ainda mais claro, fizemos um quadro evolutivo dos principais
1255 indicadores financeiros, desde o ano de 2003 até esse ano de 2014. Gostaria de
1256 chamar a atenção dos senhores, que a linha de previsão orçamentária, que é uma linha
1257 alaranjada, ela esteve sempre abaixo da realização das receitas transferidas pelo
1258 tesouro paulista para a Universidade, que é a linha azul. Muito próximo da linha
1259 alaranjada, mas os senhores podem perceber que ela esteve sempre acima. A partir do
1260 ano de 2008, podemos observar que a partir de 2011 há uma mudança significativa do
1261 perfil dessas curvas, ou seja, a partir de 2011, temos uma inversão, onde a previsão
1262 orçamentária está abaixo das receitas do Tesouro do Estado, e essa projeção foi
1263 levada adiante. Por outro lado, o total dessas, que é uma curva violeta, a partir de
1264 2011, assume uma inclinação muito maior, e isso que está causando o déficit
1265 orçamentário da Universidade, a partir de 2011. Houve uma mudança do perfil das
1266 contas da Universidade de São Paulo, a partir do ano de 2011. Totalmente diferente do
1267 que ocorria nos anos anteriores. Por consequência, todos poderão observar a curva
1268 vermelha, ela também representa a consequência desse gasto adicional com as
1269 despesas da Universidade de São Paulo, que são, essencialmente, decorrentes dos
1270 seus gastos com pessoal. A partir de 2011, as receitas despencam violentamente, e
1271 estão reduzindo ano após ano a nossa reserva financeira. A última linha, a linha verde,

1272 abaixo, representa uma linha mais ou menos constante, que é o saldo da receita
1273 própria que não muda muito. Agora, pegando no *slide* seguinte, a projeção para os
1274 próximos 4 anos, 2015 a 2018, podemos verificar claramente a gravidade da situação,
1275 ou seja, a previsão orçamentária, na linha laranja, corre bem abaixo do total de
1276 despesas, que é a linha superior, violeta. Vejam que a linha verde permanece mais ou
1277 menos constante. E observamos a curva vermelha com uma redução total, chegando,
1278 em 2017, a zero. Ou seja, se olharmos com esses dados o futuro da Universidade, ela
1279 está em uma situação de absoluta fragilidade. Gostaria de fazer alguns outros
1280 comentários referentes à dotação básica. Primeiro, como já foi informado, houve uma
1281 incorporação da linha desempenho à dotação básica. Já informamos, anteriormente,
1282 que os indicadores de desempenho serão revistos no exercício de 2015, para serem
1283 reintroduzidos no ano seguinte, ou seja, em 2016. Então, a incorporação da linha
1284 desempenho foi adicionada à dotação básica. Também quero salientar que as
1285 unidades de ensino, institutos especializados, museus e prefeituras, tiveram um
1286 aumento, na dotação básica, de 2% nessa proposta orçamentária. E para os hospitais,
1287 pela situação específica e mais crítica, foi proposto um acréscimo de 4% relativos ao
1288 orçamento de 2014. Há uma exceção importante, que as unidades com cursos em
1289 expansão de vagas nesses dois anos de 2014 e 2015 serão aquinhoadas com o
1290 recurso extra. Para citar alguns exemplos dessas unidades, temos Lorena; temos a Poli
1291 com a Unidade de Santos; tem a Educomunicação, da ECA; temos a ESALQ com o
1292 curso de Administração; a FFCLRP; FMRP; FSP; ICB; em um total de 435 vagas que
1293 foram acrescidas às vagas oferecidas pela Universidade nesses dois anos de 2014 e
1294 2015. Também merece atenção para adicionais que estão atribuídos nessa proposta
1295 orçamentária. Esses adicionais dizem respeito, essencialmente, a gastos com
1296 treinamento, informática, manutenção predial, equipamentos de segurança,
1297 manutenção de áreas externas e sistema viário. Elas fazem parte da tabela H, se
1298 alguém quiser conferir com detalhes. Mas há algumas exceções. Primeiro, adicional de
1299 transporte. Também já foi informado que esse adicional de transporte está acrescido
1300 dos valores referentes ao contrato de frota locada. Então, isso entrou no orçamento de
1301 cada unidade. Também, os serviços de limpeza e vigilância são valores que foram
1302 definidos levando-se em conta a execução dessa rubrica nesse ano de 2014. Quero

1303 chamar atenção para o expressivo aumento na política de apoio e permanência
1304 estudantil. Tivemos um aumento, relativamente ao ano anterior, de 104,8% nos itens
1305 de auxílio moradia, auxílio alimentação, bolsas de estudos, auxílio livros, auxílio
1306 transporte, moradia estudantil - qualificação e recuperação, e auxílios não alocados,
1307 que era uma reserva criada em 2014, como já está incorporada nos demais itens, não
1308 foi contemplada nessa rubrica, não foi mais considerada para o próximo ano de 2015.
1309 Então, isso representou um incremento de 104,8% em relação ao ano de 2014.
1310 Também merece destaque os projetos especiais. Os senhores podem observar que,
1311 relativamente a projetos especiais, houve também um incremento da ordem 88,3%,
1312 levando-se em conta que a Pró-reitoria de Graduação teve um aumento de 75,7% e as
1313 demais Pró-reitorias tiveram um aumento de 30%. Foi incluído um item de Reitoria, que
1314 representa gastos com programas de professor visitante, e outras iniciativas do
1315 Gabinete do Reitor, que tem essa verba de R\$ 3,5 milhões. Chamo a atenção, também,
1316 que o item de apoio às viagens didáticas e atividades de campo foi incorporado aos
1317 projetos especiais da Pró-reitoria de Graduação e, por conta disso, inclusive, há esse
1318 expressivo aumento. Além disso, a manutenção de animais para ensino e pesquisa
1319 também já foi incorporada na linha de biotérios, que é gerida pela Pró-reitoria de
1320 Pesquisa. Nas atividades integradas, chamamos a atenção para o fato de que houve
1321 um acréscimo de 25%, e os destaques para esse crescimento de 25% são de 4 ordens.
1322 Primeiro lugar, assistência médica e odontológica teve um incremento de 8,63%,
1323 representando R\$ 31.515.000. Material bibliográfico teve um aumento de 20,8%,
1324 essencialmente pela questão da desvalorização cambial, que vai representar a
1325 necessidade de gasto maior. A alínea de obras da Universidade, especialmente a SEF
1326 - Superintendência do Espaço Físico - teve um aumento de 200%, praticamente,
1327 saltando para R\$ 62.450.000, e os biotérios tiveram também um acréscimo de
1328 128,06%, chegando a casa de R\$ 7.500.000. Lembro, como falei anteriormente, que
1329 nos biotérios, nessa rubrica, já estão incluídas, também, a manutenção de animais que
1330 ficam sob a vigilância e sob a responsabilidade da Pró-reitoria de Pesquisa. Dando
1331 destaque às obras da Superintendência do Espaço Físico, tivemos um incremento de
1332 quase 200% e estão assinaladas as diferentes dotações para esse incremento de
1333 quase 200%. Parece muito esse número de 200%, mas devo esclarecer que elas

1334 estão, essencialmente, destinadas para resolver problemas de risco, especialmente na
1335 EACH, que como todos sabem, temos um problema ambiental sério, que está sendo
1336 tratada pelo Superintendência do Espaço Físico e, além disso, uma outra rubrica que
1337 também pesa nessa conta dos R\$ 62.450.000 é a questão da acessibilidade, além de
1338 manutenção de salas de aula, problemas de infiltração e coisas desse tipo. Isso faz
1339 com que tenhamos, no ano de 2015, essa verba de R\$ 62.450.000 para a
1340 Superintendência do Espaço Físico. Mas, gostaria de lembrá-los que em exercícios
1341 anteriores, 2011, 2012 e 2013, tivemos um investimento médio na Superintendência do
1342 Espaço Físico, de cerca de R\$ 89 milhões. Apenas no ano passado houve esse
1343 contingenciamento para R\$ 22 milhões e agora temos esse acréscimo de quase 200%.
1344 Então, isso representa prioridades da gestão e é o que gostaríamos de trazer ao
1345 conhecimento dos senhores, a proposta que foi elaborada durante os últimos dois
1346 meses, pela Comissão de Orçamento e Patrimônio.” **Cons. João Cyro André:**
1347 “Inicialmente, gostaria de mostrar meu apreço pelo trabalho realizado pela COP, as
1348 dificuldades que existem para essa realização, a quantidade de dados que foram
1349 fornecidos. Mas, gostaria de dizer que a primeira parte da apresentação da COP
1350 mostra a situação financeira bastante delicada da Universidade, mas a proposta
1351 apresentada pela COP vem no sentido oposto aos dos cuidados. Então, com toda
1352 lealdade e respeito, vou fazer algumas observações em relação ao que me parece,
1353 então, a situação delicada. Embasei as considerações em dois aspectos que já levantei
1354 no início dessa reunião. Primeiro, a preocupação em ter um orçamento equilibrado com
1355 a receita do Tesouro do Estado. Segundo, separar a conta da receita Tesouro do
1356 Estado com a receita Reserva Financeira, porque juntar essas duas receitas, parece-
1357 me que provoca certa fragilização na interpretação dos resultados. Então, nessa
1358 primeira figura 1 que está sendo apresentada, aparece os orçamentos aprovados para
1359 2014, a proposta da COP para 2015. Fiz um estudo, um ensaio baseados diretamente
1360 nos dados que foram apresentados pela COP, mostrando o que cabe na receita do
1361 Tesouro do Estado em 2015. Então, cabem os mesmos salários e benefícios iniciais de
1362 2014, cabe uma parcela significativa das despesas com a SP-Prevcom, cabe parte dos
1363 precatórios previstos pela COP e despesas de OCI, com os mesmos valores de 2014.
1364 Isso leva em consideração a economia de folha estimada resultante do PIDV. A figura 2

1365 apresenta os valores transferidos da reserva financeira para compor o orçamento da
1366 USP - R\$ 1.099,77 bilhão executado em 2014. R\$ 988,23 milhões estimado pela COP
1367 em 2015. Há uma pequena discrepância de valores em alguns *slides*, mas acho que
1368 esse número é significativo. E apresento uma alternativa de R\$ 677,32 milhões
1369 estimado como alternativa à proposta da COP. Não subestimo as dificuldades que
1370 haverá nesse ajuste mais rigoroso dos recursos financeiros da Universidade. Nessa
1371 última alternativa analisada, identifica-se claramente em que alíneas os recursos estão
1372 sendo apropriados. Estamos falando em recursos apropriados para salários, reajuste
1373 de salários, e entendo que o limite superior é o do índice inflacionado do período, o
1374 pagamento do PIDV e diferenças estimadas para SP-Prevcom e precatórios. Quer
1375 dizer, na hora em que fazemos uma conta separada, identificamos claramente de onde
1376 estão sendo transferidas as reservas financeiras, para quais alíneas do orçamento da
1377 Universidade. A figura 3 mostra o fluxo de caixa, com certa precisão para dezembro de
1378 2014, e estimado para dezembro de 2015, para uma transferência da reserva
1379 financeira de R\$ 677,32 milhões. Mas, mostra também, que nesse caso, o saldo em
1380 dezembro estará próximo à reserva financeira, da ordem de R\$ 1 bilhão, que é uma
1381 reserva financeira que me parece adequada para as necessidades da Universidade, o
1382 correspondente a três meses de salário, aproximadamente. Já havia dito anteriormente
1383 que essa reserva financeira tem duas destinações: situações emergenciais e a outra
1384 aplicação corresponde a aplicações estratégicas com sustentabilidade financeira
1385 garantida. A figura 4 repete a figura 3, mas também mostra uma evolução das reservas
1386 financeiras da Universidade. A linha azul é da proposta modificada, que estou
1387 apresentando para consideração desse Conselho, e a linha vermelha é baseada na
1388 proposta da COP. Considero que é uma ligeira diferença, que pode ser considerada. A
1389 figura 4 mostra a evolução das reservas financeiras até 2018, com valores corrigidos
1390 até 2015, e depois de 2015 não corrijo nem a receita, nem a despesa, como se a
1391 inflação fosse zero e os recursos permanecessem constantes. Falo isso porque, na
1392 estimativa que houve, a receita do Tesouro do Estado teve um percentual superior aos
1393 índices de correção salariais, o que me parece otimista demais para a nossa situação.
1394 Mantido o atual nível de uso da receita financeira, a USP terá problemas sérios para
1395 cumprir com seus compromissos financeiros, sem obtenção de recursos adicionais.

1396 Imagino que, a partir de meados de 2016, já estaremos sem recursos para cumprir
1397 esse nível de investimento que estamos considerando. A figura 5 mostra um dado
1398 interessante. Tivemos uma despesa superior à receita do Tesouro do Estado, de 23%
1399 em 2014, executada, vamos para 20% acima da receita do Tesouro, e se apertarmos o
1400 cinto esse ano, se destinarmos apenas R\$ 674 milhões, em lugar do R\$ 1 bilhão
1401 proposto, teremos uma restrição ainda acima da receita, com 14%, mas mostrando
1402 uma diminuição do comprometimento, e me parece bastante importante essa
1403 sinalização. Quando ocorre uma hemorrhagia, ela tem que ser imediatamente
1404 estancada. Na sequencia se discutem outros procedimentos. Essa é a imagem clínica
1405 que tenho da situação financeira da Universidade de São Paulo. Essa sangria tem que
1406 ser parada com o aumento de receitas ou com a diminuição de despesas. Aumento de
1407 receita significa aporte governamental significativo. Improvável e possível
1408 comprometedor da independência administrativa na USP. E a cobrança de serviços,
1409 que seria outra fonte de receita, inclusive pelo ensino pago, se considera inaceitável.
1410 Particularmente, sou absolutamente contrário ao ensino pago na Universidade de São
1411 Paulo. Assim, nesse momento, a opção clara da Universidade de São Paulo é de
1412 reduzir despesas, cortar agora para poder crescer com mais rigor um pouco mais
1413 adiante. Pelos motivos expostos, apresento as seguintes recomendações em relação
1414 ao orçamento da Universidade de São Paulo para 2015. Destinar à alínea pessoal o
1415 valor de R\$ 4.908.310.000, conforme indicados na última coluna da tabela de
1416 despesas, que corresponde a um valor estimado de 5,9% maior, sem a correção para
1417 os benefícios. Somente salários, benefícios congelados. Destinar à alínea OCI, que é
1418 outros custeios e investimentos, o valor de R\$ 577.190.000, manter o que foi feito no
1419 ano passado. Esse valor é o mesmo inicial de 2014 e poderá ser distribuído seguindo a
1420 proposta da COP. Estabelecer limite superior de reajustes dados pelo índice de
1421 inflação no período para salários e manter os valores dos benefícios vigentes.
1422 Estabelecer limite superior de reajuste dados pelo índice de inflação do período para a
1423 OCI - Outros Custeios e Investimentos. Reanalisar esse orçamento em março de 2015,
1424 considerando o real impacto do PIDV, os recursos definidos na Lei Orçamentária anual
1425 de 2015, que está em discussão, a questão do reajuste salarial na data-base,
1426 considerar possíveis reajustes para a OCI e propor eventuais reduções que se façam

1427 necessárias. Essa reanálise, no meu ponto de vista, deverá ser apreciada pela
1428 Controladoria da USP, é importante, se a Controladoria tiver a competência para
1429 análise financeira, ela poderia fazer esse acompanhamento até para que possamos
1430 discutir mais tranquilamente, ou por um acompanhamento independente. Reanalisar
1431 esse orçamento em setembro de 2015, que é a proposta da COP, para levar em conta
1432 os efeitos das decisões tomadas em março de 2015; essa análise deverá ser
1433 igualmente apreciada pela Controladoria da USP. Manter a meta de reajuste de
1434 orçamento da USP com a receita do Tesouro do Estado, estabelecer uma meta de
1435 reserva financeira mínima para USP, também para o orçamento de 2017.” **M. Reitor:**
1436 “Diante dos pedidos do plenário, concedemos ao professor um tempo excedente. Isto
1437 não se aplica mais, de agora em diante. Por favor, conttenham-se nos cinco minutos,
1438 caso contrário não terminamos essa sessão.” **Cons. Antonio Marcos de Aguirra**
1439 **Massola:** “Professores, principalmente Professor Fischmann, o importante para nós,
1440 diretores, é termos esses dados que você passou e que foi de um estudo muito
1441 detalhado feito pela COP. Todos esses gráficos e números representam para nós
1442 aquela transparência que queremos e que a COP está mantendo desde então. É
1443 importante para os diretores que tenhamos esses números que foram passados, pois
1444 são fundamentais para que possamos esclarecer o nosso pessoal, em cada unidade,
1445 em cada instituto, a respeito dessa sequência orçamentária. Mais que isso, acho que a
1446 COP fez um trabalho muito meticuloso e sabe perfeitamente a evolução do que
1447 estamos falando aqui hoje. Acredito que para os dirigentes que estão aqui, a surpresa
1448 foi que não houve um corte drástico orçamentário para as unidades. E isso tem que ser
1449 considerado, sob o ponto de vida dessa Universidade, no seu dia-a-dia. Acho que é
1450 esse o item importante que temos que colocar. Não sei se já temos algum dado do
1451 PIDV, se já há alguns inscritos, como isso está andando e o que a Reitoria gostaria que
1452 os dirigentes universitários fizessem, no sentido de minimizar as perdas que estamos
1453 tendo.” **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Junior:** “Gostaria de elogiar o trabalho da
1454 COP, acho que é importante que um leigo - nós diretores - possamos entender um
1455 pouquinho desse orçamento, e da forma que tem sido apresentado, acho que permite
1456 fazermos algumas inferências, mesmo não tendo nenhum conhecimento de economia.
1457 A hemorragia eu saberia estancar, mas economia não consigo. Fico preocupado com o

1458 que o Professor João Cyro falou, vou mais ou menos na linha dele, pois entendi que
1459 nosso equilíbrio está baseado no PIDV - 6,5% - e em um crescimento de 7,5% do PIB -
1460 1,5%, 2%, 2% e 2% em cada ano. Então, se somarmos os 7,5% e os 6,5%,
1461 conseguimos trazer a folha para 90% e diminuir a queda do déficit até o dinheiro durar
1462 até 2018. Mas me preocupo que esse PIB não acompanhe esse raciocínio tão otimista
1463 que temos. Acho que o PIDV vai dar certo, pelo menos na minha unidade já chegou
1464 aos 6%. Agora, se o PIB não tiver esse crescimento que estamos esperando, esse
1465 dinheiro vai terminar, provavelmente, no final do ano que vem ou, no máximo, no
1466 começo do outro ano. Então, acho muito arriscado fazermos todo o orçamento da
1467 Universidade baseado nesse PIB hipotético. Pelo menos o que leio dos jornalistas com
1468 respeito à Economia, a previsão é ser um PIB pequeno, não será 7,5% nesse período.
1469 Fico muito preocupado de gastarmos um dinheiro achando que ele vai multiplicar e isso
1470 não vai acontecer. Isso é um item bastante preocupante. Outra questão é em relação
1471 àqueles recursos próprios que são citados no orçamento, em torno de R\$ 500 milhões.
1472 Acho que precisariam ser melhor detalhados, para entendermos um pouco porque esse
1473 dinheiro acaba, não podendo ser utilizado nesse acerto de contas, se ele já está
1474 distribuído nas unidades, se é um dinheiro carimbado que você não pode gastar. Seria
1475 interessante, pois no orçamento aparece esses R\$ 500 milhões, mas depois não
1476 aparece quando vamos falar nesses gastos, nessas contas, e mesmo no abatimento do
1477 eventual déficit. Sei que é um problema a Universidade ter acesso a esses dados,
1478 porque no próprio documento fala que é uma previsão do Governo do Estado, não é
1479 previsão nossa. Estranho em uma receita própria, nossa, não conseguirmos ter uma
1480 ideia melhor dessa receita. São esses dois pontos que gostaria de comentar e externo
1481 minha preocupação e, talvez seja, realmente, o momento de apertar um pouquinho o
1482 cinto, porque estamos contanto com o dinheiro que ainda não temos.” **Cons.ª Tuani**
1483 **Guimarães de Ávila Augusto**: “Venho de São Carlos e lá discutimos bastante, tanto
1484 as Diretrizes Orçamentárias quanto o Orçamento. Hoje tivemos uma apresentação do
1485 orçamento que não condiz com o que está apresentado no Caderno IV, isso é muito
1486 preocupante, de forma que já sinalizo, pelo menos, por um pedido para os
1487 conselheiros, que é de uma irresponsabilidade imensa aprovarmos esse orçamento
1488 com base nos dados que estão no Caderno IV, sendo que o próprio conselheiro da

1489 COP já sinalizou que o crescimento não vai se realizar e, provavelmente, também a
1490 taxa de inflação vai aumentar, com os dados divulgados pelo PIB Nacional e também
1491 sabendo que o PIB Paulista acompanha com freio ainda maior que o PIB Nacional. Em
1492 nossas discussões, verificamos que a média de crescimento do PIB Paulista nos
1493 últimos anos está abaixo da média do crescimento do PIB Nacional, e recentemente, a
1494 União revisou a meta de crescimento para 2015. Estamos aqui com o dado de 0,8% e
1495 a COP já sinalizou que é ainda menor, considerando que o PIB Paulista caiu 1,1% nos
1496 últimos 12 meses, deverá estar abaixo dessa média, utilizamos, então, o índice de
1497 0,2%, que também se ampara na possibilidade de que a previsão de crescimento seja
1498 revista para baixo, até o final de 2015. Como vemos ocorrer no presente ano, e para a
1499 série posterior, adotamos uma recuperação lenta da economia de 0,6% por ano. Então,
1500 o cenário apresentado pela COP não vai se realizar nos próximos anos. Temos
1501 também um problema no reajuste salarial, que esse ano foi dado parte pela FIPE, outra
1502 parte por abono. Então, vamos considerar a parte das Diretrizes Orçamentárias e do
1503 Orçamento que o reajuste salarial seria com base na FIPE e não existe dotação
1504 orçamentária para abono salarial. Então, também temos que ficar atentos, pois vamos
1505 ter uma corrosão do salário dos professores e servidores não docentes. Gostaríamos,
1506 também, de solicitar que as informações sejam disponibilizadas pela COP, pois boa
1507 parte da apresentação hoje nos *slides* não consta nos nossos cadernos, o que nos
1508 impossibilita de discutir mais profundamente, sinalizando mais uma vez para uma
1509 impossibilidade de entendermos esse orçamento da forma como ele está colocado no
1510 Caderno IV. Portanto, o que está em votação é o Caderno IV e o cenário dele já foi
1511 dissolvido nessa reunião. Então, novamente, vemos que essa dotação orçamentária é
1512 impossível. Uma coisa muito grave que foi colocada nas Diretrizes Orçamentárias e no
1513 Caderno IV, foi que a reserva se manteria, em 2018, na ordem de R\$ 500 milhões. Já
1514 havíamos discutido em São Carlos e agora a COP também apresenta que a reserva
1515 não sinaliza mais para uma estabilização, pelo cenário que vemos do PIB Paulista e do
1516 PIB Nacional, então temos outra impossibilidade. Quanto ao PIDV, toda a previsão
1517 orçamentária é colocada a partir de realização completa do PIDV, o que pode ocorrer
1518 ou não. De forma que sinalizaríamos, pelo menos, para uma necessidade de quando
1519 se discutir o orçamento, fazermos uma previsão de planejamento para, pelo menos,

1520 dois ou três cenários possíveis. E aqui já poderíamos ter incluído o cenário possível de
1521 um crescimento baixo, crescimento regular e até de um não crescimento. Logo,
1522 retornamos à fala que trouxemos junto à ADUSP na reunião passada de que é
1523 necessário exigir a dotação orçamentária da expansão da USP, que ainda não tivemos.
1524 Outra questão é a dotação orçamentária. Agora temos um corte no ICMS, não temos
1525 mais 9,57%, porque a habitação social no ICMS é retirado antes do cálculo do
1526 orçamento da USP. Então, colocamos como proposta que precisamos reivindicar do
1527 Governo do Estado o fim da sonegação dos valores do ICMS que deveriam ser
1528 destinados às Estaduais Paulistas, como demonstrado nos estudos recentes da
1529 ADUSP. E solicitar junto à UNESP, à UNICAMP, ao Governo do Estado e à ALESP, o
1530 aumento da cota do ICMS para 11,6%; e verificar que não podemos aprovar esse
1531 orçamento com base no cenário que a própria COP já apresentou, que é
1532 completamente distinto do Caderno IV." **Cons. Bruno Sperb Rocha:** "Serei breve, pois
1533 não vou passar cinco minutos dizendo o que disse por cinco minutos há duas semanas.
1534 O orçamento segue exatamente a mesma linha das Diretrizes Orçamentárias
1535 aprovadas na última reunião do Conselho Universitário, ou seja, encara a situação sob
1536 um ponto de vista determinado, que é reduzir gastos, comprometendo o funcionamento
1537 da Universidade, a qualidade de funcionamento do ensino, da pesquisa, a qualidade de
1538 trabalho dos funcionários, a panaceia - se me permitem a palavra - a salvação de tudo
1539 é um PIDV que finge que não tem nenhum impacto para o funcionamento da
1540 Universidade, que não vai impactar no funcionamento dos laboratórios e das unidades,
1541 que não significar maior sobrecarga de trabalho, portanto, adoecimento de
1542 trabalhadores por sobrecarga de trabalho, mais acidentes por sobrecarga de trabalho,
1543 mais filas nos aparelhos de saúde da Universidade. Imagino que tenham acompanhado
1544 pela imprensa, nós denunciávamos durante a greve que havia uma fila de 800
1545 mulheres esperando por um exame Papanicolau no Centro de Saúde Escola Butantã,
1546 agora já são mais de mil. E essa fila só vai crescer, porque precisa contratar
1547 funcionários, técnicos de enfermagem e enfermeiros para coletar um exame simples de
1548 prevenção da saúde da mulher, coisa mais básica do mundo, mas ao invés disso, vão
1549 demitir. Então, o ritmo de aumento da fila vai aumentar, e isso é um pequeno exemplo.
1550 O Hospital Universitário, com as demissões que podem acontecer, fruto dessa política,

1551 vai ter ainda mais unidades e ambulatórios fechando e mais exames sendo
1552 cancelados, como já está ocorrendo. Todo funcionamento da Universidade está sendo
1553 rifado para poder apresentar essa linha política em relação ao orçamento da
1554 Universidade. E, convenhamos, a permanência estudantil, o ensino de graduação, tudo
1555 isso seguirá sofrendo ainda mais como consequência dos cortes, porque em uma ou
1556 outra alínea ali se apresenta, supostamente, um aumento de investimento. Agora, é um
1557 aumento em comparação a um orçamento já totalmente retalhado, que é o orçamento
1558 de 2014. E aí há algumas variações que parecem grandes, mas são as variações nas
1559 alíneas que estão na casa de milhões ou poucas dezenas de milhões, o que nesse
1560 orçamento é incomparável com os cortes em alíneas que dizem respeito a valores
1561 muito maiores. Repetindo o que havia dito na reunião passado, ou se encara dessa
1562 forma, que é seguir desmontando a universidade pública, ou se encara da forma
1563 oposta, que é lutar por mais financiamento público para as Universidades Públicas e
1564 para toda a educação pública. O que passa, pelo bem da verdade, como valor e para
1565 poder apresentar uma proposta como essa à sociedade, pela real transparência das
1566 contas da universidade. Para citar dois exemplos, nas últimas semanas fiquei sabendo,
1567 pela Folha de São Paulo - que é por onde eu, como membro do Conselho Universitário,
1568 fico sabendo de quase tudo a respeito da Universidade - que há 28 mil estudantes
1569 matriculados em cursos pagos dentro da Universidade, inclusive cursos de graduação.
1570 Então, quando discutimos essa questão da cobrança de mensalidade, que obviamente
1571 sou radicalmente contra, não estamos discutindo sobre uma coisa que pode vir a
1572 acontecer, estamos discutindo a respeito de uma coisa que já está acontecendo,
1573 porque 28 mil estudantes significa mais de 1/4, quase 1/3 das vagas gratuitas dentro da
1574 Universidade. A matéria apontava o caso de uma unidade que tem mais alunos em
1575 cursos pagos do que em cursos gratuitos, matéria da Folha, se quiserem processar
1576 alguém por estar dizendo isso, por favor, processem a Folha. Aí eu me pergunto, para
1577 fazer a transparência, para onde vai todo esse dinheiro? Esses cursos são, na grande
1578 maioria, oferecidos por fundações de apoio à Universidade, que oferecem esses cursos
1579 cobrando mensalidades que não são baratas, com a estrutura física - os laboratórios, o
1580 pessoal, os funcionários, os professores - e o renome da Universidade de São Paulo.
1581 Aqui fica uma 'taxinha', o resto vai para a fundação. E o segundo exemplo, outra

1582 matéria que saiu nas últimas semanas, essa é a Folha reproduzindo uma declaração
1583 do Reitor - Cinco mil funcionários terceirizados; também me pergunto: quanto se paga
1584 para essas empresas e quanto elas pagam de salário, porque desses cinco mil, não
1585 tenho como saber onde, que funções, que salários, nada disso. Transparência para
1586 longe de existir. E por último, quero dizer que usaram a expressão 'apertar mais os
1587 cintos', mas os cintos de quem? Porque tem cintos que serão literalmente apertados
1588 com essa proposta. Um pequeno detalhe, o congelamento dos benefícios, vale-refeição
1589 e vale-alimentação, que é onde mais acumula inflação ao longo do último ano, são
1590 literalmente os cintos desses milhares de trabalhadores que fazem a Universidade
1591 funcionar, que esse Conselho quer apertar." **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada:**
1592 "Não sou adepta à internet, mas essa semana ouvi na internet uma fala assim: 'Não fiz
1593 voto para a pobreza. Então, temos que recorrer aos cursos pagos'. Fico me
1594 perguntando qual serão os instrumento aos quais os trabalhadores vão recorrer para
1595 também não ficar na pobreza. Portanto, já queremos avisar que, em 2015, vamos lutar
1596 pelo reajuste salarial real, e pelo reajuste dos benefícios sociais. Vou até falar com o
1597 Professor Zago, que no dia 3 tivemos uma reunião com pessoas da sua confiança,
1598 onde discutimos os reajustes dos nossos benefícios sociais, e eles ficaram de trazer ao
1599 senhor essa discussão, inclusive nos dizendo que quem aprovaria isso seria o
1600 Conselho Universitário. Mas não vi isso na pauta de hoje, nem na questão da Dotação
1601 Orçamentária para 2015. Quero pedir desculpas ao Professor Adalberto, vou fazer
1602 algumas perguntas, mas como sou ignorante nessa questão, o senhor me perdoe.
1603 Fiquei feliz com a questão dos hospitais, tem 4% de aumento, mas ficaríamos muito
1604 mais felizes se os dois hospitais permanecessem na Universidade de São Paulo. São
1605 dois grandes baluartes na prestação de serviços à população, então, isso seria muito
1606 importante para nós, mas se aumentasse um pouco mais o orçamento, seria
1607 maravilhoso. Outra coisa que quero perguntar é que não vi, na previsão para 2015, a
1608 questão das carreiras. Aqui está escrito carreiras, então suponho que seja a carreira
1609 dos professores e dos funcionários, gostaria de perguntar, estão congeladas as
1610 carreiras? Outra questão, também não vi a previsão para 2015 do SP-Prevcom, a
1611 previdência complementar vai ser extinta? Vemos, também, na Dotação Orçamentária,
1612 o aumento do processo de terceirização, mais dinheiro para terceirização. Outra

1613 questão é o sistema de frota de veículos. Há um item que fala da renovação da frota de
1614 veículos especiais. Gostaríamos de saber que veículos são esses especiais. E se esse
1615 dinheiro apontado nessas duas alíneas diz respeito àquele dinheiro que o senhor
1616 mostrou em um gráfico nos adicionais, e lá tem adicional de transporte. Gostaríamos
1617 de saber se aquele dinheiro do adicional está aqui dentro. Quanto aos precatórios,
1618 desde o início do ano, foi anunciado aqui e foi muito bom que anunciaram, o quanto
1619 essa Universidade paga de precatórios. Então, reivindicamos ao Professor Zago para
1620 solicitar junto a sua Procuradoria Geral para ver o mecanismo, a fim de que os gestores
1621 públicos que causam esse prejuízo para a Universidade - e a Universidade paga esses
1622 precatórios - devolvessem esse dinheiro para a Universidade, porque muitas vezes
1623 vamos conversar com o gestor público, com o assistente administrativo na Unidade e
1624 falamos sobre coisas que estão ferindo a lei, em resposta ouvimos 'mas quem manda
1625 aqui sou eu'. Portanto, seria importante que a Universidade construísse mecanismos
1626 para que as pessoas que cometeram improbidade administrativa - como falou muito o
1627 Professor Zago no início de sua gestão - reembolsassem a Universidade, porque os
1628 precatórios equivalem a milhões de reais, o que também corrói o dinheiro da
1629 Universidade. Uma última questão, sobre a Superintendência de Saúde, estou vendo
1630 que não há previsão nem para a Superintendência de Saúde, nem para a
1631 Superintendência de Segurança. Vi aqui dinheiro para atividades integradas,
1632 assistência médicas-odontológica. Então, seria importante sabermos para onde vai
1633 esse dinheiro, porque nós, funcionários e os estudantes, também estamos sem o
1634 ambulatório de odontologia no Bloco K, sem atendimento e sem assistência médica.
1635 Por isso, gostaríamos de saber quais são os organismos, dentro da Universidade de
1636 São Paulo, que recebem essa verba. E também queremos saber se vai fechar a
1637 Superintendência de Saúde ou não, porque também não há aqui previsão para 2015.
1638 Lembrando, também, a Superintendência de Segurança, que está precisando contratar
1639 mais funcionários e treiná-los." **Cons. Fábio Frezatti**: "Pedi a palavra para discutir
1640 orçamento. Sei que um antecedente importante foi a aprovação das Diretrizes, e
1641 quando montamos um orçamento em qualquer tipo de organização, temos que ter uma
1642 lógica que ultrapasse os números. Na verdade, os números devem ser consequência
1643 de direcionamentos. Aliás, tentamos ensinar isso e muitas vezes não fazemos, mas,

1644 estamos aqui com uma proposta que pode ser acolhida ou não, debatida com
1645 intensidade. Ela foi construída em função de uma lógica, é isso que foi aprovado nas
1646 Diretrizes. Por outro lado, tenho a percepção de que temos, no primeiro trimestre, um
1647 momento para sentir todas essas incertezas que estamos vivendo. Estamos sendo
1648 bombardeados com informações em relação a macro economia e algumas delas cada
1649 vez mais se mostrando negativa. Elas estão aí, não dá para esconder e, nesse
1650 momento, temos um cenário e a apresentação dos números decorre de uma tendência.
1651 Esse orçamento que está sendo discutido não é uma proposta de um orçamento de
1652 ruptura, que deve envolver um monte de discussões, inclusive possibilidades radicais.
1653 Esse orçamento tem uma lógica de manutenção para não apavorar as pessoas, para
1654 manter o corpo, de alguma maneira, e ao longo do ano fazer ajustes. Esse déficit me
1655 preocupa tanto quanto a vocês. Ele é complicado. Se todos se lembram, manifestei-me
1656 na reunião que fizemos fora daqui em relação à aprovação do abono, ele irá ajudar, em
1657 algum momento, esse valor acabar. Minha recomendação é que o foco da discussão
1658 seja em cima da proposta que foi colocada pela COP.” **Cons. Claudimar Amaro de**
1659 **Andrade Rodrigues**: “Voltando com a questão dos pontos do orçamento, pegando
1660 principalmente essa questão que foi colocada, somos conscientes dessa fragilidade
1661 financeira, gravidade da situação, crise financeira, como queiram chamar, mas nos
1662 colocam algumas preocupações em torno das prioridades e dos fins da Universidade.
1663 Entendemos que tivemos movimento de greve, o movimento que trouxe ganhos justos
1664 e seguranças maiores por parte dos servidores docentes e também aos demais
1665 servidores da Universidade, mas nos preocupa alguns outros pontos. Uma das
1666 questões que nos preocupa na hora de aprovar um orçamento desses são os
1667 detalhamentos. Alguns esclarecimentos que faltam, talvez na forma de como esse
1668 orçamento é colocado. Gostaria de entender primeiro, na parte da Tabela A, quando
1669 fala do aumento do serviço de limpeza e segurança e nas despesas com transporte,
1670 gostaria de saber onde foram esses aumentos, como essa questão, por exemplo, entre
1671 a frota ser nossa e a frota ser alugada, como é que esse impacto foi avaliado, temos
1672 um estudo onde possamos nos basear? Outra questão que me deixou preocupado foi a
1673 questão dos projetos especiais das Pró-reitorias, o aumento dos projetos especiais. Se
1674 virmos o orçamento de 2012, esse orçamento para projetos especiais, que nem sei

1675 quais são, fica difícil você dizer para onde estão indo, são em torno de 50% nos valores
1676 atuais com relação a 2012. Acredito que, mesmo sendo projetos especiais, são
1677 juntamente projetos fins da Universidade que são cortados em 50%. Gostaria de
1678 entender, também, essa relação se compararmos 2012 com esse último. Outra questão
1679 que acho muito importante é com relação ao PAE - Programa de Aperfeiçoamento de
1680 Ensino -, o qual faço parte da Comissão atualmente. É um programa em que queremos
1681 colocar para os estudantes de pós-graduação a importância do seu trabalho docente.
1682 Colocar essa valorização nele, da mesma forma de quando ele foi proposto. Se
1683 olharmos a Resolução de criação, poderemos verificar que todos os estudantes que
1684 iriam participar desse estágio, dessa prática, desse trabalho docente - não estou
1685 falando que ele é um empregado, mas ele está trabalhando, ele é um trabalhador - que
1686 esse trabalho seria remunerado. Com o decorrer do tempo essa modificação ocorreu
1687 na Resolução e tivemos, nos últimos anos, um corte nessa Resolução, que chegou até
1688 de uma forma rápida, simplesmente chegou até a Comissão do PAE sem que
1689 soubéssemos lidar com isso. Gostaria de entender a verba desse Programa. Da onde
1690 ela sairia? Ela sairia das bolsas, da Reitoria, da Pró-reitoria? Nessa discussão ampla
1691 que vocês fizeram do planejamento, alguém viu esse Programa PAE? A verba dele
1692 continuará caindo? Porque lutamos e foi um dos grandes ganhos junto à Pró-reitoria de
1693 Pós-Graduação conseguir que todos os alunos PAE tivessem bolsa. Durou pouco e
1694 depois foi cortado mais ainda, porque ele é um programa que cresce e o nosso objetivo
1695 é que ele cresça para aumentar a qualidade dos futuros docentes, não só dessa
1696 Universidade, mas de outras. Essas são as minhas considerações.” **Cons.^a Vanessa**
1697 **Del Castillo Silva Couto**: “Tiveram algumas falas antes de mim que já expuseram
1698 muito do que penso enquanto estudante – a fala dos Conselheiros Tuani, Bruno,
1699 representante dos funcionários e da Neli – mas, gostaria apenas de pontuar algumas
1700 coisas que acho importante. Primeiro, a questão da permanência estudantil, que é para
1701 os estudantes um tema que diz muito respeito, inclusive, à mobilização que aconteceu
1702 dos funcionários e à greve, uma boa parte dessa reivindicação era pela permanência,
1703 então consideramos que a pressão dos estudantes fez com que conseguíssemos
1704 algumas conquistas na Reitoria. Porém, tudo que o Bruno falou me contempla muito,
1705 porque estamos vindo de um cenário de redução, o orçamento de 2014 era muito

1706 reduzido e agora temos um aumento de 104,78% na Permanência, de forma que temos
1707 que ver exatamente para onde ele será destinado e qual é o aumento, de fato, que ele
1708 representa, porque diz respeito à questão do aumento das bolsas de moradia, de
1709 alimentação, de vale livros, cópias xerográficas de textos. Mas uma coisa que temos
1710 que ter muito em mente, também, é que diversas outras bolsas que serviam também
1711 como permanência estudantil, de uma forma indireta, foram cortadas. Temos que
1712 repensar isso. Por exemplo, as bolsas estágio de bibliotecas, pró-alunos, inclusive a
1713 pró-aluno da FFLCH corre o risco de ser fechada, porque não tem monitores e essa
1714 bolsa é uma bolsa que auxilia o estudante a se manter na Universidade. Bolsas como o
1715 'Aprender com Cultura', 'Ensinar com Pesquisa', não vi exatamente no orçamento onde
1716 elas poderiam ser contempladas, talvez nessa parte que aumenta 30%, mas estamos
1717 vendo que o orçamento da USP já está muito enxuto, então o quanto isso seria
1718 priorizado dentre as bolsas de pesquisa e cultura e extensão? Outra questão que acho
1719 importante para debatermos é a questão dos hospitais universitários, porque não
1720 entendo muito dos números, mas um aumento de 4%, se ele não estiver corrigido de
1721 acordo com a inflação, não significa necessariamente um grande aumento. E isso é
1722 muito ruim, porque já estamos vindo de um cenário onde o Hospital Universitário já
1723 está em situação muito precária, e além das questões de atendimento à população, da
1724 qualidade dos trabalhadores que estão ali, também tem a questão do ensino que este
1725 hospital cumpre. Esse é um debate muito sério que temos que fazer daqui para frente.
1726 É o papel dos hospitais no ensino dos estudantes da Saúde. Faço Nutrição e para nós,
1727 dos cursos da Saúde, muito daquilo que aprendemos vem dali, de forma que é uma
1728 preocupação que temos que ter nesse debate. Para terminar, além das questões que a
1729 Conselheira Tuani já colocou, do aumento do investimento público na Universidade,
1730 além do que o Conselheiro Bruno já colocou, sobre a questão dos cursos pagos dentro
1731 da Universidade, acho que esse debate do orçamento, agora que já está tudo
1732 destinado e que estamos vendo o quanto está sendo destinado para cada parte, temos
1733 que ter muita atenção no que é destinado a quê, porque podemos aumentar a
1734 permanência, mas lembro que no ano passado, das cinco propostas do Reitor para a
1735 crise universitária, uma delas era cortar em 50% a Permanência Estudantil, que ela iria
1736 ser terceirizada de alguma forma. Então, quanto desses 104%, que estamos dizendo

1737 que é um grande aumento, não será destinado à privatização da permanência
1738 estudantil? Isso é um tema que para nós é muito importante, porque para nós a
1739 Universidade tem que se manter pública, a permanência estudantil tem que ser 100%
1740 vinculada à Universidade e nós é que temos que gerenciar e administrar essa
1741 permanência, assim como qualquer outro recurso que estamos debatendo aqui. É
1742 muito importante pontuar isso. Para terminar, outra questão que quero pontuar é a
1743 segurança. Estamos aqui debatendo os casos de violência que aconteceram na
1744 Faculdade de Medicina e, provavelmente, iremos ver que esses casos irão se expandir
1745 em todos os lugares da Universidade. Enfim, não quero entrar nesse mérito, porque ele
1746 foi bem contemplado pela Conselheira Gabriela. Temos que pensar, também, em um
1747 investimento para esse setor, porque engloba, tanto a segurança no *campus* quanto a
1748 infraestrutura dele, que é algo que sempre debatemos, que é a iluminação, poda de
1749 árvore e a quantidade de circulares, porque diz respeito a mulheres expostas nos
1750 pontos de ônibus, por exemplo; criação de centro de referência, que demandaria a
1751 contratação de profissionais da área de psicologia, médicos e advogados que
1752 soubessem lidar com esses casos de violência, entre outros. E tudo isso demanda
1753 orçamento, porque senão não conseguimos realizar nada dessas coisas. É importante
1754 pensarmos nisso, já que estamos votando o orçamento da Universidade. São temas
1755 que estamos debatendo e que, inclusive, já debatemos muito aqui e que não podem
1756 ficar de fora na hora da questão orçamentária." **M. Reitor**: "O Reitor sente que é
1757 necessário se manifestar diante do que ouviu da Conselheira Vanessa. A Conselheira
1758 fala que havia uma proposta deste Reitor de privatizar a Permanência Estudantil, a
1759 senhora pode me esclarecer onde e de quem a senhora ouviu essa proposta? Peço
1760 que venha ao microfone e responda por que é uma manifestação direta envolvendo o
1761 Reitor." **Cons.^a Vanessa Del Castillo Silva Couto**: "Achei que, sinceramente, não
1762 tinha exposto nada de mais, mas, enfim, para esclarecer, é um documento que
1763 debatemos no ano passado, no momento da greve, e que continha cinco pontos." **M.**
1764 **Reitor**: "A senhora está falando do documento roubado. É deste?" **Cons.^a Vanessa**
1765 **Del Castillo Silva Couto**: "Um documento debatido aqui neste Co. Debatemos o PIDV,
1766 que foi aprovado também neste mesmo documento e estava lá colocado que haveria
1767 uma desvinculação de 50% da Permanência da Universidade. O que podemos

1768 presumir com isso? Acho que os professores podem fazer suas suposições, mas, a
1769 nosso ver, o Reitor dizer que vai desvincular, por exemplo, o Hospital Universitário,
1770 significa o quê?” **M. Reitor**: “Estou perguntando outra coisa muito específica. A senhora
1771 disse que o Reitor fez uma proposta de privatização da Permanência, privatização.”
1772 **Cons.^a Vanessa Del Castillo Silva Couto**: “Eu estava dando um exemplo da questão
1773 do HU, no documento estava escrito que o HU seria desvinculado, dizia também que,
1774 quanto à permanência estudantil, 50% dela seria desvinculada.” **M. Reitor**: “Onde a
1775 senhora viu isso? Que documento é esse? O documento roubado. Vocês trazem para
1776 discussão no Conselho Universitário um documento que foi roubado do Reitor. A
1777 senhora não respondeu a minha pergunta.” **Cons.^a Vanessa Del Castillo Silva Couto**:
1778 “Desvinculação de 50%, é o que dizia o documento, não me interessa a fonte, se foi
1779 roubado, não quero entrar nesse mérito.” **M. Reitor**: “A senhora terminou, a senhora
1780 não conseguiu responder a minha pergunta. Diante deste fato eu quero chamar a
1781 atenção para o seguinte: apesar de todas as dificuldades financeiras pela qual passa a
1782 Universidade desde o início deste ano, quando votamos o orçamento que não foi
1783 votado no ano passado o Reitor fez questão de não permitir redução dos recursos para
1784 a permanência estudantil. Este Conselho pode atestar a isto, foi um dos poucos tópicos
1785 que eu trouxe a este Conselho sem redução. E esta proposta é do Reitor, porque isto
1786 de aumentar o valor de bolsas de R\$ 18 milhões para R\$ 47 milhões não foi
1787 consequência de qualquer pressão, foi parte da iniciativa do Reitor da Universidade de
1788 São Paulo, coerente com aquilo que sempre disse. Portanto, qualquer alusão ao fato
1789 de que isto foi feito porque o Reitor foi forçado, a Comissão de Orçamento e Patrimônio
1790 sabe muito bem que eu mandei pedir as propostas e pessoalmente argumentei com a
1791 Comissão, ela testemunha de que as bolsas para a permanência estudantil não podiam
1792 ser reduzidas, pelo contrário, precisavam aumentar e aumentaram de R\$ 18 milhões
1793 para R\$ 47 milhões e, no total, de R\$ 33 milhões para R\$ 67 milhões. Portanto, a
1794 Conselheira foi incapaz de sustentar o que disse. Não é assim que funciona a
1795 Universidade, não é assim que funciona o Conselho. Se a senhora quer ser respeitada,
1796 a senhora respeite, falando a verdade e não fazendo alusão a um documento que foi
1797 subtraído do meu computador por meio criminoso. E o processo relativo a isso está em
1798 andamento.” **Cons. Adalberto Américo Fischmann**: “Apenas gostaria de confirmar as

1799 palavras do Professor Zago. Ele solicitou expressamente à COP que a valorização da
1800 permanência e formação estudantil fosse não apenas preservada, mas aumentada na
1801 medida do possível, a despeito de todo o aperto que a situação financeira da USP é
1802 expressa. Quero apenas confirmar essas palavras do Professor Zago." **Cons. Valdecir**
1803 **de Assis Janasi**: "Gostaria de me manifestar sobre o quadro geral e ao processo.
1804 Vivenciei esse momento de uma reunião como esta, de aprovação do orçamento, em
1805 gestões anteriores, do Professor Melfi e da Professora Suely, em que nesta reunião,
1806 normalmente, era para bater o martelo sobre aquilo que tinha sido aprovado nas
1807 Diretrizes Orçamentárias, ou seja, a gente chegava para esta reunião em um clima
1808 tranquilo, porque o debate tinha ocorrido antes, e as diretrizes apenas se traduziram
1809 em números. E também vivenciei os dois anos finais da gestão anterior, onde não
1810 houve essa reunião e nós, de certa forma, aprovamos diretrizes e orçamento juntos,
1811 sem muita ciência do que acontecia; e as consequências - acredito que todos avaliam
1812 isso - foram desastrosas para a Universidade. Vejo hoje, com alguma preocupação, o
1813 fato de que a principal diretriz que aprovamos era mantermos uma reserva para se
1814 equilibrar em certo momento, em 2018, e havia uma curva muito parecida com a curva
1815 azul que o colega representante da Escola Politécnica apresentou. E a curva vermelha
1816 aponta já para um esgotamento da reserva, praticamente em 2016, e essa curva
1817 continua caindo, já no negativo, nos anos seguintes ou ela se quer se estabiliza no
1818 zero. Portanto, independente do mérito daquilo que é apresentado pela COP,
1819 particularmente as questões mais sensíveis, como permanência estudantil e outras,
1820 digo que não vejo a tradução daquilo que foi aprovado como diretrizes orçamentárias,
1821 não no detalhe, mas no macro. A questão da permanência do nosso orçamento dentro
1822 de um mínimo de equilíbrio e de uma permanência de uma reserva mínima para os
1823 anos seguintes. Esse é o motivo pelo qual gostaria apenas de perguntar ao Prof.
1824 Adalberto se os recursos irão se esgotar em 2016, que planejamento nós temos para
1825 que a nossa Universidade permaneça viva a partir daquele momento. Eu não vi a
1826 tradução disso e por isso me é muito mais simpática a proposta que coloca a Escola
1827 Politécnica, no sentido de que tenhamos essa prudência e espere um quadro mais
1828 concreto em relação, inclusive, ao PIDV e outros quadros de previsão de recursos, e
1829 aguarde março para, efetivamente, ter uma proposta concreta aprovada." **Cons.**

1830 **Carlos Alberto Ferreira Martins**: “Parece-me que estamos diante de uma
1831 manifestação com bastante evidência de uma grande incerteza em relação ao futuro. E
1832 a par de uma grande incerteza em relação ao futuro enfrentamos a situação
1833 característica de um momento de limitação de recursos. De um lado, somos tentados a
1834 insistir naquilo que deve ser preservado ou enviado, e de outro lado, temos que
1835 enfrentar a responsabilidade coletiva da austeridade necessária. Permito-me lembrar
1836 que em março deste ano vim a este mesmo microfone para dizer, de uma maneira um
1837 pouco elegante, que eu considerava aquele orçamento que aprovamos no começo do
1838 ano, uma peça de ficção, mas vim aqui para dizer que eu iria votar naquela peça de
1839 ficção por estar convencido de que ao longo deste ano nós faríamos um esforço
1840 coletivo, no sentido de passar a compreender efetivamente e passar a trabalhar da
1841 maneira mais transparente possível essa peça que diz respeito à vida de todos e de
1842 cada um de nós. E tenho a obrigação de dizer agora que, se não me sinto
1843 completamente satisfeito com isso e se não consigo ainda entender cada uma
1844 daquelas tabelas, enquanto dirigente que se esforça para isso, acho que não temos o
1845 direito de deixar de reconhecer os enormes avanços que foram realizados nesse
1846 sentido. Alguns que já estão expressos na peça, outros ainda talvez não. Em outro
1847 momento, talvez o Professor Nakao devesse contar o que o Conselho da SEF está
1848 fazendo em relação à transparência: a definição de um plano plurianual de obras.
1849 Porque o nosso problema não é só quanto e em quê gastamos, nosso problema é que
1850 esse ‘quanto’ e ‘em quê’ seja discutido, conhecido e definido coletivamente,
1851 institucionalmente. Parece-me que esse é o ponto fundamental. Quero dizer que não
1852 sou economista, nem administrador, sou arquiteto e urbanista, mas já tive experiência
1853 suficiente em administração pública para aprender algo que me parece que é
1854 fundamental retomar e que nem sempre levamos em consideração, um orçamento não
1855 é dinheiro em caixa, o orçamento é autorização legal para gastar determinada quantia
1856 em determinada alínea, se houver esse dinheiro. Trabalhei em uma prefeitura e de vez
1857 em quando algum Secretário dizia: ‘mas eu tenho orçamento’; de fato você tem
1858 orçamento, o que não temos é dinheiro. Parece-me que é fundamental ter claro que
1859 essas previsões podem não se realizar. É fundamental que todos nós tenhamos
1860 clareza de que o orçamento é diferente de garantir a prévia de dinheiro, por isso é

1861 absolutamente fundamental e imprescindível que se implemente efetivamente mais do
1862 que conseguimos fazer, e eu reconheço o esforço deste ano com o processo de
1863 acompanhamento da execução orçamentária. A execução orçamentária não é apenas
1864 quanto a gente gastou, também é o acompanhamento da receita, para que nos permita
1865 modular, ao longo deste ano, esse processo. Quero dizer que, descontado o fato de
1866 que certos itens de despesa foram agregados ao orçamento das Unidades, as
1867 Unidades de Ensino e Pesquisa têm um acréscimo orçamentário de 2% em relação a
1868 2014, o que, na prática, descontada a inflação, significa uma pequena redução.
1869 Entendo que não deveríamos, neste momento, submeter as Unidades de Ensino e
1870 Pesquisa a um sacrifício ainda maior. Pode ser que em março ou em junho venhamos
1871 a verificar que isso será necessário, mas não diria que se deveria fazer isso
1872 prioritariamente. Não sei se iremos conseguir realizar toda a ampliação que está
1873 prevista no orçamento para questões fundamentais, como os programas especiais ou a
1874 permanência estudantil, mas não vamos recortar agora a possibilidade de fazê-lo. Acho
1875 que é fundamental e acredito que há, do ponto de vista da administração e da COP, um
1876 esforço de envolver a todos no processo de elaboração e acompanhamento da
1877 execução orçamentária. Isso é o fundamental. É isso que a Universidade tem que
1878 demonstrar que tem vontade e é capaz de fazer. Acho também - para encerrar - que
1879 deveríamos dar um pouco mais de atenção ao tema que levantei aqui na última reunião
1880 do Conselho Universitário: continua tramitando um projeto de PEC, que na verdade
1881 elimina boa parte das nossas preocupações aqui, porque uma vez aprovado, significa
1882 que a negociação salarial não se dá mais no âmbito da autonomia da Universidade e
1883 estou assustado com o estrondoso silêncio em relação a esse tema, inclusive das
1884 nossas entidades.” **Cons. Dante Pinheiro Martinelli**: “Estamos, com certeza, em uma
1885 situação de cobertor curto, como todos sabemos, e tentando puxar de todos os lados
1886 para tentar cobrir esse corpo que nós não conseguimos. E se por um lado vem
1887 algumas propostas muito defensáveis e muito justas - e que não podemos cortar aqui e
1888 nem ali -, temos que manter isso e aquilo, todas as propostas trazidas acho que são
1889 absolutamente defensáveis, o problema é falta de recursos. Por outro lado, vem uma
1890 proposta que também acho absolutamente defensável, a do Prof. João Cyro. E dizer
1891 que temos que nos manter dentro do orçamento que vem do Estado, do repasse que

1892 vem do Estado. Em tese, concordo totalmente com o Prof. João Cyro, teríamos que
1893 nos manter, porém, quando nós temos comprometimento com folha de pagamento que
1894 não temos como mexer, absolutamente, já ultrapassa o repasse do Estado, já temos
1895 105%, então não sobra nada para mexer realmente. Com todo o respeito à proposta do
1896 Prof. João Cyro, que teve todo o cuidado de fazê-la, mas não vejo como conseguir
1897 cortar mais do que já estamos cortando com esse orçamento. A COP tem se
1898 debruçado sobre esse assunto com todo o empenho, com todo vigor, com toda
1899 determinação, assumi a Diretoria da FEA de Ribeirão a pouco mais de três meses, fui
1900 indicado como suplente da COP na reunião de setembro, faz menos de três meses, já
1901 tivemos, se não estiver enganado, oito reuniões da COP, estive em sete delas e foram
1902 reuniões extremamente longas, algumas de dia inteiro com lição para casa, rever isso,
1903 propõe aquilo, ou seja, a COP está fazendo todo o possível para ver o que pode ser
1904 feito e onde pode ser cortado. O nível das nossas reservas é extremamente
1905 preocupante, sorte que tínhamos um nível de reserva bom, mas ele está se
1906 comprometendo. Hoje, com R\$ 1,7 bilhão, temos reserva para cinco meses de salário
1907 mais ou menos, no final do ano que vem, se mantivermos a proposta orçamentária,
1908 iremos chegar com um nível de dois meses de folha de pagamento. É extremamente
1909 preocupante. Em tese, deveríamos cortar mais ainda, mas precisamos tomar cuidado
1910 para não cortar em excesso e parar a Universidade. Esse é um receio que tenho.
1911 Infelizmente não consegui acompanhar todos os números que o Professor João Cyro
1912 trouxe, vi que ele fez isso muito detalhadamente, mas não consegui. O pessoal que
1913 estava lá no fundo não conseguia ler nada dos números, de forma que tínhamos que
1914 acompanhar na velocidade que ele estava apresentando, mas vi que ele propunha um
1915 corte, se entendi corretamente, de aproximadamente R\$ 200 milhões em Custeios e
1916 Investimentos, em vez de R\$ 742 milhões proposto pela COP; manter os quinhentos do
1917 ano passado, ou seja, cortar praticamente R\$ 200 milhões de Custeio e Investimento. A
1918 COP se debruçou no que pode ser cortado, não achamos caminho para cortar mais.
1919 Tem dois itens que estão sendo priorizados que pesam um pouco e que foram
1920 altamente defendidos, que são as bolsas e a permanência estudantil. Esse item está
1921 sendo aumentado, como todos viram; e SEF - obras, aquilo que tem risco, é apenas
1922 isso que está sendo passado para a SEF e, se tivermos que cortar os R\$ 200 milhões,

1923 teremos que cortar tudo que vai para a SEF. Teremos que parar a SEF outra vez, como
1924 já paramos esse ano, e também cortar as bolsas e muito mais. Então, com todo
1925 respeito, não vejo como conseguir isso. Na conta de Pessoal que o Professor Cyro
1926 apresentou, se entendi corretamente, ele falava de R\$ 4,9 milhões de Pessoal, quando
1927 na proposta orçamentária está quase R\$ 4,9 milhões, mas tem mais o custo do PIDV,
1928 que são R\$ 400 milhões de custo com uma recuperação de R\$ 170 milhões, quero
1929 dizer, tem mais R\$ 230 milhões. Não sei se perdi algum número, mas ali acho que tem
1930 mais alguma coisa que não dá para cortar. A minha conclusão com toda a análise que
1931 podemos fazer é de que cortar mais, nesse momento, em minha opinião, significa
1932 praticamente paralisar a Universidade. Não vejo, realmente, como cortar mais do que já
1933 foi proposto nos cortes, que já são um sacrifício muito grande na proposta que veio da
1934 COP. Por outro lado, cortar menos e atender alguns anseios de alguns pedidos que
1935 são legítimos, não vejo como podemos fazer isso a não ser que comprometamos
1936 totalmente as nossas reservas, e isso acho extremamente perigoso. Acho que o
1937 equilíbrio é manter a proposta que veio da COP.” Ato contínuo, o **M. Reitor** informa que
1938 as manifestações estão encerradas, passando a palavra ao Prof. Dr. Adalberto Américo
1939 Fischmann, para suas considerações finais, lembrando que a própria proposta
1940 orçamentária prevê dois momentos de reanálise no próximo ano. **Cons. Adalberto**
1941 **Américo Fischmann**: “Essa é uma diferença com relação aos anos anteriores, onde a
1942 proposta orçamentária era definida e era mantida ao longo do ano seguinte. Para esse
1943 ano, como já anunciamos anteriormente, iremos ter duas revisões: uma em março e
1944 outra seis meses após, em setembro de 2015. Isso irá permitir que calibremos esse
1945 orçamento e façamos as necessárias revisões, à luz de informações que iremos ter
1946 mais claras do desempenho da economia e da necessidade ou prioridade de gastos da
1947 própria Universidade. Passando rapidamente às considerações que os Conselheiros
1948 trouxeram, quero comentar, reafirmando as palavras do Professor Dante Martinelli, que
1949 a nossa proposta na COP foi de procurar fazer com que o orçamento da Universidade
1950 permitisse a manutenção das atividades em um nível que não comprometesse o
1951 resultado do desempenho da própria Universidade, ou seja, se estrangularmos a
1952 Universidade mais do que já estamos impondo de aperto, tememos que isso possa
1953 redundar em graves prejuízos. Nosso entendimento é que estamos no limite. E, de fato,

1954 como o Professor Dante Martinelli afirmou, foram feitas todas as possibilidades de
1955 análise de cortes e, evidentemente, também quero fazer referência às palavras do
1956 Professor Carlos Martins, que isto não representa uma camisa de força, mas uma
1957 indicação de autorização de até onde podemos ir. E quero lembrar que no orçamento
1958 de 2014, que vários dos Dirigentes e dos Conselheiros têm comentado que tivemos um
1959 aperto, a verdade é que houve saldo da dotação básica em várias Unidades, de forma
1960 que a situação não é tão grave, mas estamos apontando para um nível de autorização
1961 de gastos até o limite consignado no orçamento. E como falei anteriormente, teremos
1962 revisões, tanto no mês de março quanto no mês de setembro, para afinar esse
1963 orçamento. Referente ao comentário de que o esgotamento de recursos pode chegar
1964 em 2016 - 2017, de fato, há uma possibilidade, colocamos como preocupante a
1965 situação da Universidade e temos que, sem dúvida, adotar medidas de superação
1966 dessa dificuldade. Temos algumas alternativas que estão em curso, já começamos a
1967 questão da alienação de imóveis - aprovada na reunião passada - que representa um
1968 pequeno alento, mas temos outras propostas que deverão ser estudadas depois desse
1969 PIDV, se ele estiver funcionando no nível que estimamos. E é verdade, ele está
1970 proposto para um sucesso integral, consumindo esses R\$ 400 milhões das reservas do
1971 nosso saldo financeiro. Na verdade isso ensejará um reestudo de toda Universidade de
1972 São Paulo, no sentido de otimizar e racionalizar um conjunto de atividades muito
1973 grande, que a Universidade não tem feito ao longo de sua existência. Refiro-me, por
1974 exemplo, à questão de serviços compartilhados. Todos sabem que a Universidade
1975 gasta mal, a qualidade do gasto da Universidade é ruim em várias rubricas, por
1976 exemplo, na questão de transporte público, transporte das Unidades, na questão de
1977 serviços administrativos de todo tipo, desde contabilidade, serviços de recursos
1978 humanos, tesouraria, compras, podemos fazer uma centralização dessas atividades
1979 pelos vários *campi* da Universidade e isso ensejará um reestudo total, que poderá
1980 gerar algumas economias. Enfim, a situação é grave, não temos de onde tirar mais
1981 recursos e teremos que estudar formas de ver dentro desse orçamento e ampliar as
1982 receitas. Como iremos ampliar essas receitas é um desafio que quero colocar para
1983 todos os conselheiros. A questão de cobrança de mensalidades ou anuidades é um
1984 item extremamente sério e vários conselheiros se manifestaram contra, todavia, temos

1985 que encarar esse problema e outras medidas de transferência de recursos para a
1986 Universidade como, por exemplo, leis federais que dariam isenção para aportes de
1987 recursos que são doados para a Universidade com benefícios fiscais que acontece em
1988 outras Universidades ao redor do mundo. No Brasil qualquer transferência, doação é
1989 rigorosamente tributada na origem, então, ninguém têm vontade de fazer aplicações.
1990 Em outros países, as Universidades públicas são beneficiárias de imensas somas de
1991 recursos. Sou de acordo que devemos encarar esse problema com muita seriedade, já
1992 para esse ano de 2015, porque teremos que encontrar a solução para a nossa
1993 sobrevivência nesse próximo ano de 2015, não vamos esperar chegar a situação de
1994 esgotamento, evidentemente temos que encontrar solução já no início desse ano que
1995 começará. Com relação à permanência estudantil, já foi esclarecido anteriormente que
1996 ela recebeu um tratamento muito especial por parte da COP e está com incremento
1997 real muito substantivo. Foi questionado se o aumento de 4% para os hospitais é
1998 suficiente ou não. Diria que, provavelmente, ele é insuficiente, como são insuficientes
1999 quaisquer aumentos que queiramos dar ao orçamento, mas é o que podemos dar de
2000 tratamento diferenciado. As demais Unidades da Universidade receberam tão somente
2001 2% de aumento. Quero também fazer menção ao PAE - Programa de Aperfeiçoamento
2002 de Ensino -, porque foi questionado se ele tem valorização desse programa e de onde
2003 vem os recursos. Esses recursos estão inseridos dentro da rubrica de permanência e
2004 formação estudantil. Tivemos um empacotamento, uma agregação de todas as bolsas
2005 estudantis na Pró-reitoria de Graduação, que estará gerindo esse conjunto de
2006 concessão de bolsas. Também quero me referir a um comentário muito importante que
2007 o Professor Fabio Frezatti fez, que é a lógica do orçamento. Procuramos trazer para o
2008 Conselho quais foram as premissas que adotamos, de fato. Algumas das premissas
2009 reconhecemos hoje que tem dificuldade ou praticamente temos certeza de que elas
2010 não ocorreram e serão objeto de revisão, certamente, na próxima apresentação do
2011 orçamento, em março do ano que vem. Com relação à Superintendência de Saúde e
2012 de Segurança, se fechamos essas Superintendências, certamente não. Elas estão
2013 contempladas em rubricas do orçamento, estão em plena atividade e gostaria de
2014 tranquilizar os dois Superintendentes, Professor Waldyr Jorge e Professora Lúcia, de
2015 que não foi considerado o fechamento dessas Superintendências. A questão dos

2016 precatórios e se a Universidade irá fazer ações regressivas aos que causaram
2017 eventuais prejuízos para a Universidade, é uma questão que me parece que deverá ser
2018 objeto da Procuradoria Geral, não cabe à COP discutir a questão de precatórios.
2019 Precatório temos que pagar e pronto, se vai haver ação regressiva é outra questão.
2020 Também concordo com a servidora Neli que ninguém aqui fez votos de pobreza e
2021 todos gostariam de ter os reajustes dos salários em base que contemplem a inflação.
2022 Nós, dentro da COP, adotamos um critério extremamente conservador de utilizar o
2023 indicador da FIPE, não de inflação do ano, mas o indicador de doze meses, de maio de
2024 2014 para 2015, considerando 4,8% como estimativa razoável e dentro de um espírito
2025 conservador para reajuste salarial, mas não estamos imaginando reajustes acima
2026 disso, porque o orçamento não permite. Temos que compreender que todos nós
2027 estamos diante de uma situação extremamente preocupante e grave da Universidade,
2028 onde todos terão que fazer um esforço ,inclusive nós, servidores técnicos e
2029 administrativos, docentes e pesquisadores, teremos que ter uma postura altamente
2030 conservadora e não resolver, nesse momento, ampliar as nossas expectativas. Com
2031 relação às 28 mil vagas que o servidor Bruno Rocha comentou, quero dizer que essas
2032 vagas não são do meu conhecimento, que são de graduação e se há necessidade de
2033 alguma revisão do *overhead*, que essas atividades que são oferecidas por Fundações
2034 de Apoio à Universidade é algo que poderá ser revisto, sem dúvida alguma, porque não
2035 é uma matéria pétrea, mas quero esclarecer que essas vagas são, muitas vezes, para
2036 cursos de extensão ou de especialização e não de graduação, propriamente dita.
2037 Pegar mais recursos do Estado é algo que até gostaríamos, mas temo que isso é
2038 matéria que deverá ser discutida no âmbito do CRUESP e ver como é que isso seria
2039 possível junto com as demais duas Universidades coirmãs, UNICAMP e UNESP. Mas,
2040 todos sabemos que esse aperto da Universidade de São Paulo não é diferente no
2041 orçamento do Estado de São Paulo, então, certamente as dificuldades para esse pleito
2042 não serão pequenas. Obviamente, não estamos considerando a questão do reajuste
2043 salarial, não faz o mínimo sentido e a reserva de recursos próprios de meio bilhão foi
2044 considerada, ela já está consignada no orçamento e faz parte dos recursos que
2045 estamos fazendo uso para enfrentar a situação da USP. Quanto à questão da
2046 transparência, saliento que uma preocupação de todos os membros da COP foi

2047 apresentar os dados com a máxima transparência possível. Evidentemente, isso fez
2048 com que buscássemos desenterrar coisas que não eram conhecidas, que eram
2049 tratadas de uma forma sem especificação, e procuramos trazer para o conhecimento
2050 desse orçamento todas as rubricas que pudessem estar, eventualmente, não
2051 claramente expressas nos gastos da Universidade. Enfim, penso que esses são os
2052 principais pontos que gostaria de comentar sobre as falas dos senhores conselheiros e
2053 fico à disposição, assim como a COP, para interagir com os senhores de uma forma
2054 mais intensa, com troca de *e-mails* e telefonemas, ou até uma presença pessoal em
2055 reuniões da COP. Teremos todo o prazer de receber críticas, sugestões, comentários e
2056 não estamos fechados a uma proposta totalmente rígida, mas temos certeza que
2057 estamos apresentando o melhor que poderíamos fazer neste momento.
2058 Eventualmente, teremos que fazer revisões, mas, nesse momento, entendemos que
2059 esse é o melhor quadro que poderíamos trazer para o conhecimento do Conselho
2060 Universitário." **M. Reitor:** "Antes de passar à votação, gostaria de agradecer à COP o
2061 trabalho enorme que teve este ano, agradecer na pessoa do seu Presidente, Professor
2062 Adalberto Fischmann e todos os membros titulares e suplentes, que tem igualmente
2063 trabalhado. E dizer que me parece uma experiência muito boa essa e, como disse o
2064 Professor Adalberto, temos progressivamente tomado conhecimento de como funciona,
2065 onde estão as informações e de que forma elas são apresentadas, formas muito
2066 variadas, isto para a Reitoria e para o Reitor, particularmente, é uma grande ajuda.
2067 Quero dizer, contrariamente ao que alguns possam esperar ou pensar que a COP
2068 funciona mais ou menos como um cão de guarda do Reitor, muito pelo contrário, de
2069 fato ela organiza os dados de uma maneira coerente, convincente, de maneira que as
2070 decisões vão se transformando em coisas naturais. Agora, também é claro que não é
2071 possível termos isto abruptamente, como por exemplo, o Professor João Cyro propõe,
2072 com muita propriedade, que não é possível termos uma rigidez orçamentária que
2073 imediatamente corrigisse a esse tipo de gestão menos comprometida com os
2074 resultados próprios do orçamento que estávamos tendo. Não dá para fazer de uma
2075 hora para outra, temos que, progressivamente, nos adaptarmos a isso, mas tratarmos
2076 isso com a máxima responsabilidade, porque não é, de forma alguma, irrelevante isto
2077 que a COP está nos dizendo, a situação da Universidade não é tranquila,

2078 absolutamente. Conseguimos, em princípio, equacionar, sabemos onde estão os
2079 nossos grandes furos e estamos estabelecendo uma gestão mais rígida do ano
2080 passado para este ano, mas ainda estaremos em grande perigo, por isso a revisão em
2081 março, a revisão em setembro é essencial para corrigirmos a rota um pouco ou
2082 significativamente, conforme os dados forem se apresentando. De fato, não podemos
2083 fazer previsões otimistas, mas também não podemos fazer previsões desastrosas do
2084 que será a economia em 2016. Em 2015, certamente, teremos dificuldades, mas o que
2085 ocorrerá já no segundo semestre e, particularmente, em 2016, seria um pouco
2086 arriscado neste momento tentarmos prever. Por outro lado há uma questão recorrente
2087 na Universidade, a busca de mais recursos, é claro que todos queremos mais recursos,
2088 o problema é saber como. Negociar com o Governo, é claro que tem que ser feito. Por
2089 exemplo, o Professor Vahan não está aqui neste momento porque ele foi à Assembleia
2090 Legislativa em uma reunião com a relatora do orçamento deste ano. Será que
2091 conseguiremos mais recursos no ICMS? Tomara que sim, mas não sou otimista a
2092 ponto de colocar este recurso já aqui e começar a gastar. Disse isto há duas semanas,
2093 na Comissão de Orçamento. Claro que as três Universidades pleiteiam mais recursos,
2094 isto é uma coisa, agora, uma atitude absolutamente irresponsável seria admitir que
2095 esses recursos já estão aqui e começar a gastar. O que falei na Comissão é que o dia
2096 que esses recursos chegarem à Universidade iremos planejar como gastá-los, antes
2097 disso, teremos que manter essa rigidez financeira. Sobre a busca de outras fontes,
2098 também não tenho nenhuma dúvida. Recentemente, recebemos a visita do Senador
2099 Cristovam Buarque, que se comprometeu a liderar uma luta para estabelecer uma lei
2100 semelhante à Lei Rouanet, em que se pudesse aplicar recursos na educação e na
2101 pesquisa e que fossem recompensados os empresários que assim fizessem, ao invés
2102 de ter que pagar imposto se fizer doações. Temos que trabalhar nesse sentido, mas
2103 uma coisa é certa: não dá para gastar o dinheiro antes de ele chegar. Por enquanto,
2104 temos que nos comportar diante daquilo que temos. É importante lembrar que, embora
2105 o Professor Adalberto tenha feito referência à sobra de recursos nas Unidades, volto a
2106 tranquilizar a todos, não teremos rapa. Outra coisa importante é que no início da
2107 sessão, a Professora Simone fez referência à questão do teto salarial, temos aqui duas
2108 questões: a primeira é o teto e a lei que temos que respeitar, seja ela do formato e do

2109 tamanho que tiver. No momento ela tem um formato, mas, aparentemente, pode ficar
2110 pior. Não nos cabe desrespeitar a lei, uma coisa diferente é a nossa atitude com
2111 relação a isso. E ficou claro, felizmente, que a sociedade, de um modo geral - os
2112 jornais, os repórteres e articulistas - todos têm uma opinião, que é mais ou menos
2113 semelhante, de que, de fato, na Universidade de São Paulo, agora que os salários são
2114 transparentes, não existe excesso de ganho. Há casos em que as pessoas têm ganhos
2115 bastante vultuosos garantidos por processos ou coisa desse tipo, esta não é a questão,
2116 a grande maioria está limitada por um teto, que todos estão começando a admitir que é
2117 injusto, principalmente quando comparado com o teto federal. Portanto, há uma
2118 percepção na sociedade e deveríamos trabalhar com isso para fazermos um esforço
2119 para esta mudança. Tenho feito isso sempre que posso, mas a Universidade é muito
2120 maior e tem muito mais poder de persuasão do que o Reitor isoladamente. Esses eram
2121 os comentários que gostaria de fazer, antes de passarmos à votação, propriamente
2122 dita. Será votada a proposta da COP." **Cons. Adalberto Américo Fischmann:**
2123 "Apenas para esclarecer, a apresentação foi feita com base no Caderno IV." **M. Reitor:**
2124 "E, complementando, reflete as Diretrizes Orçamentárias que foram aprovadas na
2125 última sessão. Recebemos alertas de que precisamos mudar de rumo, alguns que
2126 acham que esse rumo deveria ser mudado mais abruptamente, voltaremos a discutir a
2127 questão em março. O problema é saber, neste momento, se aprovamos ou não esta
2128 proposta orçamentária. Antes de votar, consulto os Conselheiros, pois temos, ainda, o
2129 Caderno V, que são recursos e já são dezoito horas e quarenta minutos. Pergunto se
2130 pararemos aqui ou vamos continuar." Todos concordam em encerrar a sessão após a
2131 votação do Caderno IV. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à **Votação**. Pelo painel
2132 eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 78 (setenta e oito) votos, Não = 17
2133 (dezesete) votos, Abstenções = 6 (seis), Total de votantes = 101 (cento e um). É
2134 aprovado o parecer da COP, favorável ao Orçamento da USP para 2015. Conforme
2135 informado anteriormente, é encerrada a Sessão, sendo retirado de pauta o **CADERNO**
2136 **V – RECURSOS - 1. PROTOCOLADO 2013.5.811.59.0 – VITOR BARBANTI**
2137 **PEREIRA LEITE** - Recurso interposto por Vitor Barbanti Pereira Leite, candidato
2138 inscrito para o concurso para provimento de cargo de Professor Doutor junto ao
2139 Departamento de Química da FFCLRP, contra a decisão da Congregação da FFCLRP,

2140 que negou provimento ao seu recurso, onde requeria a decretação da nulidade do
2141 citado concurso público. Publicação do Edital ATAc 026/2012 da abertura de inscrições
2142 para o concurso de títulos e provas, visando o provimento de um cargo de Professor
2143 Doutor, junto ao Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e
2144 Letras de Ribeirão Preto, no Diário Oficial de 11.12.12. Publicação da aprovação dos
2145 inscritos e da Comissão Julgadora pela Congregação da FFCLRP, em 09.05.13, no
2146 Diário Oficial de 15.05.13. Publicações dos Comunicados de retificação e lista
2147 complementar da Comissão Julgadora do referido concurso, nos Diários Oficiais de
2148 18.05.13 e 13.08.13, respectivamente. Relatório Final da Comissão Julgadora: indica,
2149 por maioria, o candidato Ricardo Vessechi Lourenço para o provimento do cargo/claro
2150 de Professor Doutor em concurso junto ao Departamento de Química (05.09.13).
2151 Recurso interposto pelo interessado, discordando do resultado do Concurso para
2152 provimento do cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Química da
2153 FFCLRP, requerendo a anulação da etapa de análise dos Memoriais e requerendo que
2154 se proceda nova avaliação dentro dos critérios estabelecidos no Edital, ou, caso não
2155 seja aceito, que seja anulado todo o concurso (11.09.13). Parecer do Prof. Dr. Paulo
2156 Olivi, Presidente da Comissão Julgadora: conclui que o Dr. Vitor Barbanti Pereira Leite,
2157 embora tenha tido o melhor desempenho na prova de julgamento de memorial pela
2158 maioria dos membros da comissão julgadora do concurso público a que se refere este
2159 documento, conforme reivindicado pelo mesmo, este não foi o indicado pela maioria
2160 dos membros por ter tido desempenho inferior nas provas escrita e didática (16.09.13).
2161 Informação do Diretor da FFCLRP, esclarecendo que como o resultado do concurso
2162 ainda não foi homologado pela Congregação, a presente solicitação caracteriza-se
2163 como um pedido de esclarecimento à Comissão Julgadora, tendo em vista que o prazo
2164 para recursos formais inicia-se após a deliberação pela Congregação e publicação no
2165 Diário Oficial (17.09.13). **Parecer da Congregação:** homologa, por unanimidade, o
2166 relatório final apresentado pela Comissão Julgadora (19.09.13). Recurso interposto
2167 pelo interessado contra a decisão da Comissão Julgadora, que proclamou o resultado
2168 do concurso público para provimento do cargo de Professor Doutor junto ao
2169 Departamento de Química da FFCLRP. Requer que o presente recurso seja
2170 reconhecido e provido, para que, ao final, seja anulado o referido concurso (02.10.13).

2171 **Parecer da Congregação:** analisa o recurso interposto pelo interessado e decide, por
2172 unanimidade, pelo não provimento do mesmo, por considerar que não houve vício na
2173 condução do concurso (10.10.13). Recurso interposto pelo interessado, contra a
2174 decisão da Congregação da FFCLRP, que negou provimento ao seu recurso que
2175 pleiteava a nulidade do resultado do concurso público que visa o provimento do cargo
2176 de Professor Doutor. Requer que o presente recurso seja conhecido e provido, para
2177 que ao final seja-lhe atribuído efeito suspensivo; que se anule a decisão proferida pela
2178 Congregação, que julgou improcedente o recurso anteriormente interposto e, caso não
2179 seja esse o entendimento, requer a anulação do concurso pela existência dos vícios
2180 apontados pelo recorrente (23.10.13). **Parecer da Congregação:** ratifica sua decisão
2181 de não dar provimento ao recurso do interessado, bem como à sua decisão de
2182 10.10.13, por não conceder o efeito suspensivo, que por um lapso, não foi informado
2183 no despacho anterior (12.12.13). **Parecer da PG:** com relação à alegação de ausência
2184 de motivação na decisão da Congregação da FFCLRP quando da análise do primeiro
2185 recurso, esclarece que consta no despacho que a Congregação decidiu negar
2186 provimento ao recurso 'por considerar que não houve vício na condução do concurso',
2187 de forma que a decisão foi motivada, ainda que suscintamente. Ademais, descaberia à
2188 Congregação manifestar-se acerca 'das diferenças apontadas pelo Recorrente quanto
2189 aos Memoriais', uma vez que as avaliações em concursos públicos para provimento de
2190 cargos da carreira docente da USP são de competência exclusiva da Comissão
2191 Julgadora. Destaca, ainda, que eventual reconhecimento da nulidade da decisão da
2192 Congregação não teria como consequência lógica, como pretende o recorrente, o
2193 reconhecimento da nulidade do concurso. Com relação à alegação de vício formal na
2194 condução do concurso - falta de atribuição de pesos a cada um dos itens avaliados no
2195 julgamento dos memoriais, esclarece que a sistemática prevista no Regimento Geral
2196 para concursos de Professor Doutor, prevê-se a atribuição de nota global aos
2197 memoriais dos candidatos, inexistindo qualquer norma que estipule que devam ser
2198 atribuídos pesos (e, por consequência, notas separadas) a cada item avaliado. O
2199 concurso seguiu estritamente esta sistemática prevista no Regimento Geral e no Edital
2200 do certame, razão pela qual inexistente vício formal na condução do concurso pela
2201 Comissão Julgadora. Com relação à alegação de ausência de motivação na atribuição

2202 de notas aos memoriais dos candidatos, esclarece que se trata de alegação que não
2203 encontra amparo nas normas de regência, uma vez que no Regimento Geral, ao
2204 contrário do que ocorre quanto à avaliação dos títulos nos concursos para provimento
2205 de cargos de Professor Titular (art. 155, parágrafo único), inexistente qualquer disposição
2206 que estipule a necessidade, nos casos de concurso para Professor Doutor, de
2207 justificação das notas atribuídas no julgamento dos memoriais. Com relação à alegação
2208 de suposto favorecimento, por parte de membros da Comissão, ao candidato vencedor,
2209 esclarece que a Comissão Julgadora foi composta em estrita observância às normas
2210 pertinentes do Regimento Geral (art. 182 e seguintes). O candidato fala de um suposto
2211 favorecimento ao candidato vencedor do concurso por ele ter sido indicado pelos três
2212 professores da USP que compunham a Comissão, enquanto ele foi indicado pelos dois
2213 professores da Unicamp. Porém, tal fato, por si só, não se afigura suficiente para se
2214 concluir que tenha havido um favorecimento indevido ao vencedor do concurso, pois as
2215 notas atribuídas pelos membros da Comissão para os dois candidatos foram notas
2216 muito próximas, guardando uma certa coerência entre si. Com relação aos argumentos
2217 de errônea avaliação dos memoriais por parte da Comissão Julgadora, esclarece,
2218 conforme já destacado, que as avaliações nos concursos públicos para a carreira
2219 docente competem, com exclusividade, às Comissões Julgadoras, não se revelando
2220 viável a reapreciação de tais matérias por quaisquer outros órgãos da Universidade.
2221 Ademais, o recorrente alega repetidamente, em sua petição, a superioridade de sua
2222 trajetória acadêmica / profissional, se comparada à do primeiro colocado e aduz que
2223 isso teria sido considerado pela Comissão no julgamento dos memoriais. No entanto,
2224 deve-se destacar que no julgamento dos memoriais, o recorrente obteve notas
2225 superiores às do candidato vencedor na avaliação da maioria dos examinadores.
2226 Ocorre que o vencedor do concurso recebeu notas maiores nas provas escrita e
2227 didática, o que fez com que, ao final, recebesse mais indicações que o recorrente. De
2228 qualquer forma, descabe ao Conselho Universitário a apreciação dos inúmeros
2229 argumentos trazidos pelo recorrente que, em seu entender, estariam a demonstrar a
2230 superioridade de sua trajetória acadêmica/profissional. Deste modo, na esteira do
2231 entendimento aprovado pela Congregação da FFCLRP, entende que não estão
2232 configurados motivos que ensejem a decretação da nulidade do concurso (06.02.14).

2233 **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes, o parecer do relator, **Prof.**
2234 **Dr. Pedro Bohomoletz Dallari**, contrário ao recurso interposto pelo interessado
2235 (05.08.14). Em Sessão do Conselho Universitário de 26.08.2014, o Magnífico Reitor
2236 retira os autos de pauta (26.08.14). Em Sessão do Conselho Universitário de
2237 18.11.2014, o Magnífico Reitor retirou os autos de pauta, tendo em vista o adiantado da
2238 hora (18.11.14). **2. PROCESSO 2013.1.346.2.5 – FACULDADE DE DIREITO -**
2239 Recurso interposto pelos candidatos Cristiano Rosa de Carvalho e Maria Rita Ferragut,
2240 contra a Congregação da Faculdade de Direito, que homologou o resultado do
2241 concurso para provimento do cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de
2242 Direito Econômico, Financeiro e Tributário. Edital FD nº 34/2012 do concurso para
2243 provimento de um cargo de Professor Doutor, em RTC, junto ao Departamento de
2244 Direito Econômico, Financeiro e Tributário - área de Direito Tributário, publicado no
2245 D.O. de 15.08.2012. Homologação dos inscritos e da Banca Examinadora, publicado
2246 no D.O. de 05.12.2012 e publicação da aprovação dos suplentes da Banca
2247 Examinadora, tendo em vista que alguns membros declinaram do convite, no D.O de
2248 19.01.2013. Relatório de classificação da primeira fase do concurso: foram
2249 considerados habilitados os candidatos Fabiana Del Padre Tomé, Robson Maia Lins,
2250 Rodrigo Maito da Silveira, Tathiane dos Santos Piscitelli, Maria Rita Ferragut, Renato
2251 Lopes Becho, Gustavo Gonçalves Vettori e Igor Mauler Santiago, por terem obtido, por
2252 maioria, notas acima de 7,0 (sete) pelos membros da Comissão Julgadora (28.01.13).
2253 Relatório Final do concurso: verificadas as indicações individuais, a Banca
2254 Examinadora, por maioria, indicou o candidato Renato Lopes Becho para prover o
2255 cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Direito Econômico, Financeiro e
2256 Tributário (31.01.13). Recurso interposto pelo candidato Cristiano Rosa de Carvalho,
2257 contra a decisão da Comissão Julgadora, que indicou o candidato Renato Lopes Becho
2258 para prover o cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Direito Econômico,
2259 Financeiro e Tributário, alegando: 1) as notas da prova escrita não foram atribuídas
2260 individualmente, havendo reunião da Comissão Julgadora para tanto, resultando em
2261 violação à isonomia e ao princípio de impessoalidade; 2) durante arguição pública dos
2262 memoriais, manifestou-se preferência explícita, por parte de membro da Comissão
2263 Julgadora, por candidatos com expertise específica em Direito Tributário Internacional,

2264 o que implica em violação aos princípios da segurança jurídica, legalidade,
2265 impessoalidade e isonomia; 3) houve pessoalidade na atribuição de notas aos
2266 memoriais, em clara afronta ao Edital FD 34/2012, ao Regimento Geral da USP, bem
2267 como à Constituição do Estado de São Paulo e à Constituição Federal do Brasil; 4)
2268 houve arguição em língua estrangeira, contrariando norma expressa do Regimento
2269 Geral da USP. Requer que seja reconhecida a nulidade do referido concurso e que a
2270 egrégia Congregação da Faculdade de Direito decida pela não homologação do
2271 Relatório e, por fim, que se delibere pela abertura de novo concurso público (14.02.13).
2272 Recurso interposto pela candidata Maria Rita Ferragut, contra a decisão da Banca
2273 Examinadora, que indicou o candidato Renato Lopes Becho para prover o cargo de
2274 Professor Doutor junto ao Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário,
2275 tendo em vista as irregularidades destacadas: 1) quando do julgamento de seu
2276 memorial, foi arguida em língua inglesa pelo examinador José Marcos Domingues de
2277 Oliveira, violando o disposto no art. 135, § 7º do Regimento Geral da USP; 2) na
2278 mesma linha, o Prof. Luis Eduardo Schoueri tentou arguir em alemão a candidata
2279 Tathiane dos Santos Piscitelli, o que somente não se concretizou porque a candidata
2280 manifestou a sua não fluência no idioma; 3) a afirmação do Prof. Luis Eduardo
2281 Schoueri, ao indagar a candidata Fabiana Del Padre Tomé, de que a Faculdade de
2282 Direito precisava de um professor especializado em Direito Tributário Internacional e
2283 que, portanto, ela seria arguida nesse aspecto. Alguns outros candidatos que a
2284 sucederam, inclusive a recorrente, também foram assim abordados. Entretanto,
2285 esclarece, que o Edital do concurso em momento algum prevê a necessidade dessa
2286 especialização, nem tampouco atribui um peso maior a esse ponto quando do
2287 julgamento do memorial; 4) vários candidatos com reconhecida competência técnica e
2288 robusto memorial foram mal avaliados na prova escrita, fato que diz transcender a
2289 mera coincidência; 5) de forma injustificada recebeu nota 5 (cinco) em seu memorial do
2290 examinador José Marcos Domingues de Oliveira, embora entenda ter sido uma das
2291 candidatas mais qualificadas do concurso. Requer que seja reconhecida a nulidade do
2292 procedimento para indicação de Professor Doutor do Departamento de Direito
2293 Econômico, Financeiro e Tributário, Área de Direito Tributário da Faculdade de Direito e
2294 que a egrégia Congregação da Faculdade de Direito decida pela não homologação do

2295 Relatório e, por fim, que se delibere pela abertura de novo concurso público (14.02.13).
2296 Contrarrazões aos recursos interpostos em desfavor da decisão da Comissão
2297 Julgadora do referido concurso, apresentada pelo candidato indicado, Renato Lopes
2298 Becho: pela experiência anterior em concursos públicos, como candidato e como
2299 examinador, não indica nenhuma ocorrência que maculasse a disputa pública (...);
2300 eventual atenção dada a um dos pontos do programa (no caso, Direito Tributário
2301 Internacional), não macula o concurso. A existência de um ponto no programa é
2302 suficiente para justificar qualquer grau de atenção a ele dado pela Banca Examinadora
2303 (...) considerar que uma pergunta sobre experiência internacional, feita por um
2304 examinador a todos os candidatos, significou uma emenda ao edital, parece, data
2305 máxima vênia, um flagrante exagero (...); sobre a arguição em língua estrangeira
2306 durante o certame, considera que a formulação, por um dos examinadores, de uma
2307 única questão em língua estrangeira (inglês), direcionada para aqueles que lançaram
2308 no memorial o domínio desse idioma, antes engrandeceu e coloriu o concurso do que o
2309 invalidou (...) por sinal, as perguntas foram elementares, superficiais. Em seu
2310 entendimento, a formulação de uma única questão não se confunde com uma arguição
2311 (13.03.13). Parecer da Prof.^a Dr.^a Odete Medauar, pela Congregação da FD: opina pelo
2312 não provimento da manifestação do candidato Cristiano Rosa de Carvalho e do recurso
2313 da candidata Maria Rita Ferragut e, por conseguinte, opina pela manutenção do
2314 resultado do concurso, que indicou, por maioria, o candidato Renato Lopes Becho
2315 (18.03.13). Petições encaminhadas pelos candidatos Cristiano Rosa de Carvalho e
2316 Maria Rita Ferragut, tendo em vista que chegou ao conhecimento dos recorrentes o
2317 relato que teria sido feito pelo Prof. Dr. José Rogério Cruz e Tucci na reunião da
2318 Congregação de 14.02.13, onde teria pedido a palavra para manifestar a grande
2319 pressão sofrida durante o concurso, para que beneficiasse o candidato da preferência
2320 do Prof. Luís Eduardo Schoueri. Diante disso requerem a juntada aos autos da
2321 degravação da reunião extraordinária de 14.02.13, o adiamento, por um mês, do
2322 julgamento dos recursos e autorização para realização de sustentação oral (19.03.13).
2323 **Parecer da Congregação da FD:** aprova, por maioria, dar provimento aos recursos e a
2324 conseqüente não homologação do concurso (21.03.13). Recurso interposto pelo
2325 candidato indicado no referido concurso, Renato Lopes Becho, contra a decisão da

2326 Congregação, que deferiu os recursos interpostos pelos candidatos Cristiano Rosa de
2327 Carvalho e Maria Rita Ferragut e não homologou o resultado final da Banca
2328 Examinadora, requerendo que a Congregação reconsidere sua decisão para:
2329 reconhecer a nulidade da Sessão da Congregação de 21.03.13, que não homologou o
2330 resultado da banca examinadora e, caso não se reconheça essa nulidade, prover o
2331 recurso para que o resultado da banca seja homologado (15.04.13). Contrarrazões do
2332 candidato Cristiano Rosa de Carvalho, ao recurso administrativo/pedido de
2333 reconsideração interposto pelo candidato Renato Lopes Becho, requerendo: a) a
2334 manutenção da decisão que reconheceu a nulidade do procedimento para indicação de
2335 Professor Doutor do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, Área
2336 de Direito Tributário; b) que em decorrência da manutenção da decisão que anulou o
2337 presente concurso, seja deliberada abertura de novo concurso público para Professor
2338 Doutor do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, com estrita
2339 observância aos princípios de legalidade, da publicidade, da vinculação ao instrumento
2340 convocatório, da impessoalidade, da isonomia e do julgamento objetivo (02.05.13).
2341 Manifestação da candidata Maria Rita Ferragut sobre o pedido de reconsideração do
2342 candidato Renato Lopes Becho, requerendo: 1) seja negado provimento ao pedido de
2343 reconsideração formulado pelo recorrente, mantendo-se a decisão que reconheceu a
2344 nulidade do procedimento para indicação de Professor Doutor no Departamento de
2345 Direito Econômico, Financeiro e Tributário; 2) em atenção ao princípio da eficiência da
2346 Administração Pública, que delibere pela abertura de novo concurso público para o
2347 Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, Área de Direito Tributário
2348 (02.05.13). **Parecer da Congregação da FD:** delibera por negar o adiamento da
2349 matéria, bem como a participação dos candidatos Cristiano Rosa de Carvalho, Maria
2350 Rita Ferragut e do recorrente Renato Lopes Becho, na pessoa de seu advogado André
2351 Lobas de Castro, na Sessão da Congregação; aprova o parecer do relator, no sentido
2352 de anulação da decisão anterior da Congregação e homologa o relatório da Banca
2353 Examinadora (23.05.13). Recurso interposto pela candidata Maria Rita Ferragut,
2354 requerendo a reconsideração da decisão da Congregação, que em 23.05.13, decidiu
2355 homologar o relatório da Banca Examinadora do referido concurso (10.06.13). Recurso
2356 interposto pelo candidato Cristiano Rosa de Carvalho, requerendo reconsideração da

2357 decisão da Congregação, que anulou a decisão proferida na sessão de 21.03.13 e
2358 homologou o relatório da Banca Examinadora e, caso não seja este pedido recebido
2359 como reconsideração pela Congregação ou não seja provido o mérito, seja então
2360 recebido como recurso e remetido ao Co (10.06.13). **Parecer da PG:** esclarece que
2361 embora a matéria já tenha sido apreciada pela Congregação da FD, o novo recurso
2362 deverá por ela passar antes de ser encaminhado ao Co, se for o caso (05.07.13).
2363 **Parecer da Congregação:** delibera não aprovar os pedidos de sustentação oral
2364 solicitados pelos candidatos recursantes e aprovar o parecer do relator, pela
2365 homologação do concurso e não conhecimento dos recursos (31.10.13). **Parecer da**
2366 **Congregação:** delibera pela não concessão do efeito suspensivo (28.11.13). **Parecer**
2367 **da PG:** faz as seguintes observações gerais: com relação à competência recursal,
2368 esclarece que a Congregação, o Conselho Universitário ou qualquer outro órgão da
2369 USP não podem substituir a Comissão Julgadora em seu papel de avaliar os
2370 candidatos. Com relação à sistemática dos concursos para ingresso na carreira
2371 docente da USP - indicações, esclarece que uma ou outra avaliação muito dissonante
2372 das demais não traz maiores reflexos no resultado do concurso. Com relação aos atos
2373 administrativos, sem prejuízo não há nulidade. Possíveis atos irregulares ocorridos em
2374 processos administrativos não acarretam a nulidade desse se forem inaptos a trazer
2375 prejuízos aos interessados ou à Administração. Quanto à análise pontual das
2376 alegações dos recorrentes: - atribuição de notas às provas escritas: o argumento de
2377 que teria havido algum tipo de "combinação" entre os examinadores quanto às notas
2378 das provas escritas não passa de uma conjectura do candidato, baseada, por sua vez,
2379 em evidências por ele relatadas, as quais, entretanto, não correspondem aos fatos e/ou
2380 nada demonstram. - Suposta "ementa ad hoc" ao edital: arguição a respeito de Direito
2381 Tributário Internacional: destaca que o programa do concurso envolvia Direito Tributário
2382 I, II e Legislação Tributária e, como destaca os recorrentes, um dos pontos englobados
2383 pela disciplina "Legislação Tributária" é "Noções de Direito Tributário Internacional",
2384 não havendo como vislumbrar irregularidade na arguição dos candidatos acerca de
2385 ponto que integra o programa do concurso. Ademais, a frase atribuída ao Prof. Luis
2386 Eduardo Schoueri não pode ser entendida como mais que uma explicação. - Suposta
2387 pessoalidade no julgamento dos memoriais: esclarece que as avaliações nos

2388 concursos públicos para a carreira docente competem com exclusividade às
2389 Comissões Julgadoras, não sendo possível a sua reapreciação por quaisquer outros
2390 órgãos da Universidade. E adentrar em tal ponto equivaleria a reavaliar os memoriais
2391 dos candidatos, procedimento inviável em sede recursal. - Arguição do memorial em
2392 língua estrangeira e questões sobre Direito Tributário Internacional: observa que foi
2393 facultativo aos candidatos responder na língua que desejassem e que a candidata
2394 Maria Rita optou por responder em língua inglesa, muito provavelmente porque estava
2395 segura de que seria capaz de fazê-lo, razão pela qual não pode aceitar agora que tal
2396 fato seja alegado com o objetivo de se ver decretada a nulidade do certame. No mais, a
2397 realização de algumas perguntas em outro idioma tampouco é conduta violadora do
2398 princípio de publicidade, regente da Administração Pública. - Suspeição de membros
2399 da Comissão Julgadora: consta dos autos relato de que teria havido pressão por parte
2400 de um dos examinadores sobre outro - observa que mesmo que se admitisse ter havido
2401 pressão imprópria por um dos examinadores, o fato é que o candidato Renato Lopes
2402 Becho logrou mais indicações, a despeito da alegada pressão em favor de outro
2403 candidato. Conclui que, embora tenha havido aqui ou acolá condutas que se possa ter
2404 por heterodoxas ou criticáveis, não há razão para invalidar o concurso Edital nº
2405 34/2012. Nenhuma das falhas comprometeu o resultado. Nenhuma causou dano à
2406 lisura do resultado... Deste modo, na esteira do entendimento da Congregação da FD,
2407 entende que não estão configurados motivos que ensejem a decretação da nulidade do
2408 concurso (18.02.14). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes, o
2409 parecer do relator, **Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu**, favorável a não
2410 homologação do relatório final do concurso para provimento do cargo de Professor
2411 Doutor, junto ao Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, à
2412 acolhida dos recursos e, conseqüentemente, à anulação do certame (10.06.14).
2413 Solicitação do candidato Renato Lopes Becho, para que seu advogado, Dr. Maurício
2414 Zockun, seja previamente intimado da inclusão do processo na pauta da reunião do Co,
2415 sendo-lhe franqueado o acesso à esta reunião, para que possa fazer uso da palavra,
2416 nos termos do art. 7º, X e XI da Lei Federal 8.960/94 (01.09.14). Em Sessão do
2417 Conselho Universitário de 18.11.2014, o Magnífico Reitor retirou os autos de pauta,
2418 tendo em vista o adiantado da hora (18.11.14). **M. Reitor:** "Senhoras e senhores

2419 conselheiros e convidados, com isso terminamos o ano de 2014. Quero desejar a
2420 todos, às suas Unidades e às suas famílias um bom período de festas e de descanso e
2421 que voltemos com vigor revigorado para o próximo ano, que será de muito mais luta e
2422 discussão do que este." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por
2423 encerrada a reunião, às 18h45. Do que, para constar, eu, *Ignacio Poveda*,
2424 Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse
2425 digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à
2426 sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 09 de
2427 dezembro de 2014.